

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
INSTITUTO DE ARTES**

JULIANO CESAR SOUZA MARCIANO

**ABAIXO À CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO!**

A importância da representatividade na mídia para adolescentes LGBTQIA+ e a utilização dessa representação como ferramenta de discussão em sala de aula

São Paulo  
2021

JULIANO CESAR SOUZA MARCIANO

**ABAIXO À CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO!**

A importância da representatividade na mídia para adolescentes LGBTQIA+ e a utilização dessa representação como ferramenta de discussão em sala de aula

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Instituto de Artes, como requisito para a Graduação no curso de Licenciatura em Arte-Teatro.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Francisco Araújo Cintra

São Paulo  
2021

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Artes da Unesp

M319a Marciano, Juliano Cesar Souza, 1985-

Abaixo a conspiração do silêncio: a importância da representatividade na mídia para adolescentes LGBTQIA+ e a utilização dessa representação como ferramenta de discussão em sala de aula / Juliano Cesar Souza Marciano. - São Paulo, 2021.

111 p.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Francisco Araújo Cintra

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Arte-Teatro) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes

1. Educação do adolescente. 2. Adolescentes - Comportamento sexual. 3. Pessoas LGBT. 4. Identidade (Psicologia). I. Cintra, Wagner Francisco Araújo. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III. Título.

CDD 371.8266

JULIANO CESAR SOUZA MARCIANO

**ABAIXO À CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO!**

A importância da representatividade na mídia para adolescentes LGBTQIA+ e a utilização dessa representação como ferramenta de discussão em sala de aula

Monografia apresentada como requisito para a obtenção da Graduação no curso de Licenciatura em Arte-Teatro pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Wagner Francisco Araújo Cintra  
Orientador

---

Profa. Dra. Lilian Freitas Vilela

---

Prof. Dr. Pedro Haddad Martins

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021

## AGRADECIMENTOS

O meu muitíssimo obrigado...

Aos meus “Lelekes” – Vanessa, Luciano e Cadu –, que me incentivaram a prestar o vestibular e aguentaram as sucessivas negativas de encontros e passeios por eu ter aula no dia seguinte, por ter que finalizar um trabalho, por ter um ensaio de última hora ou me concentrar para uma apresentação e, mesmo assim, não desistiram de mim e torceram junto comigo nesses últimos cinco anos.

Ao meu querido LAT016 que tanto me ensinou com suas vivências e experiências diversas que contribuíram para a ampliação do meu horizonte social.

A minha “Carreta ABC” – Rondinely, Gabrielle e Jaqueline –, meus companheiros de jornada nessa graduação. Juntos, nós rimos, discutimos, sonhamos, crescemos... e até enfrentamos uma enchente!

Ao George Vilches e Guilherme Nutti, meus melhores amigos, meus primeiros exemplos de existência LGBTQIA+, que são duas forças opostas na minha vida desde os meus 16 anos e que seguem até hoje se completando e se tornando um só dentro do meu coração.

Ao meu amigo, fonte de referência e orgulho, Diego Bargas, pela revisão inicial desta pesquisa e por suas indagações que me fizeram ter um olhar mais crítico sobre o tema.

Ao meu namorado, Guilherme Duarte, por ser minha fortaleza nesse tempo de pandemia e por sempre fazer meu coração saltar e meus olhos brilharem.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Freitas Vilela, por ser sempre um porto seguro às minhas angústias, crises e dúvidas durante toda a Graduação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Wagner Francisco Araújo Cintra, por seus conselhos norteadores quando todas as referências desta pesquisa ainda se embaralhavam na minha cabeça.

E, por fim, a todas aquelas pessoas de sexualidades dissidentes que existiram, lutaram e morreram para que eu pudesse hoje ter uma existência um pouco mais digna do que a deles. Vocês são meus heróis!

Make Your Own Kind Of Music  
*Faça Seu Próprio Tipo de Música*

Nobody can tell ya  
*Ninguém pode te dizer*  
There's only one song worth singing  
*Que só há uma canção que vale a pena ser cantada*  
They may try and sell ya  
*Eles podem tentar te convencer*  
Cause it hangs them up to see someone like you  
*Pois eles ficam perturbados ao ver alguém como você*  
But you've gotta make your own kind of music  
*Mas você tem que fazer seu próprio tipo de música*  
Sing your own special song  
*Cante sua própria canção especial*  
Make your own kind of music  
*Faça seu próprio tipo de música*  
Even if nobody else sings along  
*Mesmo que ninguém mais cante com você*

(ELLIOT,1969)

## RESUMO

A mídia, e em especial a ficção, através de representações positivas e sensíveis, pode colaborar na construção da identidade de adolescentes e jovens LGBTQIA+ que no seu dia a dia enfrentam violências e opressões em diversos níveis e ambientes sociais. Um desses ambientes é a escola, local onde a heteronormatividade é constantemente reforçada tanto por docentes quanto por discentes. Este trabalho busca o ponto de convergência entre a importância da representatividade na mídia para a autoestima e reconhecimento de adolescentes de sexualidades dissidentes e o uso da mídia por parte de professores em sala de aula como ferramenta de inclusão e discussão de vivências não heterossexuais e cisgêneras. Partindo da vivência individual do autor como adolescente gay no ambiente escolar e de seu reconhecimento como pessoa LGBTQIA+ estimulado por uma representação midiática positiva, o trabalho busca ampliar e atingir o coletivo desse grupo minoritário e também oferecer dados importantes a outros docentes e pessoas em geral que buscam informações sobre diversidade sexual. O aporte teórico desta pesquisa se esforça para tentar ser tão plural como a comunidade que possui como tema. Portanto, além de trabalhos, teses e artigos acadêmicos de autores diversos, outras fontes de referência utilizadas são: os Estudos Culturais de Douglas Kellner (2001), as discussões sobre gênero e movimento *queer* de Judith Butler (1990) e Richard Miskolci (2012), os relatos sobre a infância e vida gay de Bruno Bimbi (2017), além do histórico de lutas do movimento homossexual no mundo e no Brasil de João Silvério Trevisan (2000), Simões e Facchini (2009) e Renan Quinalha (2018). Como exemplos das representações de vivências gays, ao fim do trabalho são analisadas duas obras cinematográficas com mais de vinte anos de distância entre elas: *Delicada Atração (Beautiful Thing)* de 1996 e *Com Amor, Simon (Love, Simon)* de 2018. Por meio da comparação entre as obras, visa-se compreender as diferenças, semelhanças, estagnações e evoluções que a representação de jovens de sexualidades dissidentes teve ao longo do tempo.

Palavras-chave: Representatividade. Adolescência. Ficção. LGBTQIA+. Educação.

## ABSTRACT

The media, and especially fiction, through positive and sensitive representations, can contribute with the construction of the identity of LGBTQIA+ adolescents and young people who, in their daily lives, face violence and oppression at different levels and social environments. One of these environments is the school, a place where heteronormativity is constantly reinforced by both teachers and students. This paper seeks the point of convergence between the importance of representativeness in the media for the self-esteem and recognition of adolescents of dissident sexualities and the use of media by teachers in the classroom as a tool for inclusion and discussion of non-heterosexual and cisgender experiences. Based on the author's individual experience as a gay teenager in a school environment and from his recognition as an LGBTQIA+ person after being encouraged by a positive media representation, the work seeks to expand and reach the collectiveness of this minority group and also offer important data to other teachers and people generally seeking information about sexual diversity. The theoretical contribution of this research strives to try to be as plural as the community it has as its theme. Therefore, in addition to works, theses and academic articles by authors, other reference sources are: Douglas Kellner's *Cultural Studies* (2001), discussions about gender and queer movement by Judith Butler (1990) and Richard Miskolci (2012), Bruno Bimbi's (2017) accounts of childhood and gay life, as well as the history of struggles of the homosexual movement in the world and in Brazil by João Silvério Trevisan (2000), Simões and Facchini (2009) and Renan Quinalha (2018). As examples of representations of gay experiences, at the end of this essay, two cinematographic works more than twenty years apart will be analyzed: *Delicada Atração* (Beautiful Thing) from 1996 and *Com Amor, Simon* (Love, Simon) from 2018. By comparing the two works, we aim to understand the differences, similarities, stagnations and evolutions that the representation of young people of dissident sexualities had over time.

Keywords: Representativeness. Adolescence. Fiction. LGBTQIA +. Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. SOMOS MUITOS E ESTAMOS AQUI!.....</b>	<b>14</b>
1.1 Visibilidade, Representação e Representatividade .....	19
1.2 A importância da mídia como veículo de representação .....	22
1.3 Representação NÃO É o mesmo que Representatividade .....	26
1.4 O silêncio não é mais uma resposta .....	29
<b>2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE .....</b>	<b>32</b>
2.1 Judith Butler e os problemas de gênero .....	32
2.2 Sexualidades: Definições Importantes .....	35
2.3 Sopa de Letrinhas .....	42
2.4 É preciso discutir! .....	45
<b>3. HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ E A DOCÊNCIA .....</b>	<b>48</b>
3.1 Da Grécia Clássica à Nova York Boêmia .....	49
3.2 Os primeiros passos do ativismo brasileiro .....	52
3.3 O pioneirismo do Lampião.....	54
3.4 A coletividade do SOMOS .....	56
3.5 Aids .....	59
3.6 O Orgulho em forma de Parada .....	61
3.7 O tal do “Kit Gay” .....	63
3.8 STF – Preenchendo lacunas legislativas .....	64
3.9 O ativismo do afeto .....	66
<b>4. JUVENTUDE E ESCOLA .....</b>	<b>68</b>
4.1 A escola como espaço de dor e sofrimento.....	70
4.2 O professor como aliado e fomentador de um ambiente igualitário .....	74
4.3 A mídia como ferramenta para o professor.....	78
<b>5. ANÁLISE DAS OBRAS.....</b>	<b>83</b>
5.1 Sinopses .....	84
5.2 Diferenças entre as obras .....	86
5.3 Sonhe um pequeno sonho comigo.....	104
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o ingresso no curso de Licenciatura em Arte-Teatro, eu tinha em mente que ao chegar o momento do meu trabalho de conclusão de curso eu gostaria de tratar da questão da diversidade sexual na adolescência. Não tinha ideia de como iria fazê-lo ou que caminhos tomaria, apenas tinha essa certeza. Na busca por um rumo, pesquisei fontes diversas que tratavam sobre o tema, e múltiplos caminhos se apresentaram à minha frente sem que eu conseguisse me ver trilhando nenhum deles. Somente quando resolvi olhar para minha própria vivência foi que encontrei o que me motivou a desenvolver esta pesquisa.

Nasci, cresci e ainda vivo em São Caetano do Sul, na região metropolitana de São Paulo conhecida como Grande ABC. Apesar de a cidade ocupar um lugar de destaque no ranking dos municípios com o melhor IDH do Brasil<sup>1</sup>, passei toda a minha infância, adolescência e início da vida adulta na parte mais periférica da região. Estudei em escolas públicas durante todo o Ensino Fundamental, e ao ingressar no Ensino Médio participei de um processo de bolsas de estudos para um dos mais elitizados colégios particulares da cidade, e passei. Foi um pesadelo! Diariamente era vítima de chacotas pelo meu peso, minha origem periférica, pela minha condição de bolsista e obviamente pela minha sexualidade. Não! A minha sexualidade dissidente não era tão óbvia para mim quanto era para os outros. Eu não entendia ou aceitava o fato de me sentir atraído por outros meninos. Vou fazer aqui uma digressão para ficar mais clara a origem dessa negação.

São Caetano ainda hoje é uma região que sofre com enchentes por estar próxima ao Rio Tamandateí e outros córregos. Em uma dessas inundações, minha família perdeu o pouco que tínhamos: móveis, roupas e o teto. Pouco tempo antes desse acontecimento, meus pais haviam se convertido à religião evangélica e frequentavam uma igreja nesse mesmo bairro periférico em que eu morava e estudava. Vendo a situação em que estávamos, a igreja ofereceu à minha família a pequena residência de apenas um cômodo destinada ao caseiro. Assim, sem hipérboles, eu passei a morar na igreja. Vivemos lá dos meus seis até os treze anos. Crescer nesse ambiente onde qualquer desvio da norma heterossexual era

---

<sup>1</sup> Veja lista completa no link <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>.

considerado um pecado hediondo me fez sempre negar minha sexualidade dissidente. Por isso, ao chegar ao Colégio Pueri Domus e ser exposto como gay eu não possuía nenhuma ferramenta para me defender, não sabia lidar com a omissão dos professores e outros membros do corpo técnico da escola, tampouco podia compartilhar esse fato com os meus pais, e assim me curvei à resiliência e passei um semestre inteiro chorando todos os dias ao tomar o ônibus para ir ao colégio. Ao final daquele semestre preferi voltar para minha antiga escola, sem nunca revelar o real motivo aos meus pais. Não me arrependo dessa decisão. Foi a resolução de não continuar mais num ambiente nocivo e o retorno a minha antiga escola que começou a despertar em mim a consciência de que o fato de eu não me encaixar na norma heterossexual não era um problema. De que eu não era um problema. Na mesma época do meu retorno à E.E. Professor Edgar Alves da Cunha, minha escola da periferia, eu comecei a fazer aulas de teatro, e este foi o primeiro local onde eu realmente me senti confortável em me expressar livremente.

Nessa conjuntura, assisti a um filme britânico em que um adolescente de periferia sofria injúrias dos seus colegas por não seguir o padrão heteronormativo e no desenrolar da trama se envolvia com seu vizinho e colega de sala que também sofria agressões semelhantes, só que no caso dele pelo seu pai e seu irmão. Foi a primeira vez que eu, um adolescente tímido e muito inseguro, recebi uma imagem que refletia a minha vivência. Que me mostrava que eu não estava sozinho no mundo. Que existiam outros como eu, nem que fosse do outro lado do Atlântico. Aquele filme foi o estopim de uma curiosidade de me conectar com outros adolescentes que passavam por uma adolescência diversa da maioria. A internet começava a dar os primeiros passos no Brasil, facilitando o acesso a informações e aproximando pessoas com interesses em comum. Foi assim que descobri outras produções que tratavam desse tema, e outros jovens que, como eu, também estavam à procura de representações que espelhassem suas existências. Fiz meus primeiros amigos virtuais: todos gays e jovens. Cheguei ao fim do Ensino Médio como o primeiro e único gay assumido da minha escola.

Doze anos depois de me formar no Ensino Médio, em 2015, após já concluído um curso de técnico em arte dramática e enquanto equilibrava, como todo artista brasileiro, um trabalho em escritório com outro em um grupo de teatro amador, prestei o vestibular para esta universidade para cuja conclusão agora caminho. Entrar na Unesp (Universidade Estadual Paulista) mudou a minha visão social e de mundo. Foi

essa minha vivência com pessoas tão diferentes de mim que me fez ampliar o meu olhar para além da minha própria história. Aprendi não só com os conteúdos acadêmicos como também com meus colegas de sala. Fui confrontado e instigado a pensar sobre privilégios, carências, deveres e posicionamentos sociais.

Achei oportuno esse relato na introdução desta pesquisa para que você, meu interlocutor, entenda o que se seguirá daqui em diante. Não vou iniciar os capítulos numa ordem lógica te explicando cada sigla, classificação de gênero, expressão sexual etc. (mas calma, eu também vou fazer isso!). Quero que tracemos aqui um caminhar de (re)conhecimento semelhante ao que se dá em qualquer outra relação na sociedade, ou seja, que parta da (con)vivência: primeiro você conhece alguém, depois entende como esse alguém chegou até o momento em que vocês se encontraram. Então é assim que iremos proceder. Primeiro você vai conhecer a mim e a minha comunidade, como somos vistos e representados. Depois eu te conto o que significa essa sopa de letrinhas que cada dia cresce mais, porque afinal somos plurais em nossas existências. Em seguida você vai entender como um bando de gente lutou para que todas essas letras que hoje compõem o nome da minha comunidade tenham uma vida um pouco mais digna do que eles, que sangraram antes de nós. Depois vamos olhar para a sala de aula, entender o que se passa lá com os jovens de sexualidades dissidentes, e como aquela representatividade na mídia que citei alguns parágrafos atrás pode contribuir para uma práxis educacional mais acolhedora. Por fim, vamos analisar exemplos dessa representação e entender suas convergências e distinções.

Sei que pode parecer meio confuso, mas afinal não é assim que a nossa trajetória é? Cheia de intersecções com referências diversas, com pessoas diversas, com versões diversas de nós mesmos? A diversidade é parte da nossa construção enquanto seres humanos, aceite você isso ou não.

Falando em intersecções, esta pesquisa possui dois grandes eixos que convergem rumo a um resultado único. O primeiro dele é a importância da representatividade na mídia para o reconhecimento e construção identitária de jovens de sexualidades dissidentes, uma vez que “a mídia satura a cultura da juventude contemporânea e lhe fornece o material para a produção de significados, identidades e vínculos” (KELLNER, 2001, p. 185). O segundo eixo é um olhar sobre a vivência de adolescentes e jovens LGBTQIA+ dentro do ambiente escolar. Pesquisa inédita focada na população estudantil de sexualidades dissidentes, realizada em 2016,

mostrou que 60,2% desses adolescentes temem por sua integridade física dentro do ambiente escolar, que se torna para muitos destes “um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (JUNQUEIRA, 2006, p. 15).

Tanto o déficit na construção identitária quanto as opressões sofridas por esses jovens LGBTQIA+ são marcados pela negligência que a sociedade tem na compreensão da sexualidade e discussão sobre ela. É importante destacarmos aqui o significado dessa palavra. A Organização Mundial da Saúde define o termo da seguinte forma:

A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1975).

Os mais conservadores insistem no discurso de que falar sobre sexualidade é falar sobre relações sexuais; porém, como visto na definição acima, sexualidade vai muito além disso. Ela é a forma como você se localiza no mundo e como interage afetivamente (e no momento oportuno de cada um, sexualmente) com os outros. A sexualidade é então algo natural que se inicia logo quando nascemos e se estende até a nossa morte. Adolescentes e jovens LGBTQIA+ possuem uma sexualidade assim como qualquer outro jovem cisgênero e heterossexual. Negar a existência da diversidade é não só os condenar ao ostracismo como também inibir construções identitárias e interações sociais.

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado. [...], as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão. É inquietante notar que alguém

que não pode existir, ser visto, ouvido, conhecido, reconhecido, considerado, respeitado e tampouco amado pode ser odiado (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

Desta forma, chegamos ao ponto de convergência dos dois eixos centrais desta pesquisa: sendo a mídia um espelho positivo de vivência para muitos jovens de sexualidades dissidentes, não seria ela uma boa ferramenta a partir da qual o docente poderia discutir as múltiplas vivências e sexualidades?

Paulo Freire já nos alertava que uma “educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas” (1967, p. 84). Por isso, busquei apresentar nesta pesquisa uma conversa ampla e que contribuísse para o conhecimento de todos, independentemente das identidades de gênero e orientações sexuais. Por isso, às vezes alguns pontos podem soar didáticos demais, mas acredito que desenvolver com urgência uma educação para a sexualidade é importante na promoção de um ambiente acolhedor para TODO o alunado, uma vez que “a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento” (JUNQUEIRA, 2009, p. 36).

Levou mais de um século desde que o cinema foi inventado para que em 2018 uma grande produtora investisse num filme em que o protagonista era um jovem gay e esse filme fosse a maior bilheteria de todos os filmes lançados naquele final de semana, permitindo que milhares de jovens pudessem visualizar numa tela grande exemplos de vivência que não os colocassem no lugar do risível ou do caricato, e agora que chegamos aqui, não vamos mais retroceder.

Ao jovem que eu fui durante os anos 90 e aos adolescentes a quem futuramente poderei lecionar, esta pesquisa foi feita tendo vocês como protagonistas.

## 1. SOMOS MUITOS E ESTAMOS AQUI!

O biólogo norte-americano Alfred Kinsey publicou em 1948 o resultado de um estudo no qual defendia que cerca de 10% da população masculina dos Estados Unidos se relacionava sexual e afetivamente, de forma exclusiva, com outros homens, ou seja, eram homens gays. Em 1953, Kinsey divulgou os dados da pesquisa voltada para as mulheres e concluiu que algo em torno de 12% seriam lésbicas — mulheres que se relacionavam sexual, afetiva e exclusivamente com outras mulheres. Sessenta e um anos depois do primeiro trabalho do estadunidense, em 2009, a pesquisa *Mosaico Brasil*, do Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex) do Hospital das Clínicas, liderada pela psiquiatra e professora Dra. Carmita Abdo, da Universidade de São Paulo, realizada com 8.200 pessoas com idade superior a 18 anos em dez capitais brasileiras (Brasília, Salvador, Fortaleza, Manaus, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Cuiabá), mostrou que 7,8% dos homens e 4,9% das mulheres dessas cidades se declaravam gays e lésbicas, respectivamente, e que 2,6% dos homens e 1,4% das mulheres se identificavam como bissexuais — pessoas que têm relações afetivo-sexuais com ambos os sexos. Somando todas essas porcentagens da pesquisa de Abdo, o total de mulheres e homens que se enquadravam num padrão em dissonância da norma heterossexual seria de aproximadamente 10,4% para os homens e de 6,3% para as mulheres.

Obviamente, ambas as pesquisas — a de Kinsey e a de Abdo — possuem limitações metodológicas, pois, além de serem baseadas em autodeclarações, é notório que muitas pessoas preferem não revelar sua orientação sexual com medo das represálias e violências que indivíduos de sexualidades dissidentes ainda sofrem. Contudo, tomando como base os dados da pesquisa *Mosaico Brasil* e aplicando sobre os dados demográficos do último *Censo Brasileiro* realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)<sup>2</sup> em 2010, em que a população brasileira correspondia a cerca de mais ou menos 190 milhões de habitantes, teremos mais ou

---

<sup>2</sup> Os questionários do IBGE não contêm perguntas sobre a orientação sexual dos entrevistados, contribuindo dessa forma para o apagamento e silenciamento dessas pessoas. No dia 26 de maio de 2020 enviei um e-mail ao órgão, no qual indaguei se eles já possuíam alguma pesquisa sobre o tema. Como resposta recebi primeiro uma negativa sobre o assunto e uma orientação para que eu solicitasse essa alteração à ouvidoria do instituto. No mesmo dia, recebi uma segunda resposta reafirmando que o órgão não possuía essa informação, mas que no mesmo *Censo* de 2010 perguntou-se aos entrevistados se seu cônjuge era do mesmo sexo, e 67.455 casais responderam que viviam uma relação homoafetiva.

menos 31 milhões de pessoas que não se relacionam sexual e afetivamente, de forma exclusiva, com outras do sexo oposto.

Os números do parágrafo acima indicam que pessoas homossexuais existem, são muitas, e estão aqui. Podem ser o seu professor, a sua amiga, a pessoa que está ao seu lado no ônibus, a que te vende o pão pela manhã, a que te aplica uma multa de trânsito e também aquela pessoa por quem você vai se interessar e com a qual irá se envolver emocional e sexualmente, ou essa pessoa homossexual pode ser você mesmo. Essa pessoa sou eu! Dito isso, fica acordado que este trabalho será transpassado por minhas experiências como homem gay e pelo caminho que trilhei da negação da minha sexualidade até a percepção do quão importante era não só abraçar minha orientação sexual mas também me ver como cidadão do mundo e exigir dele a visibilidade da minha existência.

Pergunte a qualquer mulher lésbica, homem gay, pessoa bissexual ou trans que você conheça em que período da vida ela começou a tomar consciência de que não correspondia ao padrão de relacionamentos e vivências menina-menino e menino-menina que somos forçados a aceitar como norma, e garanto que essa pessoa irá lhe dizer que os indícios da sua sexualidade, orientação sexual e/ou identidade de gênero começaram a aparecer na tenra infância, intensificaram-se na adolescência e tornaram-se certeza antes mesmo de o indivíduo chegar à idade adulta. Estudos realizados no Reino Unido concluíram que “a idade em que as pessoas saem do armário como gays, lésbicas ou bi é agora em média dezessete anos — enquanto ainda estão na escola ou na faculdade” (DAWNSON, 2015, p. 120).

É consenso geral em nossa sociedade que a fase da adolescência é por si só um período turbulento, de incertezas e construção identitária. Some a esse stress elevado e potencializado pela explosão de hormônios a descoberta e reconhecimento de que a orientação do seu afeto pode ser diferente daquela dos que estão ao seu redor, as dúvidas se tudo isso que você está vivendo é correto, pecado, natural ou não. O educador e psicólogo Claudio Picazio, que trabalha com adolescentes desde 1983, esclarece de forma resumida em um trecho do seu livro, *Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais*, como é esse período para o jovem de sexualidade dissidente:

É normal querer ser aceito pelo grupo durante a adolescência. É normal usar um modelo de perfeição — como uma atriz de cinema ou

um jogador de basquete — e sentir-se meio inferior em comparação. É normal se preocupar com todas as mudanças que de repente acontecem no corpo e nos desejos com a chegada da puberdade. O que você não costuma ouvir é que também é normal ser diferente (PICAZIO, 1998, p. 14).

Mesmo que esse jovem tenha algumas certezas positivas e negativas sobre qualquer aspecto que o empurre para a marginalidade dos direitos básicos, ou, ainda, conte com o mínimo de apoio em seu convívio, o cenário futuro que se vislumbra para pessoas que estão sob a sigla LGBTQIA+<sup>3</sup> não é nada convidativo.

“A cada 26 horas um LGBT brasileiro morre de forma violenta vítima de homicídio ou suicídio, o que faz do nosso país o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (2019, p. 13) — é o que afirma o *Relatório sobre Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil*, que o Grupo Gay da Bahia (GGB) publica anualmente de forma independente desde 1980, colhendo as informações em revistas, jornais, sites e relatos pessoais, uma vez que o governo brasileiro, além de não se esforçar para mensurar os números da população LGBTQIA+ de seu país, também não faz qualquer pesquisa oficial sobre a violência contra essas pessoas. Crimes de ódio cometidos contra lésbicas, travestis e gays geralmente são registrados como discriminação, injúria ou agressão, empurrando-se para o ostracismo a real natureza dessas violências. O mais recente relatório do GGB, divulgado em 2019, demonstra que naquele ano, o número de pessoas LGBTQIA+ que sofreram mortes violentas (assassinatos ou suicídios) foi de 329. O mesmo documento ainda informa que “tais mortes cresceram incontrolavelmente nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média em 2000, saltaram para 260 em 2010, subindo para 398 nos últimos três anos” (2019, p. 14). Pessoas trans e travestis estão ainda mais vulneráveis. De acordo com o relatório do GGB, “o risco de uma pessoa trans ser assassinada é aproximadamente 17 vezes maior do que um gay” (2019, p. 15). Fora do Brasil, as notícias também não são animadoras: pelo menos 72 países, estados independentes ou regiões ainda criminalizam a homossexualidade, e dentre eles oito aplicam pena de morte a homossexuais.

---

<sup>3</sup> Uma das siglas mais usadas pelo movimento de pessoas de sexualidade dissidente, que significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexuais, Assexuais, e o símbolo + denota toda e qualquer orientação sexual ou identidade de gênero que exista ou ainda possa existir. Não há um consenso sobre a sigla, e esta foi mudando ao longo da história do movimento homossexual. Por isso, algumas citações usam somente a sigla LGBT ou variações dela. Trataremos melhor desse assunto no próximo capítulo.

Apesar de 40,7% da homofobia — termo cunhado nos anos 70 pelo psicólogo norte-americano George Weinberg, que significa repulsa, preconceito, ou aversão a pessoas que se relacionam afetivamente com outras do mesmo sexo — estar concentrada majoritariamente na faixa etária que vai dos 20 aos 35 anos, outras formas de violência afetam a vida das pessoas LGBTQIA+, como afirma a pesquisa sobre Juventudes e Sexualidade realizada em 2004 pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação e da Saúde, coordenada por Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva:

Mas ainda que se focalize aqui mais a questão da homofobia, são diversos os preconceitos e discriminações que em nome da sexualidade, desrespeitam e ferem a dignidade do outro, constituindo, muitas vezes, para quem é o objeto desses, sofrimentos e revoltas. São legitimados por padrões culturais que cultivam simbólica e explicitamente hierarquias e moralismos em nome da virilidade, da masculinidade e da rigidez que codifica uma determinada vivência da sexualidade como a normal, a consentida. Muitas expressões de preconceitos e discriminações em torno do sexual tendem a ser naturalizadas, até prestigiadas e não entendidas necessariamente como violências (ABRAMOVAY; CASTRO E SILVA, 2004, p. 278).

Júlio Assis Simões e Regina Facchini, no livro *Na trilha do arco-íris*, que narra a luta por dignidade do movimento LGBTQIA+ ao longo dos últimos 50 anos, comentam a “profusão e tranquilidade com que as expressões de humilhação, ofensa e xingamentos [...] são ditas em qualquer situação social, nos estádios de futebol, na sala de aula, nos programas humorísticos de televisão, nas reuniões de trabalho ou no botequim” (2009, p. 25). São violências tão sutis e naturalizadas que só quem as sofre diariamente pode medir sua força devastadora.

Na contramão das expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, a homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidiana, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, na escola, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem nenhum medo de errar, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 26).

Está correto afirmar, portanto, que a vivência homossexual é fortemente marcada pelo preconceito, discriminação e violência, o que dificulta a construção de

uma imagem positiva acerca de si, como observa o filósofo Axel Honneth em sua obra *Luta por reconhecimento*:

Nessas alusões metafóricas à dor física e à morte, expressa-se linguisticamente o fato de que compete às diversas formas de desrespeito pela integridade psíquica do ser humano o mesmo papel negativo que as enfermidades orgânicas assumem no contexto da reprodução de seu corpo: com a experiência do rebaixamento e da humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças (HONNETH, 2003, p. 219).

Antes mesmo de Honneth, o também filósofo e pensador moderno Charles Taylor discutia em seu trabalho *O multiculturalismo e a política do reconhecimento* a necessidade da criação e manutenção de políticas públicas que legitimassem a existência e celebrassem o reconhecimento de grupos distintos culturalmente e principalmente dos grupos minoritários dentro desse espectro, salientando os traumas que a negligência de direitos e visibilidade podem ocasionar.

... uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um dano real, uma distorção real, se as pessoas ou a sociedade em torno delas os enviarem uma imagem especular que expressa uma figura confinante (aprisionadora), depreciativa ou desprezível. O não reconhecimento ou a falta de reconhecimento pode causar prejuízos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém num modo falso de ser, distorcido e reduzido (TAYLOR, 1994, p. 25).

Podemos associar esse aprisionamento citado por Taylor com o que se costuma chamar entre as pessoas de sexualidade dissidente de “estar no armário”. A expressão vem do inglês “skeletons in the closet” (esqueletos no armário), uma metáfora para se referir a algum tipo de segredo vergonhoso que com o tempo a comunidade homossexual passou a usar como sinônimo para esse momento da vida em que muitos de nós, na busca de autopreservação, nos escondemos do mundo, nos fechamos dentro de nós e ocultamos lá no interior de nosso ser qualquer sentimento ou desejo que fuja do padrão imposto pela sociedade e nos force a sair desse esconderijo seguro.

“Não há uma primeira vez para entrar no armário; já nascemos lá dentro” (BIMBI, 2018, p. 13) — é o que relata o ativista, jornalista e doutor em Letras e Estudos da Linguagem Bruno Bimbi, argentino naturalizado brasileiro, em seu livro *O Fim do*

*Armário. Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans no Século XXI*, em que afirma que a negação da sexualidade por pressões externas faz parte da vida de pessoas homossexuais mesmo antes da compreensão do que seria de fato todo o universo de atração sexual e afetiva englobado pelo termo “sexualidade”. O autor ainda narra o que se segue na vida de pessoas homossexuais, mesmo após se “sair do armário” outra expressão cooptada do inglês que somou a já usada “skeletons in the closet” o dito “come out” que significa “revelar-se”.

Mas, depois, parece que o armário não termina nunca. A presunção de heterossexualidade é o truque que o faz reaparecer, como essas velinhas de aniversário que se acendem de novo depois de apagadas. Podemos ter feito o maior *coming out* com todo mundo, mas basta mudar de bairro, começar um curso de idiomas ou trocar de emprego para que, sem termos feito ou dito coisa nenhuma, todos pressuponham, de novo, que somos héteros. E não é um detalhe; é mais estressante do que parece [...] O armário é poderoso (BIMBI, 2018, p. 25).

Bimbi ainda destaca em seu texto o quanto o armário invisível que é construído em torno do jovem LGBTQIA+ castra a descoberta e plena vivência de sua sexualidade, em extrema oposição às vivências de jovens de sexualidades normatizadas: “Se você é heterossexual [...] há um monte de esforços mentais que você nunca teve que fazer para se descobrir, entender e, depois, dividir essa informação com os outros” (2018, p. 14).

### **1.1 Visibilidade, Representação e Representatividade**

A construção desse esconderijo para se manterem seguras do mundo e das retaliações e violências que este pode lhes causar começa muito cedo na vida de pessoas homossexuais, fazendo da infância e adolescência um espaço de medo e provável surgimento de futuras rejeições, causando assim uma letargia ou até castração de uma autoimagem positiva. Tudo isso ocorre, além dos fatores já citados em outros parágrafos, por dois grandes motivos: Visibilidade e Representatividade, ou, no caso, a falta delas.

Reflita por um momento sobre as suas primeiras referências midiáticas — contos infantis, canções de roda, desenhos animados, filmes, novelas, músicas da moda... Avance até suas primeiras aulas de alfabetização e tente rememorar os

exercícios da escola: algum deles cita uma relação afetiva divergente do padrão homem-mulher? Provavelmente sua resposta será um grandioso: Não! Essas representações não ocorrem, pois a existência de pessoas e corpos divergentes é negligenciada de forma estrutural desde que o mundo é mundo, num apagamento histórico engendrado com o intuito de homogeneizar as sociedades e suas relações, como afirma o professor James Dawson, autor da obra *Este livro é gay: E hétero, e bi, e trans*, que durante oito anos ministrou aulas sobre diversidade sexual em colégios públicos do Reino Unido.

Valores heteronormativos são enfiados pela nossa goela abaixo desde que nascemos. A Cinderela fica com um cara que encontrou só uma vez, e a quem ela mentiu; a Pequena Sereia rejeita sua cultura inteira por causa de um bofe; aquela outra princesa até curte uma zoofilia e dá uns beijinhos num SAPO — mas não tem NENHUM modelo de comportamento LGBT para crianças (DAWNSON, 2015, p. 79).

Se consultarmos o dicionário, encontraremos a definição de “visibilidade” como o “atributo ou condição do que é visível” (VISIBILIDADE, 2020). Assim, entende-se que para que algo exista de fato, é necessário que seja visto, é necessário que os olhos de todos o enxerguem e validem a sua existência. Essa validação de nós pelo outro e do outro em nós é importante para a nossa autoaceitação e autoimagem.

[...] na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro, novamente como um particular (HONNETH, 2003, p. 47).

Está aí a importância real da visibilidade: quando se olha para o mundo, e não se encontra nada nem ninguém em quem se espelhar, não há como se projetar ou se identificar, e isso afeta a construção da autoestima, pois parte dela é elaborada a partir de modelos que estão à nossa volta, como familiares, amigos, professores, ou figuras midiáticas que são para muitos jovens suas únicas referências na ausência de outras mais próximas. Os posicionamentos públicos sobre orientação sexual de pessoas tidas como ídolos para muitos adolescentes LGBTQIA+ são de extrema eficácia e relevância.

Por isso, enquanto muitos jovens não podem viver abertamente suas relações ou ser honestos com as famílias, esses gestos de famosos que são admirados por muita gente ajudam. Para um adolescente que tem medo de sofrer bullying na escola, ou de não ser aceito pelos pais, ver seu ídolo esportivo ou o ator de sua série favorita falando sobre a própria sexualidade pode lhe infundir coragem e melhorar a sua autoestima. Pode ser uma referência positiva com a qual se identificar, para não sentir-se sozinho. No passado, quando uma figura artística, esportiva, política ou de qualquer outro tipo se aventurava a sair do armário, esse adolescente que se encontrava com o namorado às escondidas e que ainda não tinha falado com os pais nem com os amigos não tinha referências. Era como estar, de certa forma, sozinho no mundo (BIMBI, 2018, p. 47).

Notamos então o quão importante é para a existência de pessoas LGBTQIA+ o posicionamento público de pessoas famosas. Contudo, não é todo dia que uma figura midiática assume publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero; afinal, estamos falando de algo extremamente íntimo, e dados todos os demais argumentos apresentados até aqui, fica evidente que este posicionamento não é uma decisão fácil de ser tomada. Portanto, se lutamos por uma sociedade mais igualitária, é nosso dever exigir maior visibilidade e representação também nos formatos ficcionais da mídia, uma vez que esta ocupa uma posição majoritária no corpo social ao produzir e emitir discursos, visões de mundo e principalmente representações sobre a vida social.

O dicionário Michaelis traz várias definições para a palavra “representação”, tais como “ato ou efeito de representar(-se)”, “exposição oral ou escrita de razões, queixas, reivindicações etc. a quem possa interessar ou a quem de direito” e também “imagem ou ideia que traduz nossa concepção de alguma coisa ou do mundo” (REPRESENTAÇÃO, 2020), e apenas um significado para a palavra “representatividade”, que é “qualidade de representativo” (REPRESENTATIVIDADE, 2020), que por sua vez está ligado à palavra “representação”, que já foi analisada neste parágrafo. Por mais que etimologicamente não existam grandes diferenças entre seus significados, na prática das vivências homossexuais há divergências potentes e importantes, mas deixaremos essa discussão para os próximos tópicos. Por ora, nos concentremos no significado de que representação é uma imagem que traduz uma concepção, ou seja, é a materialização da existência de algo ou alguém — **Uma afirmação de ser**. E é isso que a ficção pode proporcionar às pessoas LGBTQIA+, como afirma a Doutora em Comunicação Social pela UFMG e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade Cásper

Líbero, Ângela Cristina Salgueiro Marques, no artigo *Representações de Vínculos homoeróticos em telenovelas: do estigma à reconstrução do sentido*:

A ficção fornece aos sujeitos em comunicação algumas representações que, ao serem apreendidas, auxiliam na produção de novos sentidos e significados, além de possibilitarem aos interlocutores maior conhecimento de si mesmos e dos outros (2010, p. 45, *apud* MARTÍN-BARBERO, 1993; SILVERSTONE, 2002).

## 1.2 A importância da mídia como veículo de representação

Douglas Kellner é um dos mais notáveis especialistas na área de Estudos Culturais com foco nos efeitos da mídia na vida social. Em seu livro *A Cultura da Mídia*, ele esclarece que foi “com o advento da televisão, no pós-guerra, que a mídia se transformou em força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social” (2001, p. 26), e também que “sociedade e cultura são terrenos de disputas e que as produções culturais nascem e produzem efeitos em determinados contextos” (2001, p. 23).

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem seus sentidos de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (KELLNER, 2001, p. 9).

A mídia, então, segundo Kellner, pode até mesmo chegar a ocupar as lacunas deixadas por instituições tradicionais como a família, igreja ou escola na construção de crenças, valores e identificações sociais.

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar [...] (KELLNER, 2001, p. 10).

Demarca-se assim o poder formativo que a mídia possui, e é importante ressaltar aqui que Kellner não retrata a mídia como grande salvadora no âmbito dos conflitos sociais; pelo contrário. O autor tem consciência de que assim como ela pode dar força, voz e imagem a grupos marginalizados, a mídia também reforça estereótipos e mantém o status quo de grupos dominantes, num ciclo sem fim de morde e assopra.

[...] a cultura da mídia pode constituir um terrível empecilho para a democratização da sociedade, mas pode também ser uma aliada, propiciando o avanço da causa da liberdade e da democracia. A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo (KELLNER, 2001, p. 13).

Apesar de Kellner afirmar que as “produções da indústria cultural devem ser eco da vivência social” (2001, p. 27), ele também destacou em seus estudos que a cultura da mídia é guiada por questões mercadológicas, que ela observa as mudanças sociais e as molda para servir aos seus próprios interesses e ganhos.

A diferença vende. O capitalismo deve estar constantemente multiplicando mercados, estilos, novidades e produtos para continuar absorvendo os consumidores para as suas práticas e estilos de vida. A mera valorização da “diferença” como marca de contestação pode simplesmente ajudar a vender novos estilos e produtos se a diferença em questão e seus efeitos não forem suficientemente aquilatados. Também pode promover uma forma de política de identidade em que cada grupo afirme sua própria especificidade e limite essa política a seus próprios interesses, deixando de ver assim as forças comuns de opressão (KELLNER, 2001, p. 61).

A partir dessa ótica, há de se entender como as vivências homossexuais foram ao longo dos anos sendo incorporadas cada vez mais às narrativas ficcionais da mídia com o intuito de representar de forma mais fidedigna as mudanças sociais, e assim angariar cada vez mais consumidores para seus produtos. A questão problemática desse ponto é que essas representações não eram feitas a partir da ótica das pessoas homossexuais, negando-lhes o direito de serem agentes ativos de suas próprias vivências.

Necessitamos de narrativas que nos incluam. As narrativas são importantes em toda cultura, e a falta de representações produz uma exclusão profunda. Nas histórias infantis que eu lia quando era criança, o príncipe se apaixonava pela princesa. Em todos os filmes, telenovelas, séries, canções, sempre havia alguma história de amor ou desamor entre um homem e uma mulher. Durante muitíssimo tempo, a literatura, o teatro, o cinema e a televisão fizeram de conta que os gays não existiam. Depois, pouco a pouco foram nos incorporando, mas de forma ridícula ou perversa, como seres esquisitos, doidos, fracassados, tristes ou cômicos, para nos condenar ao final trágico ou rir de nós... O lugar do maldito ou do ridículo (BIMBI, 2018, p. 96).

Creio que aqui cabe um relato pessoal. Vivi minha adolescência na segunda metade dos anos 90. Nessa época minha maior fonte de consumo de cultura, como para muitos outros brasileiros, era a televisão, sendo que ainda hoje, mesmo como o avanço da internet, somente 2,8% dos lares não possuem pelo menos um aparelho de TV. Buscar uma referência de vivência homossexual significava nessa época assistir a personagens LGBTQIA+ serem muitas vezes representados de forma caricata ou vilanesca. Sempre como coadjuvantes, sem profundidade dramática e um interesse amoroso concreto, pois não tinham nenhum tipo de envolvimento físico ou emocional mais denso. Beijo na boca na TV só iria acontecer no programa *Beija Sapo* da MTV em 2006, e numa rede de televisão de maior alcance (TV Globo) somente em 2013 na novela *Amor à Vida*. Exemplo notório da negação e rejeição que esses personagens causavam nessa época foram as personagens Rafaela e Leila, um casal lésbico morto na explosão de um shopping na telenovela brasileira *Torre de Babel* (1998).

Fernanda Nascimento, autora do livro *Bicha (nem tão) má: LGBTs em telenovelas*, analisou 62 novelas e séries produzidas pela Rede Globo entre 1970 e 2013 e constatou que somente em 2003, na telenovela *Mulheres Apaixonadas*, existiu um casal de adolescentes lésbicas, Rafaela e Clara, que, para terem direito a um simples beijo no último capítulo da trama, precisaram de um “disfarce” que amenizasse a cena para o público conservador. As meninas personificaram Romeu e Julieta do clássico de Shakespeare, e só assim, de forma abafada, escondida e disfarçada, é que puderam trocar uma carícia mínima. Num balanço geral sobre as representações pesquisadas, Nascimento conclui:

Em uma análise minuciosa percebe-se que além de não se diferir dos relacionamentos heterossexuais, muitas das personagens nem chegam a ter a sua sexualidade explorada, ficando claro apenas que se trata de LGBTs, mas sem acesso a uma vivência sexual dentro da trama (NASCIMENTO, 2015, p. 110).

Voltando às minhas vivências, é importante ressaltar alguns esforços hercúleos da época, como o filme *Três Formas de Amar*, de 1994, em que três jovens universitários — dois meninos e uma menina — descobrem, experimentam e questionam os limites de sua sexualidade; e personagens como Sandrinho e Jefferson, que colocavam em pauta a questão da saída do armário no seio familiar na telenovela brasileira *A Próxima Vítima*, de 1995. Mesmo essas pequenas tentativas de discussão não me contemplavam. Eles não eram eu. Não eram adolescentes que precisavam lidar não só com uma sexualidade não condizente com a norma vigente e uma sociedade que insistia em nos pôr à margem mas também com os dramas comuns da adolescência: família, amigos, escola etc.

O documentário estadunidense *Visible: Out on Television*, do serviço de *streaming* Apple TV+, lançado em 2020, traça um panorama histórico da representação da comunidade LGBTQIA+ na mídia, abrangendo desde a primeira vez que a palavra “homossexual” foi pronunciada na televisão americana até a atualidade, em que há séries como *Pose*, com cinco atrizes trans no elenco principal, além de pessoas trans atrás das câmeras. Janet Mock é uma dessas pessoas trans dos bastidores da série, na função de roteirista e diretora, e descreve como geralmente são as representações midiáticas de pessoas de sexualidades dissidentes.

O curioso sobre a representação gay é que geralmente somos os únicos no seriado. Somos isolados. Estamos lá para apoiar a jornada de outra pessoa, a jornada do protagonista hétero ou cisgênero, sua autenticidade, bravura e coragem. E depois nós morremos (VISIBLE..., 2020, cap. 4).

De modo geral, revirando minha memória a respeito das representações que chegavam até mim, é perceptível o quanto as personagens e suas tramas trabalhavam no sentido de manter as pessoas homossexuais num quadro de desvalorização, com suas realidades pautadas num universo composto de sofrimento e solidão. É importante ressaltar que TUDO é valioso no processo de inserção e validação de pessoas de grupos minoritários na sociedade. É preciso ter visibilidade para ter existência de representação. Cada qual em sua época, a existência de

personagens de sexualidades dissidentes abriu caminhos para que hoje eu pudesse estar aqui discutindo na academia essas questões; contudo, “visibilidade não é sinônimo de respeito” (MARQUES, 2010).

As representações estereotipadas rapidamente transformam-se em piadas destinadas a manter o distanciamento e a marginalidade dos indivíduos que afirmam seu pertencimento aos grupos acima mencionados. O escárnio, o riso, a humilhação e a opressão estigmatizam os indivíduos e grupos, impedindo que eles se entendam e sejam entendidos em sua diferença, e através dela (MARQUES, 2010, p. 40).

O professor Dr. João Freire Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no artigo *Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias*, citando Barthes, discorre sobre como a construção de imagens que não agregam valor social a indivíduos tem por finalidade a inflexibilidade social de grupos marginalizados, retomando aqui a discussão valiosa ao movimento homossexual que iniciamos em tópicos anteriores sobre a diferença entre representação e representatividade.

[O estereótipo]... reduz toda a variedade de características de um povo, uma raça, um gênero, uma classe social ou um “grupo desviante” a alguns poucos atributos essenciais (traços de personalidade, indumentária, linguagem verbal e corporal, comprometimento com certos objetivos etc.), supostamente fixados pela natureza. Encoraja, assim, um conhecimento intuitivo sobre o Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso comum (FREIRE FILHO, 2004, p. 47, apud BARTHES 1963: 71).

### 1.3 Representação **NÃO É** o mesmo que Representatividade

“Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele” (FREIRE, 1967, p. 57). Paulo Freire, o grande pensador brasileiro no campo da pedagogia e autor dessa frase não a escreveu, creio eu, tendo em mente o tema deste trabalho. Contudo, levando-se em conta que toda sua vida e obra é pautada no quanto valioso é o desenvolvimento de uma relação dialética — com os outros e com o mundo —, a convergência de pensamentos é inevitável, principalmente quando ele afirma que “[...] a visão de si mesmo como a do mundo não podem absolutizar-se fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza” (1967, p. 59).

Falamos no tópico anterior sobre como as representações de pessoas de sexualidades dissidentes foram aproveitadas pela mídia a serviço do *status quo* heteronormativo, como exemplifica Warren Littlefield, produtor de televisão, no documentário *Visible*, ao afirmar que até o final dos anos 90 todos os personagens homossexuais assumidos numa série de TV ainda eram secundários. “Eles não são mais inexistentes. Eles existem nesse mundo, mas estão à margem dele”. O que Littlefield diz ao sustentar a retórica de que as pessoas homossexuais não são mais inexistentes é que até pode existir uma representação de pessoas LGBTQIA+ naquele produto, mas quando essa representação não dialoga com o mundo, quando não ultrapassa o simples existir por existir, ela NÃO É representativa, pois não é de fato um olhar *sobre* aquela pessoa. Neste ponto encontramos novamente uma convergência com Paulo Freire, quando ele ressalta que para se sentir parte do mundo o sujeito deve estar integrado a ele: “A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida de transformá-la” (1967, p. 58).

Richard Miskolci, sociólogo e professor brasileiro, discute questões de gênero na sua obra *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* e caracteriza essa falsa aceitação das sexualidades e vivências dissidentes pela sociedade heteronormatizada como “mera tolerância”, destacando as diferenças entre tolerar e reconhecer. Nesse sentido, podemos aqui fazer um paralelo entre representação e representatividade.

Tolerar é muito diferente de reconhecer o outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceitá-la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática, de cultura. É uma concepção de cultura muito fraca, na qual se pensa: há pessoas que destoam da média e devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada por esse outro (MISKOLCI, 2012, p. 51).

Retomando a minha própria narrativa como jovem LGBTQIA+ em busca de um modelo a que eu conseguisse aspirar, constato que essa situação de falta de representatividade só começou a mudar para mim já no final da minha adolescência, quando, graças ao Teatro, comecei a conhecer outros jovens como eu, que passavam por situações e dilemas parecidos com os meus. Um desses novos amigos — que continua sendo um grande amigo até hoje — me apresentou DELICADA ATRAÇÃO, um filme de 1996 (mas que eu só iria ver em 2001) ao qual assisti numa fita cassete

meio às escondidas, depois que meus pais foram dormir. O filme narra a história de dois adolescentes gays que moram no mesmo conjunto habitacional no subúrbio de Londres. Quando um deles passa a morar com o outro depois de sofrer uma agressão física do pai, o afeto floresce entre eles, chegando ao ponto de ambos se beijarem numa floresta ao som da banda californiana The Mamas & The Papas. Foi como se olhar num espelho (um espelho geográfico e etnicamente difuso, mas ainda assim bem mais claro). Esse filme foi um marco para mim, pois foi a primeira vez que assisti a uma história em que os personagens tinham idades compatíveis com a minha, em que os conflitos deles (e a sexualidade era apenas mais um no meio de tantos outros) eram os mesmos que os meus. Finalmente eu conseguia me ver. Oprah Winfrey, famosa apresentadora de televisão americana, e outra depoente no documentário *Visible*, resume perfeitamente o que senti naquela noite: “Quando você vê imagens que refletem sua própria vida, é um lembrete de que sua vida importa. Isso é uma coisa que todo ser humano precisa: validação” (VISIBLE..., 2020, cap. 4).

A partir dos anos 2000, foram produzidas várias outras obras cinematográficas e televisivas que contribuíram muito para o meu reconhecimento e orgulho de ser quem sou. Em 2018, dessa vez numa grande rede de cinema, assisti a um outro filme sobre adolescentes gays: COM AMOR, SIMON, e me emocionei ao ver uma sala cheia de jovens, muitos deles com seus namorados ou namoradas, aparentemente sem medo de expressar e viver sua sexualidade. Teremos mais à frente um capítulo especialmente para discutir essas duas obras tão significativas para mim, suas diferenças e a evolução na representação de personagens e vivências homossexuais. Por ora, apenas gostaria de destacar como “a mídia fornece recursos simbólicos para que os indivíduos possam implementar, repensar e articular o entendimento que têm de si mesmos e dos outros” (MARQUES, 2010).

Assim, podemos concluir que representar é dar visibilidade à existência de pessoas que não seguem as normas padronizantes de vivências sociais e sexuais. Contudo, a real representatividade dessas pessoas vai além de mostrar: “*Veja, aqui temos uma pessoa gay! Olha como a sua existência é difícil*”. Representatividade é se desdobrar em questões como: *o que essa pessoa sente? O que essa pessoa deseja? Quais os seus sonhos?* Afinal nós, pessoas LGBTQIA+, somos muito mais do que apenas a nossa sexualidade. Portanto, é necessário que as representações ultrapassem não só as visões superficiais a respeito das sexualidades dissidentes como também ampliem as discussões sobre nós enquanto cidadãos e agentes do

mundo. Representatividade também é dar voz e poder a pessoas LGBTQIA+, pois não há ninguém melhor do que nós para contar as nossas próprias histórias, sob as nossas próprias perspectivas. Temos tristezas e perdas, mas também temos alegrias e vitórias. Não somos só um signo de tragédia.

#### **1.4 O silêncio não é mais uma resposta**

Ao longo deste primeiro capítulo discutimos a importância e relevância que a representatividade de pessoas LGBTQIA+ em grandes mídias pode ter para jovens de sexualidades dissidentes. Ao mesmo tempo, tecemos críticas à forma como essa representação por vezes é feita. Contudo, a despeito da aparente dicotomia de afirmações, Douglas Kellner nos alerta sobre a importância do olhar crítico sobre essa ferramenta de visibilidade.

Quando as pessoas aprendem a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, etc. capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, são capazes de manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Tal aquisição de poder pode ajudar a promover um questionamento mais geral da organização da sociedade e ajudar a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social (KELLNER, 2001, p. 83).

Assim, compreendemos que, enquanto agentes ativos das nossas vivências e cientes da imagem positiva que uma legítima representação na mídia pode difundir sobre pessoas de grupos minoritários, é nosso dever lutar por essa representatividade. É importante salientar também que as representações midiáticas são apenas mais um dos meios de luta por dignidade, contudo elas não substituem a necessidade de criação de políticas públicas pelo Estado que garantam a (sobre)vivência e integridade de pessoas de sexualidades dissidentes.

Uma vez que, como alertado logo no início deste capítulo, este trabalho é guiado pelas minhas próprias vivências como homem gay e agora também graduando do curso de Licenciatura em Arte-Teatro, posso afirmar que a mídia, — e no que tange a este trabalho, o cinema — além de ser uma ferramenta pessoal de reconhecimento e construção de identidade, também possui um potencial pedagógico que pode

auxiliar na ampliação da discussão sobre questões de sexualidade, aspecto de que iremos tratar em capítulos posteriores e que é também destacado pelo teórico e professor de cinema brasileiro Ismail Xavier.

Desde o período do cinema mudo fez-se explícito o interesse pela análise da dimensão educativa do cinema em seus vários gêneros. De um lado, o cinema incorpora aquela dimensão formadora própria às várias formas de arte que cumprem um papel decisivo de educação (informal e cotidiana); de outro, ele pode se inscrever de forma mais sistemática no processo educativo, seja pelo uso de qualquer gênero de filme (ficção, documentário) em sala de aula, com interação direta com a fala do professor (XAVIER, 2008, p. 14).

Também usamos neste primeiro capítulo muitas expressões, nomes e siglas que talvez não sejam de domínio geral ou que gerem dúvidas a discentes e docentes. Portanto, no capítulo a seguir serão apresentadas e discutidas as questões de gênero com base principalmente nos estudos de Judith Butler, que enfatiza o quanto “as pessoas são reguladas pelo gênero e que esse tipo de regulação opera como uma condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa” (2014, p. 249).

Hoje, ao contrário de quando eu era adolescente, os jovens se sentem mais livres para se expressar, tirar dúvidas e dialogar sobre sua sexualidade em casa e na sala de aula, e, enquanto docentes, precisamos encarar de frente essas conversas. O boletim Aprendizagem em Foco do Instituto Unibanco, com o tema “*Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos*”, alerta aos educadores sobre o não diálogo a respeito de temas envolvendo sexualidade.

[...] é preciso superar a visão normatizadora e homogeneizadora, que preconiza que os diferentes devem se adaptar às regras e conceitos de “normalidade”. Dessa maneira, o diferente passa a ser tratado artificialmente como igual, num tipo de postura que dá suporte, ainda hoje, às falas de educadores que reconhecem a existência de discriminações, mas acreditam que é melhor permanecer em silêncio para evitar que os preconceitos surjam. Porém, o efeito acaba sendo o contrário, pois o silêncio cria a impressão de que as diferenças não existem, mascarando e reforçando as desigualdades em nome de uma suposta normalidade (BOLETIM APRENDIZAGEM EM FOCO Nº 11, 2016).

O silêncio não é mais uma resposta. Nós, pessoas homossexuais, existimos, somos muitos, estamos aqui e a sociedade vai ter que nos ver, e falar sobre nós. Attendamos então — pessoas homo e heterossexuais — ao chamado que Harvey Milk,

importante ativista e primeiro homem abertamente gay a ser eleito para cargo público nos Estados Unidos, nos fez durante o seu famoso *Discurso da Esperança*, realizado durante a Parada Gay de 1978 em São Francisco.

Neste aniversário de Stonewall, peço a minhas irmãs e irmãos gays para fazer o compromisso de lutar. Para si, pela sua liberdade, para o seu país... Não conquistaremos nossos direitos ficando tranquilos em nossos armários... Estamos saindo para lutar contra as mentiras, os mitos, as distorções. Estamos saindo para dizer as verdades sobre gays, porque estou cansado da conspiração do silêncio, então eu vou falar sobre isso. E eu queria que vocês falassem sobre isso...

## 2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

No capítulo anterior foi frisada a importância da visibilidade e da representatividade para grupos minoritários. No que tange a este trabalho, esse grupo é composto das pessoas de sexualidades dissidentes: mulheres que amam outras mulheres, homens que amam outros homens, mulheres e homens que amam tanto outras mulheres quanto outros homens, e pessoas que não se identificam com o sexo biológico. Muitas dessas pessoas lutam bravamente por seus direitos há séculos, em busca simplesmente de uma vida digna como a que as pessoas dos grupos dominantes gozam em plenitude. Boa parte dessas lutas por garantia de direitos humanos básicos nasce a partir das disputas de narrativa sobre o conceito do que seria gênero, da expressão e vivência deste.

As primeiras a questionar os conceitos, definições, privilégios e desigualdades relativos a gêneros foram as mulheres, através dos movimentos feministas. Não é o foco deste trabalho fazer uma linha do tempo da história do feminismo, até porque esse assunto mereceria uma pesquisa muito mais densa e direcionada. Contudo, em resumo, após um primeiro momento focado na reivindicação do direito ao voto (sufrágio), seguiu-se, a partir dos anos 60, uma segunda onda do movimento feminista em que o foco era o questionamento do patriarcado. Na década seguinte, com a adesão do movimento hippie e outros levantes da contracultura, os papéis atribuídos às mulheres na sociedade, no trabalho e na família começaram a ser colocados em xeque pelas feministas. Esse questionamento de papéis gerou a identificação do movimento gay, que absorveu o questionamento sobre os gêneros na sua luta.

O autor do presente trabalho se alinha com as ideias dessas mulheres e em especial com as de Judith Butler, ativista, filósofa, professora da Universidade da Califórnia e grande expoente da Teoria *Queer* (tema este que também será tratado com mais ênfase nos próximos parágrafos).

### 2.1 Judith Butler e os problemas de gênero

Em 1990, Butler publicou o livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, endossando um discurso que já vinha se propagando desde meados dos anos 20, em que afirmava-se que sexo biológico e identidade de gênero são coisas distintas, ou seja, se você nasceu com um pênis, não necessariamente você é

um homem. O mesmo se aplica à vagina — não é ela que garante que a pessoa será de fato uma mulher. Segunda Butler, o sujeito — Mulher e Homem — não é preexistente, mas, de acordo com sua teoria, é forjado em conformidade com as expectativas que a sociedade tem do que é “ser mulher” ou “ser homem”.

Com base nos estudos de Michel Foucault sobre os sistemas de poder, em que ele sustenta a tese de que esses sistemas regulam a vida em sociedade a partir da restrição e monitoramento da vida privada, Butler afirma que “os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas” (2020, p. 19).

... o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2020, p. 21).

Assim, segundo a filósofa, gênero é algo construído e mantido pela sociedade, que o molda a partir dos interesses dos grupos dominantes, assim como também o modifica à medida que se transforma, não sendo, portanto, algo natural ou preestabelecido.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura [...] Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero (BUTLER, 2020, p. 25).

Essa definição de gênero como uma construção histórica e social defendida por Butler é um desdobramento do pensamento iniciado pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) no livro *O Segundo Sexo* (1949). É dela a celebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2020, p. 29).

Essa “compulsão cultural” que Butler cita são aquelas características que nos são impostas desde o nascimento, do tipo: Menino usa azul e Menina usa rosa. Meninos brincam de futebol, e Meninas de boneca. Homem não chora. Mulher é sensível. Enfim, essas máximas sociais compõem o universo do que se entende como masculinidades e feminilidades, e que interiorizamos e usamos como ferramenta de medição e regulação do outro, muitas vezes chegando até mesmo a reproduzir opressões em práticas castradoras que, de tão seculares, se tornam naturalizadas.

As normas sociais não escolhem os sujeitos; elas se impõem a todos e todas, mesmo aqueles e aquelas que jamais conseguiram atendê-las. Daí, nessa perspectiva, se dissolve o paradoxo aparente de mulheres machistas, gays homofóbicos ou negros racistas. Afinal, ideais coletivos moldam todos nós, eles se fazem valer por normas e convenções culturais que deveriam ser nosso alvo crítico em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MISKOLCI, 2012, p. 47).

É preciso, então, estar sempre atento para não se tornar um reprodutor de discursos repressores, pois, uma vez assimilado que sexo e gênero são questões distintas e que o último é algo particular e individual de cada sujeito, é nosso dever respeitar e acatar a decisão pessoal do outro. Somente assim é que conseguiremos evoluir para discussões mais amplas sobre a sociedade e suas maneiras de viver a sexualidade, como afirma Butler.

[...] um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação reguladora de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção (BUTLER, 2014, p. 249).

## 2.2 Sexualidades: Definições Importantes

Uma vez compreendido que sexo biológico não define o gênero de um sujeito, podemos avançar para um outro tópico, que, ao mesmo tempo que complementa os dois primeiros (sexo e gênero), também é por si só algo distinto: a sexualidade.

[...] ao usarem a palavra “sexualidade”, as pessoas tendem a pensar apenas em relações sexuais, mas a sexualidade vai muito além disso. A sexualidade envolve desejo afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes até secreta, de nosso eu (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Como afirma Butler, “ter um gênero não pressupõe que alguém se envolva numa prática sexual determinada” (2014), ou seja, da mesma forma que o órgão sexual não define se a pessoa será mulher ou homem, o gênero — feminino ou masculino — não obriga essa pessoa a ter uma afetividade entendida como a regra geral: mulheres amam homens e homens amam mulheres. Como a pessoa se identifica, como ela expressa o seu gênero e para onde o seu afeto é direcionado não caminham, necessariamente, sempre de mãos dadas numa única direção. Partindo desse primeiro entendimento, a seguir serão apresentadas definições importantes para se compreender as especificidades das pessoas de sexualidades dissidentes.

### Identidade de Gênero

“É a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico” (REIS, 2018). Geralmente, a maioria dos estudos subdivide a identidade de gênero em dois grandes grupos: o das pessoas cisgêneras e o das pessoas transgêneras.

Cisgênero: O prefixo “cis” vem do latim e significa “do mesmo lado”, ou seja, pessoas cisgêneras são aquelas que se reconhecem como sendo do seu sexo biológico e se identificam com este.

Transgênero: Também com origem no latim, o prefixo “trans” significa “além de”. Desta forma, pessoas trans são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi

atribuído no nascimento. Alguns estudos e setores da militância utilizam o termo num formato guarda-chuva para abarcar outras identidades de gênero em dissonância da cisgeneridade, como: travestis, não binários, gênero fluido, agêneros, entre outras. Contudo, não há um consenso sobre isso, e todas as identidades vêm lutando cada vez mais pela sua visibilidade, não só em relação aos grupos majoritários como também dentro do próprio grupo de sexualidades dissidentes.

Trans ou Travesti? Além de tratamentos hormonais para modificações e adequações corporais, algumas mulheres trans realizam operações de readequação sexual de retirada do pênis, mas isso **não é uma regra** tampouco representa a vontade de todas as pessoas trans. No passado existia uma distinção que tinha como base essa intervenção cirúrgica, segundo a qual quem as realizava seriam transexuais e quem mantinha o órgão genital se denominaria travesti. Contudo, atualmente essas distinções não existem mais e tudo depende do autorreconhecimento. Muitas mulheres trans, mesmo fazendo a operação de redesignação sexual, continuam se reconhecendo Travestis como forma de resistência política e afirmação de existência, uma vez que essa identidade de gênero ainda é muito estigmatizada. O contrário também é verdadeiro. Não é necessária uma intervenção cirúrgica para que essa mulher ou homem se identifique como trans. É importante destacar também que as Travestis se identificam com o gênero feminino. Sendo assim, a forma correta de se dirigir a elas é **SEMPRE** no feminino (A Travesti) e nunca no masculino (O Travesti).

Drag Queen é Travesti? Não! A arte *drag* é uma expressão artística, e não de gênero. São pessoas<sup>4</sup> que se utilizam de roupas, acessórios e maquiagem com uma finalidade artística de entretenimento, e que em geral não mantêm essa expressão de forma permanente na vida social.

Queer. Com origem no inglês, significa “estranho ou fora do normal”, e até meados do século XX era usado como xingamento contra homossexuais. Com o tempo o movimento de pessoas de sexualidades dissidentes se reapropriou do termo, usando-o como forma de afirmação da própria existência. Pessoas que se identificam como

---

<sup>4</sup> Por se tratar de uma expressão artística, QUALQUER pessoa pode fazer parte desse movimento, ou seja, homens, mulheres, cisgêneros, transgêneros e todas as orientações sexuais. Há inclusive um movimento bem forte e consolidado de *Drag Kings*, que são aqueles que performam a imagem masculina.

*queer* são aquelas que criticam o binário heterossexual-homossexual e não se enquadram nele, como explica Miskolci:

Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma. Em resumo, o antigo movimento homossexual denunciava a heterossexualidade como sendo compulsória, o que podia ser também compreendido como uma defesa da homossexualidade. O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aqueles e aquelas considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heteroreprodutivo. O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo (MISKOLCI, 2012, p. 25).

Gênero Fluido e Não Binário: São aqueles que não se identificam exclusivamente com um único gênero ou ainda que flutuam entre os dois, podendo se expressar e identificar em alguns momentos com o masculino e outros com o feminino ou ainda numa espécie de terceira via entre os dois. O movimento das pessoas que não se identificam com o modelo binário também vem fomentando a discussão a respeito do uso de uma Linguagem Neutra que não demarque os gêneros e se estenda para além das letras A (gênero feminino) e O (gênero masculino). A mais recente resposta proposta é a utilização das letras E e U, como: *minhe* ao invés de meu/minha, e *elu* ao invés de ele/ela. O debate segue em curso, e ainda não há consenso sobre esse tema.

Intersexual: Antes chamados de hermafroditas — termo que atualmente é considerado inadequado e pejorativo —, são pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou do masculino. Note que foi dito *características sexuais biológicas* e não *órgão genital*, porque nascer com os dois sexos ou com uma genitália indefinida é somente um dos casos possíveis para pessoas intersexuais. Outras diferenças que não se conformam ao entendimento binário padrão dos corpos também podem ser encontradas nos cromossomos, gônadas, hormônios ou, ainda, na parte interna do sexo biológico.

Agênero: Pessoas que não possuem sentimento de pertencimento a nenhum dos modelos de gênero vigentes na sociedade atual.

### **Expressão de Gênero**

“É a maneira como o indivíduo se manifesta ou se apresenta para o outro, para um grupo ou para uma comunidade onde convive, trabalha, estuda ou realiza qualquer outro tipo de atividade. É caracterizada por acessórios, vestimentas e comportamentos próprios do indivíduo e da maneira de expressar sua sexualidade e se relacionar com o meio” (VENTIMIGLIA, 2020, p. 32). Assim como a identidade de gênero, a expressão dele não está associada ao sexo biológico.

### **“Ideologia” de Gênero**

É UMA MENTIRA, criada, fomentada e mantida por setores conservadores da sociedade que insistem na ideia de que somente o sexo biológico pode designar o gênero do indivíduo. No Brasil o termo se difundiu a partir de 2014, na época da atualização do Plano Nacional da Educação que visava incluir as discussões sobre a pluralidade de sexualidades nos currículos escolares. Os conservadores acusaram o governo de querer “doutrinar” as crianças e jovens para que “virassem” lésbicas, gays e travestis. A pressão conservadora venceu, e o PNE foi aprovado sem fazer nenhuma menção a gênero e orientação sexual.

### **Orientação Sexual**

“Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (PRINCÍPIOS, 2006).

A atração afetiva sexual de uma pessoa pode ter várias vertentes. O biólogo Alfred Kinsey, citado no início do capítulo anterior, no seu trabalho de mapeamento da afetividade das pessoas no início do século passado, já demonstrava que apesar

dos extremos bem demarcados existem muitas possibilidades de experimentação e vivência sexual, como destacam Simões e Facchini:

Para Kinsey, a sexualidade humana não consistia num universo compartimentado de categorias nitidamente demarcadas, mas antes num gradiente contínuo, com uma gama de matizes comportamentais (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 32).

Atualmente, as categorias de orientação sexual mapeadas são:

Heterossexual: pessoas que sentem atração física, sentimental e afetiva por indivíduos do gênero oposto.

Homossexual: pessoas que sentem atração física, sentimental e afetiva por indivíduos do mesmo gênero. Dentro desse grupo, as mulheres são chamadas de Lésbicas, e os homens de Gays.

Bissexual: pessoas que se relacionam tanto com homens quanto com mulheres. Indivíduos desse grupo são denominados bissexuais, ou simplesmente Bi.

Assexual: são aqueles que possuem pouco ou nenhum interesse no ato sexual, o que não exclui o interesse e envolvimento sentimental e afetivo das pessoas assexuais.

Pansexuais: o prefixo “pan” vem do grego e significa “tudo”. Desta forma, pessoas pansexuais são aquelas que se relacionam com o outro independentemente da sua identidade de gênero ou orientação sexual. Pessoas desse grupo são avessas aos binarismos existentes, como homem-mulher ou homo-hétero.

### **Opção ou Orientação?**

Define-se “opção” como “ação de optar, de escolher entre duas ou várias coisas” (OPÇÃO, 2020). Reflita um segundo sobre tudo o que foi exposto até este ponto do trabalho: toda a violência que uma pessoa homossexual sofre; todo o medo que uma pessoa trans tem no país que mais mata pessoas trans no mundo; toda a humilhação que um jovem de sexualidade dissidente sofre na escola diariamente, e

pense: quem, em sã consciência, faz uma escolha voluntária de passar por tudo isso? NÃO! Não é uma opção! Não escolhemos, simplesmente somos. Por isso, o termo correto não é opção, uma questão de simples escolha, e sim orientação, uma direção interior e sobre a qual não temos controle, que aponta o nosso sentimento e desejo numa direção.

Todos nós somos educados desde criança para ser heterossexuais e todos os moldes que nos exibem, em casa ou na escola, vêm no formato menino + menina. Por isso, o que de fato acontece com gays e lésbicas é que, em algum momento, nós percebemos que não nos encaixamos nesses moldes. Não escolhemos, descobrimos. Os heterossexuais não precisam perceber nem descobrir nada, porque desde crianças lhes disseram que, se são homens, algum dia vão começar a sentir-se atraídos por mulheres e, se são mulheres, pelos homens, e isso acontece. Então seguem em frente. No nosso caso disseram o mesmo, mas um dia vimos que era mentira: o que sentimos é diferente do que tinham nos contado. Não podemos, simplesmente, seguir em frente; temos que ver o que fazemos com isso que “acontece” (BIMBI, 2018, p. 21).

A única escolha ou opção possível no campo da orientação sexual é a de revelar ou não ao mundo a sua condição. Muitos não o fazem por medo, mas a cada dia outros tantos fazem disso uma ferramenta de afirmação.

Dessa forma, escolher e nomear intencionalmente uma identidade sexual pode ser um ato político. Dizer “eu sou gay”, ou “eu sou lésbica”, ou “eu sou bissexual” pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 33).

## **Heterossexismo, Heterossexualidade Compulsória e Heteronormatividade**

A sociedade é guiada pelos padrões da maioria heterossexual. Seus valores e regras sociais são impostos sobre todos nós, gerando normatizações violentas sobre aqueles que desafiam, através de seus corpos e vivências, essas regras. O professor Richard Miskolci apresenta um resumo detalhado de como essas opressões se manifestam sobre as pessoas de sexualidades dissidentes.

**Heterossexismo** é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um

homem e uma mulher. A **heterossexualidade compulsória** é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas de sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente, de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática, apenas de imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade os casais formados por dois homens ou duas mulheres. A **heteronormatividade** é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero (MISKOLCI, 2012, p. 48, grifo nosso).

## **Homossexualismo ou Homossexualidade?**

Acompanhe abaixo uma breve linha do tempo sobre esse tópico:

- 1973: Os Estados Unidos retiram o termo “Homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychological Association*, passando a ser usado o termo “Homossexualidade”.
- 1985: No Brasil, após uma intensa campanha liderada, sobretudo, pelo antropólogo Luiz Mott e o advogado João Antônio Mascarenhas, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprova a retirada da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais da Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborado pela Organização Mundial da Saúde e utilizado como guia no país.
- 1990/1993: Após forte pressão dos movimentos sociais, a Assembleia Mundial da Saúde aprova a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde — medida esta em que, como visto no parágrafo acima, o Brasil foi pioneiro. Contudo, a nova classificação entrou em vigor nos países-membros das Nações Unidas somente a partir de 1º de janeiro de 1993.
- 1999: O Conselho Federal de Psicologia (CFP) acompanha a decisão do CFM e formula a Resolução nº 001/99, considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio ou perversão, além de instruir profissionais da

Psicologia a se posicionarem contrários às discriminações e os impedir de realizar qualquer tratamento de cura da homossexualidade.

Com base em todos os fatos históricos acima citados, se há um consenso mundial de que a homossexualidade não é um distúrbio, não há nenhuma razão plausível para que seja usado o sufixo “ismo”, terminação diretamente ligada a um significado de doença, ao invés do sufixo “dade”, que remete a “modo de ser”.

### 2.3 Sopa de Letrinhas

A sigla que dá nome ao movimento de pessoas com sexualidades dissidentes também é palco de disputas de narrativas e visibilidades. Desde a revolta de Stonewall<sup>5</sup> em 1969 até os dias atuais, o nome da nossa comunidade tem se modificado numa busca por ser cada vez mais inclusivo e abranger da melhor forma possível toda a diversidade de vivências e sexualidades divergentes do padrão heterossexual e cisgênero, como afirma Guilherme Engelman Bortoletto em sua pesquisa *LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade*.

O ato de expor as diferentes homossexualidades e reafirmá-las se mostra um ato político, também uma tomada de decisão diante de normas sociais que reprimem essas expressões. Dessa forma, a identidade da comunidade LGBTQIA+ se constrói [...], em sua missão de se mostrar como um ambiente de acolhimento e pertencimento, como também o principal instrumento para que a vivência das pessoas e suas homossexualidades possam ser defendidas como legítimas (BORTOLETTO, 2019, p. 10).

Não existe um consenso universal sobre a composição exata da sigla do movimento. No Brasil, desde a inédita Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, que contou com cerca de 10 mil participantes somando-se as conferências regionais e que ainda, na solenidade de abertura, teve a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva — fato sem precedente no nosso país —, foi adotado como nomenclatura oficial o termo LGBT. Contudo, houve um longo caminho

---

<sup>5</sup> Stonewall Inn é um bar localizado na região de Greenwich Village, em Nova York, nos Estados Unidos. Ele foi cenário para uma das mais expressivas revoltas sociais da história e um marco para a comunidade LGBTQIA+. No próximo capítulo apresentaremos mais informações sobre esse local e sua importância para o movimento das pessoas de sexualidades dissidentes.

de discussões até esse ponto e que se estende na contemporaneidade, como podemos acompanhar a seguir:

**1970 – 1990 | MHB:** O Movimento era conhecido somente como Movimento Homossexual Brasileiro.

**1992 | MGL:** Num aceno inicial à necessidade da visibilidade das mulheres, o movimento passa a se reconhecer como Movimento de Gays e Lésbicas.

**1995 – 1997 | GLT/GLS:** Com a fundação da Associação de Travestis e Liberados (Astral) no Rio de Janeiro em 1992 e o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (Entlaids) organizado em 1993, as mulheres travestis e transexuais começaram a exigir e ocupar espaços de liderança dentro do movimento homossexual, que passou a adotar a sigla GLT — *Gays, Lésbicas e Travestis*. Já a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), ao contrário do entendimento geral, nunca foi uma sigla oficial do movimento. Ela é inspirada no conceito americano de “gay friendly”, utilizado para designar espaços comerciais onde pessoas homossexuais seriam benquistas. A sigla GLS foi criada pelo jornalista André Fischer, carioca radicado em São Paulo, e um dos idealizadores do Festival de Cinema Mix Brasil da Diversidade Sexual<sup>6</sup>, além do primeiro portal de conteúdo homossexual no país, o Mix Brasil<sup>7</sup>. O movimento rejeitou o termo, principalmente por entender que o “S” de Simpatizante, que englobaria qualquer pessoa aliada à causa, tiraria o protagonismo dos indivíduos deste grupo minoritário. O próprio André Fischer, em entrevista realizada em 2007 à *Revista Imprensa*, destaca a diferença entre as siglas.

“São duas coisas diferentes. GLBTT é quando você fala de direitos que englobe gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. GLS é um termo para falar de mercado e era esse o nosso objetivo para dizer qual era o público do festival.”

<sup>6</sup> Nos mesmos moldes do New York Gay and Lesbian Experimental Film Festival, O Festival Mix Brasil foi o primeiro evento a exibir filmes com temática e protagonismo LGBTQIA+. Ele acontece ininterruptamente desde 1994 sempre em São Paulo, mas com edições de menor porte e/ou itinerantes em outras capitais brasileiras.

<sup>7</sup> O portal saiu do ar em 2015. Com o aumento do acesso à internet e avanço de outras plataformas e redes sociais, o seu conteúdo começou a ficar obsoleto em face da diversidade de profusão de conteúdos à disposição dos usuários.

Simões e Facchini tem uma visão mais branda do que o próprio criador da sigla. Segundo eles, “a categoria GLS pareceu dar um novo formato a uma prática antiga: a de abrir o ‘gueto’ da homossexualidade para todos os que dela queiram participar” (2009, p. 148).

**2003 – 2005 | GLBT:** Em 2005, acontece o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, em que oficialmente é incorporada a letra B dos bissexuais à sigla do movimento no Brasil, medida já tomada em outros espaços do globo desde o início dos anos 2000. No mesmo encontro convencionou-se também de forma oficial que a letra “T” contemplaria Travestis, Transexuais e Transgêneros, passando assim a sigla oficial a ser GLBT.

**2008 | LGBT:** Durante a I Conferência Nacional GLBT realizada nesse ano, a letra “L” passa à frente na sigla para dar destaque às reivindicações de mulheres lésbicas, num reconhecimento de que estas sofrem dupla opressão: por serem mulheres e por serem também mulheres que amam outras mulheres.

**2018 | LGBTQIA+:** Novos grupos de vivências de sexualidade e corpos abjetos exigem visibilidade, e assim o movimento passa a agregar outras letras à sua sigla: “Q” de *Queer*, “I” de Intersexos, “A” de Assexuais e o símbolo “+” para abrigar outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero que existam ou possam a vir ser entendidas como tal num futuro próximo.

Há neste trabalho, por parte deste autor, a preferência pelo uso da sigla LGBTQIA+, pois, em concordância com o pensamento de Bortoletto, “A identidade que a comunidade LGBTQIA+ carrega consigo coexiste com a identidade de cada uma das siglas, não se sobressaindo nem se escondendo, mas simplesmente se completando” (2019, p. 11).

Se cada uma das letras representa uma vertente da comunidade, podemos concluir que cada vez mais novas vertentes, nascidas de novas experiências de vida, se aglomeram em volta dessa identidade geral, criando novos núcleos e novas identidades. Partindo do ponto de vista de um indivíduo em específico, sua identidade geral possui traços de sua identidade LGBTQIA+, que se manifesta de forma diferente quando membro da comunidade e quando uma pessoa

exclusiva. Se por um lado ele pertence ao todo que é a comunidade, por outro ele também é um indivíduo de características únicas, e dentro dessa comunidade, se identifica com alguma vertente específica da comunidade, assumindo papéis sociais e políticos a partir dessa homossexualidade que o representa (BORTOLETTO, 2019, p. 12).

A disputa por visibilidade, não apenas para quem está de fora deste grupo como também para os membros dele, é uma recorrência no movimento LGBTQIA+, que, após um longo período de protagonismo masculino, branco e cisgênero, vem a cada dia agregando mais narrativas que articulam outros marcadores sociais, como etnia, classe social, geração, etc., que transpassam e complementam as vivências homossexuais e trans no intuito de ampliar cada vez mais o sentimento de pertencimento dos indivíduos que estão sob a sua bandeira.

Como quer que você se identifique, lésbica, gay, bissexual, trans, queer, assexual, curioso ou cenoura, todos temos alguma coisa em comum — somos uma minoria e tomamos atitudes corajosas para nos identificar como tal, uma recusa em se esconder, uma declaração de quem somos (DAWNSON, 2015, p. 40).

## **2.4 É preciso discutir!**

Concluimos neste capítulo que gênero é algo pessoal e íntimo, e portanto as escolhas individuais de cada sujeito devem ser respeitadas e valorizadas. Compreendemos também que existem muitas outras possibilidades que alargam a nossa compreensão da sexualidade para além do binômio heterossexual/homossexual.

Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais perturbam as convenções, normas e hierarquias estabelecidos em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. Contribuem, assim, para repor ambiguidades, ambivalências e passagens, no lugar de definições, fronteiras e gavetas referentes a corpos, desejos e comportamentos, inclusive as que servem de orientação e referência ao próprio movimento LGBT (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 53).

A disputa por protagonismo de narrativas e visibilidade, inclusive dentro do próprio movimento LGBTQIA+, evidencia o quanto a discussão a respeito de

identificação de gênero e orientação sexual é dialética e contribui para a construção do autorreconhecimento e da afirmação social.

Há pessoas que consideram a sexualidade uma questão de foro íntimo — um assunto privado, a ser tratado no seio da família ou, no máximo, no consultório médico, mas jamais na escola, muito menos em livro didático. Porém, as discussões e controvérsias em torno do que é tido como moral, justo, saudável, legítimo e legal em termos de que é um tema público, social e político por excelência. Ou seja, não se trata mais de argumentar se o assunto deve ou não ser discutido. A discussão sobre sexualidade acontece há tempos, de múltiplas maneiras, em muitas ocasiões, e não há indícios de que possa se encerrar (SIMÕES, 2009, p. 153).

Discutir sexualidade, portanto, é uma forma de lançar luz sobre a vulnerabilidade a que as minorias sexuais e de gênero estão expostas diariamente e que tem por consequência, muitas vezes, o comprometimento do próprio direito à vida e à vida com dignidade, um princípio basilar garantido logo no artigo 1º da Constituição Federal do Brasil. Essa sublimação do direito a uma vida plena dos grupos minoritários é discutida por Patrícia Gorisch no livro *O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT: de Stonewall à ONU*.

Partimos do pressuposto de que a sexualidade faz parte da essência humana e, sendo da essência humana, é um direito de todas as pessoas. Sendo a sexualidade humana diversa, a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade fazem parte do rol das sexualidades, das expressões de desejo e amor. Desta, forma impedir que alguém manifeste a sua sexualidade é fazer com que a pessoa viva pela metade, seja incompleta e infeliz (GORISH, 2014, p. 61).

Poder expressar não só a sua sexualidade como também seus sentimentos e gozar de direitos humanos básicos foram e ainda são a base da luta do movimento homossexual. No próximo capítulo apresentaremos um breve histórico do ativismo LGBTQIA+ nos últimos 50 anos para que haja uma melhor compreensão de como foi possível estarmos aqui hoje concebendo ferramentas de discussão de temas como sexualidade e gênero com a sociedade.

Faz uma enorme diferença poder desfrutar de uma existência razoavelmente respeitável “fora do armário”, em que as tensões impostas pela clandestinidade e a vergonha, embora ainda presentes, estão bem mais atenuadas em comparação com outras épocas e situações. E se essa é uma experiência real para as atuais gerações,

assim como um projeto de vida plausível para as gerações futuras, e não apenas de uns poucos privilegiados, é devido, em grande parte, ao ativismo contra o preconceito e em defesa da cidadania LGBT. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 28).

### 3. HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ E A DOCÊNCIA

Na primavera de 1965, durante o seu exílio em Santiago no Chile, Paulo Freire escreveu *Educação como Prática da Liberdade*, e logo num esclarecimento inicial sobre sua obra o autor a dedica a todos aqueles que lutaram “[...] pela coragem da rebeldia e pela valentia de amar” (FREIRE, 2020, p. 54). Freire se referia nessa dedicatória a aqueles companheiros (tanto docentes quanto discentes) que se lançaram no movimento inovador iniciado por ele, de alfabetização de jovens e adultos no Nordeste brasileiro. Porém, dado o caráter dialógico e antiautoritário não só deste livro em específico, mas de todo o legado do pedagogo, sempre pautado no princípio de uma educação libertadora como caminho e ferramenta para a construção de um ser consciente de seu papel social e político, não é difícil fazer uma ponte entre a dedicatória de Freire e as pessoas LGBTQIA+, suas vivências e lutas.

Em todo o trabalho literário do pernambucano, é latente o quanto o educador valoriza um ensino dialógico e baseado numa relação de afeto em que “[...] toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina” (FREIRE, 2019, p. 68). O sentido do vocábulo “Afeto” citado há pouco não se resume, na obra freiriana, a um significado clichê piegas e romântico da palavra, mas consiste no entendimento de que ensinar e aprender exige estar disponível para escutar e absorver vivências e saberes mútuos que vão além de conteúdos exclusivamente didáticos.

É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 2020, p. 55).

Em sua última obra publicada em vida, *Pedagogia da Autonomia*, Freire reforça a necessidade da curiosidade e atenção que o professor deve ter em relação ao que o rodeia e também ao universo particular dos alunos, respeitando-se sua cultura e seu acervo de conhecimentos empíricos. Ele afirma que “ensinar exige compreender que educação é uma forma de intervenção no mundo” (2019, p. 96).

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção do mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal

ensinados e/ou aprendidos, implica tanto esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 2019, p. 96).

Entende-se também que intervenção, aplicada à obra de Paulo Freire, não tem nenhuma relação com as falácias recentes de setores conservadores da sociedade e política brasileira que demonizam o legado do educador, como esclarece o professor Francisco Correia Weffort na introdução da obra de Freire.

Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão (FREIRE, 2019, p. 19).

Por isso, este capítulo, com um apanhado histórico sobre o movimento LGBTQIA+, faz-se necessário. Gostem ou não, ainda somos um estado laico. Portanto, à revelia de crenças pessoais ou dogmas religiosos, todos os cidadãos, sejam eles adultos, idosos, jovens ou crianças, homo ou heterossexuais, trans ou cisgêneros, têm o direito à vida digna, à livre manifestação de afeto e à EDUCAÇÃO. Desta forma, entender como a ainda cerceada liberdade que pessoas LGBTQIA+ tem hoje para expressar a sua sexualidade é fruto de uma longa batalha é essencial para todos aqueles que realmente almejam uma sociedade mais igualitária e uma praxe educacional em conformidade com a contemporaneidade, como afirmam Cíntia Maria Teixeira e Maria Madalena Magnabosco na obra *Gênero e Diversidade: Formação de Educadoras/es*.

Um dos principais motivos da educação é, além da transmissão do conteúdo didático-pedagógico, à construção de uma sensibilidade para apreendermos pessoas e seus modos diferenciados de ser (TEIXERA; MAGNABOSCO, 2010, p. 19).

### **3.1 Da Grécia Clássica à Nova York Boêmia**

Desde a Grécia antiga existem descrições históricas de relações homossexuais, que só ganharam um termo específico e passaram a ser compreendidas como uma categoria em meados do século XIX, em textos produzidos pelo escritor austro-húngaro Karoly Benkett. Foi nesse mesmo período que pessoas

de sexualidade dissonante da norma homem-mulher viram a sua existência ser categorizada como uma *doença* ou *desvio* pela Medicina, somando-se às classificações de *pecado* dada pela Igreja e de *crime* pelo Estado, o que desencadeou uma primeira onda de lutas por reconhecimento e afirmação de existência.

As primeiras lutas do emergente ativismo homossexual se voltaram contra a criminalização da homossexualidade, como a campanha liderada por Magnus Hirschfeld na virada do século XIX para o século XX, para abolir o parágrafo 175 do Código Penal da Alemanha, que punia o comportamento homossexual entre homens. Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa, com a abolição das leis anti-homossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique, em fins de 1917, a fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld, em 1919, a realização de congressos internacionais e a formação de uma Liga Mundial para Reforma Sexual, em 1928 [...] (SIMÕES, 2009, p. 40).

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, esses pequenos avanços em prol das pessoas de sexualidades diversas da heterossexual viram seus esforços esmorecer, principalmente com o levante do nazismo na Alemanha, que em 1933 destruiu o Instituto de Hirschfeld, e queimou sua biblioteca e arquivos de pesquisa. Ao mesmo tempo, ainda na Alemanha, intensificavam-se as condenações por homossexualidade e o envio de prisioneiros para campos de concentração, onde eram obrigados a vestir uniformes costurados com a marca de um triângulo rosa, além de serem submetidos a um regime de trabalho forçado, em alguns casos chegando-se até mesmo à castração química. Segundo Claudio Picazio, estima-se que o regime nazista alemão “tenha exterminado 220.000 gays durante o Terceiro Reich. Dos mais de 50.000 casos documentados de homens homossexuais presos, 4.000 eram menores de idade” (1998, p. 15). Situação semelhante também acontecia na Rússia Soviética de Stalin, que através de artigos inseridos no código penal promovia violentas campanhas contra homens e mulheres homossexuais.<sup>8</sup>

O fim da Segunda Guerra e a criação da Organização das Nações Unidas abriu caminho para uma discussão até então negligenciada sobre Direitos Humanos Universais. Essa discussão deu fôlego, anos depois nos Estados Unidos, para que

---

<sup>8</sup> Vale acrescentar aqui que até hoje, em 2020, na Rússia a perseguição a pessoas homossexuais não só acontece como também é incentivada pelo governo. Em reportagem da Revista *Veja* de 2013, o presidente Vladimir Putin, que se mantém no poder até então, se declarou contrário à união homoafetiva, dizendo que “Enquanto eu for presidente, isso não acontecerá. Haverá um pai e uma mãe”.

um ainda embrionário movimento homossexual inspirado: pelos movimentos jovens do final dos anos 50, descontentes com o ambiente especialmente repressivo e intolerante da sociedade norte-americana; pelo pensamento feminista de questionamento da posição da mulher na sociedade patriarcal; pela organização do movimento negro contra políticas racistas, e também pela contracultura e crescente reivindicação da liberdade sexual pelo movimento hippie começasse a se solidificar e tomar forma, até culminar naquele que seria o grande marco do moderno movimento LGBTQIA+ mundial.

28 de junho de 1969. Nova York, Estados Unidos, Bar Stonewall Inn, Greenwich Village — região boêmia frequentada por homens e mulheres homossexuais, a maioria deles: jovens, não brancos, pobres, *drag queens* e travestis que “vinham do crescente gueto de foragidos que viviam do outro lado da cidade” (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 46). No início daquela madrugada a polícia tentou realizar mais uma de suas batidas em que, além das humilhações e verificações de identidade das pessoas mais heteronormativas, ocorriam prisões de *drags*, travestis e todos aqueles que ousavam borrar os limites de gêneros. Contudo, aquele dia seria diferente. Cansados das situações vexatórias constantes, os frequentadores do Stonewall Inn reagiram disparando pedras, garrafas e cadeiras como forma de enfrentamento à truculência costumeira da força policial, que acuada precisou se retirar. O confronto se arrastou ainda por mais seis dias, dando uma visibilidade nunca antes obtida à comunidade e lançando a pedra fundamental para o movimento LGBTQIA+, que a partir daquele ano passou a comemorar a data como o “Dia Internacional do Orgulho”. No ano seguinte (1970), as primeiras edições das *Paradas do Orgulho* aconteceram em Nova York, Los Angeles, Chicago e São Francisco, fazendo o grito de “Gay Power” ser ouvido por todo o globo.

“O amor que não ousava dizer o nome” tinha saído às ruas, criara sua própria rede de trocas, encontros e solidariedade, desenvolvera um senso mais positivo de autoestima pessoal e coletiva corporificado nas novas identidades de gays e lésbicas, referidas à singularidade de seus desejos sexuais. Palavras de ordem como “assumir-se” ou “sair do armário” foram postas em prática, com a intenção de recriar um novo modo de existência em função da especificidade do desejo sexual vilipendiado, como abrigo, resistência e combate à hostilidade e à opressão (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 45).

### 3.2 Os primeiros passos do ativismo brasileiro

No Brasil, a homossexualidade não é crime desde 1830, quando a sodomia<sup>9</sup> foi retirada do Código Penal do então Império Brasileiro. Porém, apesar de o ato em si não ser mais crime, a perseguição contra pessoas LGBTQIA+ se manteve desde então, geralmente enquadrada como atos públicos de indecência, atentado ao pudor ou vadiagem. “Até 1940, vigorou também uma proibição legal ao travestismo, então descrito como o uso em público de ‘trajes impróprios’ para disfarçar o sexo com a intenção de enganar” (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 54). Numa ação muito semelhante ao ocorrido durante o nazismo — em que, com a desculpa da supremacia ariana que desprezava qualquer desvio, fosse ele físico, comportamental ou de sexualidade —, no Brasil, Estado e Medicina se uniram na caça às sexualidades dissidentes e aos corpos abjetos.

Na ausência de leis explícitas de condenação a homossexualidade, médicos e legistas agiam em estreita colaboração com a polícia nos esforços de prescrever ações correcionais que, acrescidas à punição pelos crimes previstos na Lei, podiam ampliar indefinidamente o tempo de privação de liberdade daqueles que vinham a ser diagnosticados como homossexuais (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 66).

Pesquisadores da história do movimento homossexual no Brasil são unânimes em afirmar que já existiam em meados dos anos 50 associações de homens gays que se dedicavam à socialização e ao reconhecimento enquanto grupo minoritário. Contudo, um posicionamento mais coordenado e com pautas mais politizadas sofreu um adiamento na aglutinação enquanto grupo social em nosso país após o golpe de 1964 que instaurou a Ditadura Militar, conforme relatam James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes no livro *História do Movimento LGBT no Brasil*.

Se, em outros países do mundo, inclusive da América Latina, o espírito juvenil rebelde de 1968 inspirou a eclosão de um movimento homossexual ainda no final da década de 60, a ditadura brasileira retardava os efeitos domésticos dessa onda Internacional de libertação, contracultura e desbunde, criando obstáculos concretos para a organização das pessoas LGBT no Brasil. Isso porque, de um lado, questões comportamentais tornaram-se objeto da razão do

---

<sup>9</sup> Termo que indica a prática sexual do coito anal, utilizado por muitos anos para designar pessoas homossexuais.

Estado depois do golpe de 1964 e, sobretudo, após 1968. A sexualidade passou a ser, em certa medida, tema pertinente à segurança nacional para os militares. Os desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo também foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual (GREEN, QUINALHA, et al., 2018, p. 10).

A despeito de governos autoritários, economias dilaceradas e abismos sociais, a América Latina, ecoando as vozes que se levantaram em Stonewall, também começou a se organizar abordando “questões de um cotidiano marcado pelo machismo, pelo patriarcado, pela violência às mulheres e opressão da sexualidade dissidente” (TRINDADE, 2018, p. 229). Em 1971 foi criada em Buenos Aires a Frente de Libertação Homossexual Argentina (FLHA), e em 1979 o movimento homossexual latino já estaria organizado o suficiente para realizar sua primeira *Marcha del Orgullo Gay* na Cidade do México. No Brasil, com um aceno de abrandamento do regime ditatorial, intelectuais, artistas e ativistas políticos começaram a se organizar segundo suas demandas, incluindo nesse grupo os ativistas gays. João Silvério Trevisan, um dos mais ativos membros do recém-agrupado movimento homossexual da época, narra no seu livro *Devassos no Paraíso* como foi o início dessas reuniões voltadas para ações afirmativas.

Com o abrandamento, a partir de 1975, do ciclo ditatorial brasileiro, começou a esboçar-se entre nós um novo movimento de cosmopolitização. O golpe militar de 1964 tinha em suas entranhas um nem sempre secreto teor nacionalista/xenofóbico que, aliás, a esquerda daquele período compartilhava com gosto — não obstante as graves diferenças entre os dois polos ideológicos. Paradoxalmente, a compulsória modernização desse período da vida brasileira ocorreu, no terreno cultural, por força dos próprios militares, que, ao provocar o exílio de inúmeros intelectuais, os colocaram em contato brutal com o mundo. Quando esses personagens começaram a voltar, graças à anistia instaurada em 1979, trouxeram consigo vivências que haviam absorvido em sua forçada temporada longe do lar. Foi assim que nos chegou, por exemplo, o eurocomunismo. Assim nos chegaram também as inquietações ecológicas, feministas e antirracistas tal como vicejavam em países capitalistas avançados — Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suécia (TREVISAN, 2000, p. 314).

Dois fatos importantes marcam o início do movimento nacional de lésbicas e gays no Brasil, sendo eles a criação do jornal *O Lampião da Esquina* com sede no Rio

de Janeiro e do grupo SOMOS em São Paulo, o primeiro aglutinamento de homossexuais assumidos com caráter de sensibilização social e política das pautas, principalmente, de homens gays.

### 3.3 O pioneirismo do Lampião

Inspirados pelo jornal *O Pasquim*<sup>10</sup>, surgiram na segunda metade dos anos 70 diversos periódicos feitos de maneira informal que abordavam o universo homossexual, mas ainda muito centrados em fofocas do meio ou relatos de bailes e concursos de beleza. Uma ligeira exceção foi a *Coluna do Meio* do jornalista Celso Cury, que era publicada no jornal *Última Hora*, de São Paulo, publicação de porte relevante e que pertencia ao já imponente Grupo Folha<sup>11</sup>. O conteúdo da coluna não divergia tanto dos tabloides informais, porém se diferenciava por trazer informações sobre o movimento gay politizado, principalmente dos Estados Unidos. A coluna durou três anos e seu autor sofreu inúmeras perseguições do governo por supostas ofensas à moral e aos bons costumes da época.

Inquieto com a falta de voz e visibilidade de pautas importantes das pessoas de sexualidades dissidentes, o advogado carioca João Antônio de Sousa Mascarenhas promoveu um encontro de escritores, jornalistas, artistas e intelectuais homossexuais de destaque na época, como Aguinaldo Silva, Caio Fernando Abreu, João Carlos Rodrigues, João Silvério Trevisan, Gasparino Damata e Darcy Pentead, e propôs a eles um jornal brasileiro voltado ao público homossexual, no mesmo modelo do americano *Gay Sunshine*, que se distanciava do que era feito no Brasil por mesclar a parte festiva da afirmação da sexualidade com as lutas políticas necessárias para a garantia de direitos. Em pouco tempo o grupo lançava uma edição experimental de circulação restrita de seu tabloide. Essa edição prévia trazia um artigo com o título “*Saindo do Gueto*” assinado por todos do Conselho Editorial, que explicitava a missão daquele que seria um importante marco histórico da luta LGBTQIA+ brasileira.

[...] o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito — o que nós queremos é resgatar essa

<sup>10</sup> Tabloide com ares anárquicos que desafiava tanto a tradicional forma de fazer jornalismo no Brasil quanto o governo autoritário da Ditadura Militar.

<sup>11</sup> O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do Brasil. Estão sob o controle do grupo tanto o jornal impresso e digital *Folha de São Paulo* quanto o jornal *Agora*. Também faz parte do grupo o instituto de pesquisa Datafolha, além de uma transportadora e agência de publicidade.

condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal [...] (O LAMPIÃO, 1978, edição 0).

Com a boa receptividade da sua edição experimental, em 25 de maio de 1978 chegava às bancas a edição número 1 do tabloide com uma tiragem de 10 mil exemplares. A existência de um veículo de mídia voltado às pessoas de sexualidades diversas, endossado por nomes importantes e de relevância no cenário jornalístico e artístico nacional, servia também para gerar um sentimento de empoderamento de existência e ressignificação de autoimagem.

[...] Lampião vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” — tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo —, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros de locais de pegação guei nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como viado e bicha), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos diversos grupos de esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções (TREVISAN, 2000, p. 317).

Em poucos meses o jornal passou para uma tiragem de 15 mil exemplares. Em relação ao conteúdo, além de dar visibilidade aos grupos homossexuais que começavam a surgir no país e promover uma valorização da imagem das pessoas homossexuais na tentativa de afastar as representações degradantes feitas pela imprensa tradicional, o *Lampião* tecia constantes críticas não só ao governo e suas perseguições truculentas como também a posturas higienizantes dentro do próprio movimento homossexual da época, que, em busca de uma aceitação da sociedade heteronormatizada, rejeitava o modo de ser que transitava entre os binários do feminino/masculino e expressões dialéticas que se aproximavam dos espaços de sociabilização mais marginalizados, como descreve o jornalista e escritor Aguinaldo Silva em artigo da época, reproduzido por Simões e Facchini no livro *Na Trilha do Arco-Íris*.

O uso de tais palavras em Lampião, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para, em

seguida, desmistificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviam como o meio mais simples para mostrar a “separação” que existe entre o nosso mundo e o dos outros. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outras igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo: entendido, por exemplo; e até mesmo que empreguemos sutilmente termos de um outro idioma, como é o caso de gay (Lampião bagunçou logo o coreto, traduzindo-a para guei, que significa absolutamente nada). A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las [...] (SILVA, Aguinaldo *apud* SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 90).

A partir do segundo ano do jornal, da mesma forma como já havia acontecido a Celso Cury e sua “Coluna do Meio”, os editores do jornal começaram a sofrer perseguições e processos, sendo acusados de violar a moral e os bons costumes. Na sequência, a justiça conservadora “passou a promover uma devassa na contabilidade do jornal, na tentativa de demonstrar sua capacidade de sobreviver como empresa e forçar o encerramento de suas atividades” (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 88).

Depois que bombas foram lançadas por grupos conservadores em bancas que revendiam o tabloide e com os seus editores fragilizados após meses de inquéritos e investigações vexatórias que acabaram sendo arquivadas por falta de dados comprobatórios, o *Lampião* teve sua derradeira edição em junho de 1981, deixando uma lacuna na articulação das vozes dissonantes dos grupos de sexualidades minoritárias, como narra Edward MacRae.

Embora Lampião nunca tivesse se colocado formalmente como porta-voz do movimento e sempre insistisse na autonomia total da sua linha editorial, o jornal servia como ponto de referência central e divulgador das atividades dos grupos por todo o país. Quando deixou de ser publicado, um clima de desânimo e desconfiança se instaurou; o projeto transformador inicial do movimento homossexual parecia tornar-se menos viável, os militantes se sentiam desorientados, sem ideia do curso de ação a seguir (MACRAE, 2018, p. 49-50).

### **3.4 A coletividade do SOMOS**

Durante a Ditadura Militar que governou o Brasil de 1964 até 1985, um dos grupos que mais se articularam na defesa dos valores de uma real democracia foi o dos estudantes. Eram comuns os fóruns em universidades para discutir e organizar ideias de combate aos militares. Com o foco na oposição ao regime ditatorial, grupos focados em pautas mais específicas, como os das mulheres, negros e homossexuais,

eram postos de lado como assuntos de segunda importância, o que gerava entre eles o anseio de ter suas pautas colocadas em evidência.

Os debates da época estimulavam o questionamento das posições políticas focadas na centralidade da luta de classes, reivindicando legitimidade a lutas mais específicas. Por conta disso, a emergente política de identidade posta em prática pelos movimentos de feministas, negros e homossexuais gerava uma tensão junto a certos militantes da esquerda (vários dos quais estavam aliados às tendências progressistas da igreja católica). Para estes, tais esforços minoritários pulverizavam o privilégio que deveria caber à “luta maior” em prol das mudanças sociais e econômicas mais amplas, em direção ao socialismo (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 96).

Foi nesse contexto que em 1978, um grupo de artistas, intelectuais e profissionais liberais, descontentes com sua vida social restrita a bares e guetos homossexuais, começou a se reunir semanalmente em São Paulo com o interesse em debater as homossexualidades a partir de suas próprias vivências em busca de um sentimento de coletividade que lhes fora negado mesmo dentro dos grupos de oposição à direita governista. O escritor e jornalista João Silvério Trevisan, que já fazia parte do conselho editorial do jornal *O Lâmpião da Esquina*, foi também um dos membros fundadores desse grupo que se aglutinava naquele momento e que tomaria emprestado o nome de um jornal já criado anteriormente pela Frente de Libertação Homossexual Argentina destruída pela ditadura local dois anos antes, recebendo assim o nome de *SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual*.

A elaboração do projeto político era ambiciosa a começar pelo nome: altaneiro, propositivo e abrangente, reivindicando nosso direito de sermos o que éramos. Mas é também um nome de natureza palindrômica: nosso estado de ser se afirmava com tal determinação que até mesmo quando lido ao contrário continuava sendo aquilo que é. Assim, nem o espelho da ideologia, que naquele momento se interpunha entre nós e nossa realidade, poderia nos iludir: mesmo pelo avesso, o reflexo sempre refletiria o que *SOMOS*. Os objetivos políticos do grupo podiam ser resumidos em dois pilares: a absoluta autonomia da nossa voz excluída e a solidariedade fundamental para que essa autonomia se consolidasse (TREVISAN, 2018, p. 138).

A dinâmica dos encontros do *SOMOS* tinha o formato de relatos confessionais das experiências individuais de cada participante relativos a sua homossexualidade, “visando dessa maneira atuar sobre a realidade sem começar pelo outro, mas por nós próprios” (TREVISAN, 2000, p. 318). O formato já era comum a outros grupos de

minorias, como o movimento feminista, e gerava em seus participantes sentimentos reais de identificação e reconhecimento.

Ao lado da motivação política, uma das razões mais comuns que motivavam indivíduos a fazer parte do SOMOS era a necessidade de estabelecer contato com outros em igual situação de marginalização sexual e social. Frequentemente, encontravam aí, pela primeira vez, a possibilidade de discutirem de maneira não culposa a sua homossexualidade, que poderia tornar-se até motivo de orgulho. Em sua grande maioria, os participantes dessas reuniões sentiam que em pouco tempo suas vidas mudavam (MACRAE, Edward *apud* SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 100).

A primeira manifestação pública do SOMOS foi através de uma carta endereçada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em que repudiaram o tratamento vexatório dado à homossexualidade pela grande imprensa, mas antes desta ação a participação do grupo em debates sobre minorias realizados na Universidade de São Paulo já havia dado a ele não só visibilidade como também a agremiação de vários membros.

Nos dois anos seguintes, o grupo viveu uma fase acelerada de crescimento, se tornando um importante representante social das pessoas homossexuais. Porém, a partir de 1982, algumas rupturas começaram a ocorrer no núcleo central, fazendo o grupo se subdividir. Primeiro foram as mulheres lésbicas que, inconformadas com a falta de visibilidade das suas pautas, se aglutinaram no GALF (Grupo de Afirmação Lésbico-Feminista). Após divergências políticas entre os membros que cobravam uma liderança centralizada e mais próxima das forças de oposição da esquerda e aqueles que preferiam manter o foco nas pautas específicas a suas vivências homossexuais, o segundo grupo a se desmembrar do SOMOS foi o OUTRA COISA. Em 1983, já sem a força de atração de novos membros e com dificuldades financeiras para manter sua sede conquistada do ano anterior, o grupo acabou se dissolvendo.

Apesar do seu pouco tempo de vida, o grupo SOMOS foi o pioneiro a organizar de forma representativa os homossexuais de sua época e abriu espaço para que demais grupos semelhantes fossem criados em todo o país, a exemplo do GGB — Grupo Gay da Bahia —, fundado em 1980 e que se mantém ativo até os dias atuais.

Esse primeiro momento do movimento homossexual brasileiro sofre uma desaceleração a partir da redemocratização e da inicial retração da censura aos

canais de comunicação. Contudo, o fator de maior impacto que se tornou o foco de atenção do movimento foi a eclosão da epidemia do HIV/Aids.

### 3.5 Aids

Em 1981 chegava aos jornais americanos a notícia de que oito jovens de Nova York tinham sido diagnosticados com um caso atípico de câncer de pele que geralmente acometia somente pessoas idosas, Sarcoma de Kaposi. Do outro lado do país, na Costa Oeste, mais cinco jovens morriam de um caso raro de pneumonia. Esses jovens eram todos gays e não estavam com câncer de pele ou alguma enfermidade respiratória; eles eram alguns dos primeiros casos de um mal que só a partir da próxima década teria o nome de HIV/Aids, sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, uma doença que destrói o sistema imunológico, deixando o indivíduo vulnerável a qualquer outro tipo de enfermidade que se aproveite dessa fragilidade.

Tendo o movimento homossexual se originado de movimentos pela liberdade sexual, é compreensível que os primeiros a manifestarem a doença tenham sido homens gays que possuíam uma vida sexual mais ativa e diversa do que a das demais pessoas. O imperdoável é que mesmo após os primeiros estudos clínicos mostrarem que outros indivíduos não homossexuais também eram acometidos pela doença, como usuários de heroína e profissionais do sexo — tanto homens quanto mulheres —, a imprensa e a sociedade ligaram uma coisa à outra e reacenderam a justaposição entre homossexualidade e doença, dando a ela a alcunha de “peste gay” ou “câncer gay”. A igreja, que já condenava as práticas homossexuais como um pecado hediondo, aproveitou o momento e tratou de encarar as mortes de pessoas acometidas pela epidemia que cresciam em ritmo acelerado como uma forma de castigo divino para aqueles que se desviavam da norma heterossexual e monogâmica.

A epidemia de Aids pode ter apresentado impacto distinto em diversas populações, de acordo com muitos fatores, porém não cabe nenhuma dúvida de que ela foi uma ameaça em escala mundial que redimensionou os modos de vida da população, sobretudo, a LGBT (CAETANO et al., 2018, p. 285).

Assim, a partir do início dos anos 80, os indivíduos de sexualidades dissidentes tinham à sua frente não só uma epidemia a combater, com pouca ou nenhuma informação concreta sobre ela, como também a batalha por dignidade e acesso a equipamentos de saúde, e ainda o gigante estigma de que ser gay seria um pré-requisito para ser um futuro portador da doença.

De fato, esse cenário escandaloso da mídia foi apenas o segundo lado dessa enfermidade, que foi uma das maiores responsáveis, ao lado da pílula anticoncepcional, das mudanças culturais em torno do sexo, no século XX. Para além de borrar as masculinidades heterossexuais e homossexuais, o contágio com o HIV, a necessidade de medicamentos, a partida de pessoas amigas e familiares criaram em torno da epidemia uma rede de solidariedades que nutriu de força vários movimentos sociais (CAETANO et al., 2018, p. 288).

A hiperexposição do tema na imprensa era sempre fortalecida à medida que a doença se alastrava de forma vertiginosa, alcançando diversas personalidades midiáticas e causando uma saída forçada e dramática do armário por parte de artistas e celebridades símbolos de uma geração. A imprensa se aproveitava desses casos, explorando ao máximo o sofrimento dessas pessoas. Por outro lado, a massiva exposição do tema também forçava a sociedade a discutir os tópicos não só da sexualidade de seus protagonistas como também das formas de contágio e possíveis métodos de prevenção, trazendo o ato sexual, um assunto considerado tabu pela sociedade, ao foco das notícias e discussões.

Em entrevista concedida em 1989, meses antes de falecer, vítima da Aids, o cantor e compositor Cazuza declarava que “hoje já se fala de homossexualismo de uma maneira totalmente aberta”. Em 1994, dois anos antes de morrer, também vítima da AIDS, o cantor e compositor Renato Russo assumiu publicamente sua homossexualidade e lançou um disco de canções em homenagem aos 25 anos da Revolta de Stonewall, destinando parte do dinheiro da venda para associações voltadas à luta pelos direitos homossexuais. Referências da geração que passou a conviver com a AIDS em seus anos de plena juventude, os dois artistas populares sublinhavam, com seus gestos, que a valorização da atitude do ‘orgulho’ e de assumir-se publicamente estava de volta (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 137).

Na virada para os anos 90, com o avanço das pesquisas sobre o tema, mesmo que não na mesma velocidade com que a doença continuava a se espalhar, atingindo não só pessoas homossexuais como também heterossexuais, o Estado se viu

obrigado a encarar de frente a epidemia e se articular, junto com organizações internacionais, para o combate à doença. Foi nesse contexto que o movimento homossexual, que havia se enfraquecido com o fechamento do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo *SOMOS*, voltou a se reorganizar na busca por afastar o estigma negativo e humilhante dado aos seus portadores, informando as forças institucionais sobre o contágio e maneiras de prevenção. Grande conquista desses movimentos sociais foi a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais na rede pública.

Se na década de 1980, o movimento social manteve-se hegemonicamente distante da agenda e possibilidades institucionais proporcionadas e financiadas pelas políticas públicas de Aids, vale destacar, na data de 1986, a criação do então Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde [...] Na década de 1990, o quadro epidemiológico e a possibilidade de articular a agenda de defesa de direitos civis no enfrentamento à epidemia produziu uma promissora parceria entre os programas estatais, municipais e, sobretudo, Federal de HIV/AIDS com várias das organizações homossexuais, formadas, sobretudo, por homens. Esse quadro possibilitou a profissionalização e dedicação de inúmeros ativistas, sobretudo gays e trans, que associaram ao enfrentamento da epidemia de Aids as bandeiras políticas de promoção da cidadania e direitos humanos (CAETANO et al., 2018, p. 291).

Imensuráveis são a dor e as marcas que a devassa das mortes causadas pela Aids gerou. Contudo, é de se salientar que foi o luto gerado por esse fenômeno que obrigou as lideranças do movimento LGBTQIA+ a se reorganizarem enquanto grupo social e iniciarem interlocuções com os equipamentos governamentais.

O vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e — isto é importante! — dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade (TREVISAN, 2000, p. 462)

### **3.6 O Orgulho em forma de Parada**

Com a epidemia da Aids melhor mapeada e um movimento social mais articulado, diversos grupos de afirmação de vivências homossexuais, nos moldes do pioneiro *SOMOS*, voltaram a ser criados. O surgimento da internet também foi um

grande fator de alavancamento das discussões e aproximações de pessoas em grupos com interesses em comum a partir da segunda metade da década de 90.

Em 31 de janeiro de 1995 foi criada a ABGLT — Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais —, com a missão de “promover a cidadania e defender os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero” (ABLGBT, 2020). No mesmo ano, o primeiro projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi posto em votação no plenário. As primeiras jurisprudências favoráveis a casos de herança, tutela e adoção por casais homossexuais também datam dessas épocas. Todo esse cenário positivo contribuiu para que em 28 de junho de 1997, na Avenida Paulista em São Paulo, acontecesse, quase 30 anos após Stonewall, a primeira Parada do Orgulho GLT (sigla usada na época) do Brasil. O evento reuniu cerca de 2 mil pessoas e tinha como tema central “Somos muitos, estamos em várias profissões”, com o intuito de sensibilizar sociedade e Estado sobre a existência de anseio de plena sociabilização de pessoas gays, lésbicas e travestis.

As paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 150).

Ao longo dos anos as Paradas do Orgulho se espalharam, atraindo multidões que ocupam as ruas de diversas capitais brasileiras. Em 2006 a edição de São Paulo entrou para o *Guinness Book*, o livro dos recordes, como o maior evento do tipo no mundo. Naquele ano a Parada do Orgulho paulistana reuniu 2 milhões e meio de pessoas. Já em 2019 o portal de notícias *G1* noticiava que a edição daquele ano teria reunido 3 milhões de pessoas e movimentado R\$ 403 milhões na economia da cidade.

A importância do evento das Paradas vai além da visibilidade midiática e econômica para o movimento. Mesmo que de forma temporária e pontual a sociedade heteronormativa é, num certo grau, obrigada a enxergar essas pessoas e realizar discussões sobre suas vivências e demandas. As Paradas, a despeito de todas as críticas externas e internas à comunidade LGBTQIA+, são a concretização da existência de um grupo social marginalizado e da retomada da memória de lutas prévias realizadas pelos primeiros ativistas.

A festa da parada não representa o fim dos preconceitos e da violência que toda a população LGBT brasileira sofre, a cura da AIDS ou a conquista de todos os direitos. No entanto, o fato de sairmos às ruas em pleno dia para comemorar/rememorar é uma vitória simbólica sobre o medo e a paranoia da morte: se antes nos escondíamos de tudo, inclusive para morrer, pois a Aids era um grande monstro, hoje buscamos nos mostrar para viver, pois o espírito da f(r)esta nutre a vida de esperança, sobretudo em momentos de golpes (CAMARGOS, 2018, p. 434).

### **3.7 O tal do “Kit Gay”**

Em 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal lançou o programa “Brasil Sem Homofobia”, que, segundo suas próprias diretrizes, visava promover um combate à violência e discriminação sofrida pela população homossexual. O programa foi elaborado com a participação da população, através de consultas públicas envolvendo diversas ONGs e lideranças do movimento LGBTQIA+, e de uma comissão especial formada por representantes do Ministério da Saúde e de outros membros do governo. Essas reuniões desdobraram-se em diversas ações, entre elas uma focada na área da educação, o Projeto “Escola Sem Homofobia”.

Para se chegar à versão final do projeto foi realizada uma grande pesquisa em 11 capitais, com debates e encontros com educadoras/es com o propósito da criação de um material que desse apoio a docentes na discussão de temas que envolvessem o universo das sexualidades diversas e corpos fora do padrão binário. Ao fim dos encontros foram elaborados cadernos, boletins e vídeos didáticos para que professores pudessem articular melhor os temas em sala de aula. O material nunca chegou às escolas.

A bancada religiosa fundamentalista das câmaras dos deputados e senadores, capitaneadas pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, apelidaram o material de “Kit Gay”, afirmando que este servia não para informar crianças e adolescentes sobre como lidar com suas sexualidades ou no mínimo ensinar jovens cisgêneros e heterossexuais a respeitar a sexualidade diversa do outro, mas sim para doutrinar crianças e adolescentes a fim de que estes se tornassem pessoas homossexuais. Pressionados pela oposição, tanto o então Ministro da Educação Fernando Haddad quanto a presidenta Dilma Rousseff vetaram o material e suspenderam a sua distribuição. A ala conservadora foi tão eficaz na sua tática de oprimir toda vivência

em dissonância da norma heterossexual que conseguiu retirar do Plano Nacional de Educação menções a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, que “em sua redação original (enquanto projeto de lei), proibia todas as formas de discriminação, especialmente por raça, orientação sexual e gênero” (VECCHIATTI, 2018, p. 467).

O advogado Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, em seu artigo *Mobilização Judicial pelos Direitos da Diversidade Sexual*, além de lembrar-nos que a Lei de Diretrizes e Bases, no Brasil, impõe às escolas que promovam a liberdade e a tolerância (art. 3, inciso IV), resume a importância que o movimento LGBTQIA+ enxerga na livre discussão sobre as vivências homossexuais nas escolas.

Tudo que o movimento LGBTI brasileiro demanda é o reconhecimento da existência de crianças e adolescentes LGBTI e sua proteção nas escolas. Os opositores usam “ideologia” na acepção pejorativa do termo, enquanto ao contrário a realidade objetiva/empírica (curiosamente, o sentido marxista de “ideologia”). [...] De qualquer forma, como ironizo nas ações, quem age de forma ideológica, no sentido de contrariamente ao que mostra a realidade objetiva, é quem nega a existência de crianças LGBTI. As crianças obviamente não têm essa terminologia em mente, mas é fato notório e já bem constatado por matérias jornalísticas e estudos essa existência: meninos que querem namorar com meninas e meninas com meninas, dentro do afeto lúdico que se acha natural entre crianças e adolescentes de gêneros opostos (crianças LGB); crianças que identificamos como de um gênero, mas que querem se vestir e se portar como pessoas do outro gênero (crianças trans), além das crianças intersexos. [...] Consoante defende o movimento Mães pela Diversidade, é preciso reconhecer a existência da criança LGBTI e a necessidade de sua proteção. Combatendo o bullying homofóbico, transfóbico e machista que assola as minorias sexuais e de gênero na infância e adolescência. Pois o que existe atualmente é uma ideologia de gênero heterocissexista, que prega a heterocisnormatividade, ou seja, a heterossexualidade compulsória e a cisgeneridade compulsória. Quem oprime é a maioria heterossexual cisgênera quando não aceita que minorias sexuais e de gênero tenham sua orientação sexual e identidade de gênero não hegemônicas respeitadas. É apenas isto que se pleiteia quando se requer que se trate de gênero e sexualidade nas escolas: que se reconheça o dever de não discriminar o diferente (“o Outro”) (VECCHIATTI, 2018, p. 469).

### **3.8 STF – Preenchendo lacunas legislativas**

Em maio de 2011, atendendo uma demanda antiga do movimento LGBTQIA+, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como uma entidade familiar, ou seja, reconheceu o casamento entre indivíduos do mesmo sexo.

Em 2013, seguindo as decisões do STF, o Conselho Nacional de Justiça aprova resolução que obriga cartórios a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Oito anos depois da decisão sobre a união estável, em 13 de junho de 2019, os ministros do STF, por 8 votos a 3, novamente cumprindo uma função que deveria ser do Poder Legislativo, determinaram que práticas homofóbicas e suas variáveis podem ser punidas por meio da Lei de Racismo, ou seja, a partir daquela data, a homofobia passaria a ser considerada um crime. Religiosos, grandes opositores de qualquer lei ou ato público que oferece o mínimo de dignidade a pessoas e corpos abjetos, foram poupados pelas decisões do STF. Segundo notícia publicada no site oficial do órgão, “O colegiado também fixou tese no sentido de que a repressão penal à prática da homofobia ‘não alcança nem restringe o exercício da liberdade religiosa’, desde que as manifestações não configurem discurso de ódio” (STF, 2020).

No dia 8 de maio de 2020, atualizando uma restrição que remetia ao início da década de 90, quando a epidemia da Aids ainda era uma incógnita para muitas pessoas, o STF derruba a restrição de homens gays de doar sangue. Sim! Existia uma norma preconceituosa que restringia a doação de sangue por parte de homens que tinham relações sexuais com outros homens. Mesmo que a classificação “grupo de risco”, restrita a homossexuais no final dos anos 80 e início dos 90 em virtude da falta de estudos conclusivos sobre a transmissão e contágio do vírus HIV, já tivesse sido atualizada para “comportamento de risco”, que ampliava o espectro para qualquer pessoa que tivesse tido uma relação sexual sem proteção nos últimos doze meses, a Anvisa, órgão responsável pela fiscalização das doações de sangue, ainda concentrava a restrição somente em homens gays.

[...] o grande problema se refere aos dois pesos e duas medidas que o estado brasileiro aplica relativamente a homens que fizeram sexo com outros homens e homens que fizeram sexo com mulheres. Pois, para os primeiros, exige abstinência sexual nos últimos doze meses (logo, celibato, já que notoriamente é inverossímil alguém ficar um ano sem praticar atos sexuais para poder doar sangue), enquanto, para o segundo, exige (corretamente) que não tenham praticado uma “situação de risco acrescido” [...] Ora, se acredita-se na palavra de homens que fizeram sexo com mulheres sobre se estiveram ou não em “situação de risco acrescido”, é completamente arbitrário (logo, inconstitucional) não se acreditar na palavra de homens que fizeram sexo com outros homens no mesmo sentido (VECCHIATTI, 2018, p. 466).

Todas as conquistas nos últimos anos devem ser celebradas por todas as pessoas de sexualidades dissidentes. Contudo, é importante lembrar a fragilidade destas, pois, sendo elas ações do Poder Judiciário, abrem-se frestas e oportunidades de contestações. Sendo assim, faz-se necessária a constante pressão sobre o Poder Legislativo para que tais conquistas se tornem, de fato, leis.

Uma democracia genuína é aquela cuja lei e Constituição expressamente garantem direitos a todos os seus grupos sociais. Ou seja, embora não seja necessário lei e emenda constitucional para que o Judiciário possa garantir os direitos das minorias sexuais e de gênero, é muito importante à democracia que o legislativo se mostre comprometido com a universalidade dos direitos humanos e garanta expressamente os direitos historicamente negados a minorias e grupos vulneráveis em geral, como as minorias sexuais e de gênero. Pois não há democracia de verdade se, para ter seu direito à não discriminação reconhecido pelo estado, a pessoa precisa contratar advogado(a) e aguardar a decisão judicial para que isso seja efetivado pelo estado (especialmente quando isso demora anos para acontecer) (VECCHIATTI, 2018, p. 470).

### **3.9 O ativismo do afeto**

Podemos compreender com este capítulo que as conquistas do movimento LGBTQIA+ são muitas, mas ainda não dão conta de toda a violência sofrida e silenciada desde tempos remotos, e que a existência de pessoas de sexualidades dissidentes sofre constantemente ameaça de setores conservadores que se valem da ausência de políticas públicas efetivamente capazes de fazer frente aos abismos sociais enfrentados por essa população.

Todas as pessoas, inclusive as lésbicas, os gays, os bissexuais e os transgêneros, gozam de proteção das normas internacionais de defesa dos direitos humanos, como o direito à vida, à segurança, à privacidade, o direito à não tortura ou detenção arbitrária, à liberdade de expressão e à associação pacífica. [...] peculiaridades regionais, contextos históricos, culturais e religiosos não são motivos para deixar de praticar a defesa dos direitos humanos. Em matéria de direitos humanos, não há porém, não há virgula, não há entretanto (GORISH, 2014, p. 48).

É importante ressaltar também que a relevância do ativismo das sexualidades dissidentes não reside apenas nas articulações de enfrentamentos políticos e sociais, mas na crença de que somente a sociabilização dialógica que compreenda o outro

além do seu gênero ou sexualidade é que levará à nossa comunhão social completa. E é neste ponto que retomamos Paulo Freire e podemos, a partir de sua pedagogia baseada na apreciação e compreensão do universo dos educandos, pensar em meios de utilizá-la para que este indivíduo possa de fato se desenvolver. Freire afirma que “toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não” (FREIRE, 1967, p. 69). Portanto, devemos nos perguntar se nós — cidadãos, pais, professores — não estamos contribuindo para essas opressões ou reproduzindo-as.

Isto também acontece porque se parte da ideia equivocada de que todos os meninos são, sem exceção, futuros heterossexuais em estado puro e que qualquer informação que recebemos sobre homossexualidade, mesmo que essa palavra não seja sequer mencionada, pode desviá-los do caminho “natural”, gerar uma dúvida, influenciá-los, corrompê-los. Mas a coisa não é assim. Gays e lésbicas não nascem adultos: nós também tivemos infância! E durante toda a nossa infância fomos sistematicamente “influenciados” pela constante “propaganda” heterossexual, que incluía o “exemplo” da maioria dos nossos familiares e amigos, o tio ou a tia perguntando se já tínhamos namorada, os personagens dos contos infantis, os desenhos animados, o videogame, o cinema, a música, o teatro, a televisão, e até os exemplos em cada um dos exercícios da escola [...]. E, no entanto, todo esse silêncio sobre a diversidade sexual e essa educação heteronormativa sistemática e cotidiana — e os preconceitos, piadas homofóbicas, caçoadas, ofensas, bullying, e às vezes a violência física que presenciávamos e, a partir de certa idade, sofriamos — não nos “tornaram” heterossexuais. Fizeram-nos sofrer, apenas, mas não nos fizeram mudar. Não poderiam (BIMBI, 2018, p. 106).

Faz-se necessário então não mais se calar, ou se omitir. Pratiquemos realmente o que nos ensinou Freire ao longo das suas obras e pensemos em maneiras de nos aproximarmos daqueles que pretendemos ter como compartilhadores de conhecimento.

No próximo capítulo discutiremos com um foco mais profundo como as sexualidades dissidentes são vividas no ambiente escolar e como nós, docentes e discentes, precisamos abordar os silêncios históricos e estruturais sobre o tema e encará-lo com a normalidade que se deve ter, para que no futuro possamos também nos orgulhar de ter trilhado o caminho — ou, no mínimo, colaborado na jornada — daqueles que lutam “pela coragem da rebeldia e pela valentia de amar” (FREIRE, 2020, p. 54).

#### 4. JUVENTUDE E ESCOLA

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conjunto de direitos e deveres do Estado e sociedade para com esse grupo de pessoas, criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define no seu Artigo 2º que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990). Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, foi criado pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, para resguardar aqueles entre 15 e 29 anos. Para não haver conflitos entre os dois instrumentos legais, determinou-se que “Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente —, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente” (Brasil, 2013).

Não é de se estranhar que uma lei que regule o que de fato é uma criança e um adolescente, mesmo em nosso país, que tem uma longa tradição de atraso em questões sociais, seja tão recente. Somente na virada do século XIX para o século XX é que a criança a partir dos seis anos deixou de ser considerada um tipo de adulto em miniatura pronto para ser integrado à sociedade. Mais perto ainda da contemporaneidade, em 1944, foi que o termo em língua inglesa “teenager” (adolescente) surgiu para designar essa outra porção de pessoas que estavam na transição entre a infância e a vida adulta. Podemos dizer então que faz menos de um século que a sociedade voltou seus olhos e atenção para essas pessoas e passou a constatar que este é não apenas um período caracterizado por mudanças físicas e comportamentais mas também uma fase de estabelecimento da personalidade, opiniões, desejos e conceitos, sendo que, conforme o Artigo 3º do Estatuto da Criança e Adolescente, é obrigação de todos, e em especial do Estado, garantir “o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de **dignidade**” (Brasil, 1990, grifo nosso).

A palavra *dignidade* aparece muitas vezes no Estatuto, como no seu artigo 4º, que detalha mais especificamente como esta questão deve ser tratada por todos que rodeiam os indivíduos dessas faixas etárias.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público **assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação**

**dos direitos referentes à vida**, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, **à dignidade**, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, grifo nosso).

O Artigo 5º, ainda do mesmo estatuto, aprofunda um pouco mais a proteção a crianças e adolescentes, destacando inclusive sanções para o caso de não cumprimento da lei.

**Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, grifo nosso).

Já foi falado no capítulo anterior que o direito à vida e à vida com dignidade é um Direito Humano Universal de todas as pessoas, incluindo nesse conjunto as pessoas LGBTQIA+. Esses Direitos Humanos são resguardados não só pelas leis do nosso país como também por órgãos e acordos internacionais, dos quais, inclusive — a despeito do que tentam esconder alguns parlamentares —, o Brasil é signatário, sendo assim uma obrigação constitucional não só acatá-las como também defendê-las. Contudo, mesmo com tantas leis e estatutos, a sua efetiva aplicação não atinge a todos.

Sem levar em conta fortes marcadores sociais, como etnia, raça, gênero e classe social, que por si só transpassam a vivência de qualquer pessoa, criando distâncias e abismos que privilegiam um grupo em detrimento de outros, a sexualidade é, para os jovens, um dos mais potentes fatores que os põem à margem de qualquer direito garantido por lei, mas que são negados à sua existência enquanto jovens LGBTQIA+.

A sociedade atual, a despeito de todas as obrigações que a lei exige, lida com os jovens homossexuais como se eles não fossem merecedores desses direitos. Jovens heterossexuais e cisgêneros, mesmo numa sociedade que ainda trata como sensível o tema do início da vida sexual, nunca terão a orientação do seu desejo tão problematizada, por si e pelos que estão à sua volta, como os jovens homossexuais. Uma pessoa heterossexual nunca entenderá como a negação de experiências comuns a pessoas com sexualidades dissidentes, a exemplo de um simples caminhar

de mãos dadas na rua, causa sérios efeitos nesses indivíduos, deixando marcas que se prolongam por toda a vida.

Diversas instâncias colaboram para que as vivências de pessoas de sexualidades dissidentes seja tão marcada por castrações sociais e vulnerabilidades; contudo, a maior de todas elas (talvez numa justaposição à família) é a escola. Como futuro docente e pessoa LGBTQIA+, acredito sim que possamos transformar esse estigma dado à escola, mas para chegarmos ao ponto de melhora é importante antes compreender o cenário (ainda) atual desse espaço como formulador e reforçador de traumas e preconceitos.

#### **4.1 A escola como espaço de dor e sofrimento**

Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2011, um brasileiro médio com mais de 15 anos passa cerca de 7,7 anos da sua vida dentro da escola. Sim, o resultado da pesquisa mostra que a média não é o suficiente para se completar o atual tempo de vivência escolar, que dura, somente entre Ensino Fundamental e Médio, 9 anos. Retomando, mais uma vez, a questão dos marcadores sociais que criam distâncias entre classes de indivíduos, vemos que na região Sudeste essa média é de 8,4 anos, enquanto na região Norte essa média cai para 6,5 anos. Independentemente de qual seja a média, o tempo — tanto em dias, quanto em horas, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação deve ser de no mínimo 800 horas anuais — vivido nesse ambiente tem grande influência na nossa construção enquanto seres sociais.

Isso porque, muito frequentemente, nas famílias é claro que você está inserido na sociedade, mas você tem um certo cordão de proteção com relação a muitas demandas exteriores ao círculo do parentesco. Na escola, tal cordão desaparece, e é aí que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gagos, negros, afeminados. Em suma é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta (MISKOLCI, 2012, p. 42).

Essencialmente e por definição, a escola deveria ser um dos principais espaços de formação para a cidadania e socialização de indivíduos. Contudo, nem sempre ela

é capaz de lidar com as diferenças, principalmente em questões ligadas a orientação sexual e identidade de gênero.

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT — muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Com a reprodução de opressões realizadas dentro do ambiente escolar, em parte por omissão e em parte pela falta de instrumentalização e capacitação dos corpos docente e diretivo, o diálogo sobre gênero e sexualidade é, quando não nulo, restrito à área biológica (isso quando o tema é abordado nessa área!), construindo e reconstruindo estereótipos, reforçando os binarismos de gênero e silenciando aqueles que possam estar num processo de descoberta de sexualidade abjeta. Essa norma, além de defasada e descontextualizada em relação à atualidade, cria conflitos que extrapolam a sala de aula, os muros da escola e também as sexualidades em si, sendo um entrave tanto para heterossexuais e homossexuais quanto para cisgêneros e transgêneros.

As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros. Na escola, quer você seja a pessoa que sofre injúria, é xingada, é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade. É claro que, dessa forma, isso se transforma em um trauma, e tudo é pior para quem é humilhado e maltratado, mas também não é nada agradável alguém que — mesmo não sendo xingado — descobre que seu colega está sendo humilhado e maltratado por causa disso. É assim que as normas se fazem valer (MISKOLCI, 2012, p. 34).

Realizada pela UNESCO no ano 2000 e publicada em 2004, a pesquisa *Juventudes e Sexualidade* foi aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras. Na época, os resultados mostraram que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.

Em 2015, a Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) realizou uma nova pesquisa, mas dessa vez ouvindo aqueles que são os receptores dos dados coletados pela pesquisa da UNESCO, ou seja, adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sobre as suas vivências no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada pela internet e teve 1.016 respostas de estudantes com idades entre 13 e 21 anos. Os principais resultados mostraram que 60% do alunado se sentiam inseguros na escola por causa de sua orientação sexual, 43% por causa de sua identidade e/ou expressão de gênero, e ainda que 73% foram agredidos(as) verbalmente por causa de sua orientação sexual.

A recorrência da linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais. É importante destacar a linguagem porque por ela se apresenta visões de mundo, representações e também a nomeação do outro por formas negativas ou contrárias à sua vontade, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tyrannizar e ameaçar. No caso da escola, em que o verbo é matéria-prima, o cuidado com a linguagem, com os discursos de alunos e de professores ganha mais relevância, indicando problemas no objetivo do projeto escolar, de formar mentalidades por parâmetros de igualdade (ABRAMOVAY; CASTRO E SILVA, 2004, p. 286).

Atitudes depreciativas não se limitam somente a xingamentos explícitos ou a comentários sarcásticos feitos entre dentes ou ao pé do ouvido. Muitas vezes elas surgem através de ironias, piadas e injúrias. Essas violências estruturais também surgem de forma mais velada em forma de caretas, gestos obscenos ou ainda — o que é mais comum, e nesse caso devastador para um jovem LGBTQIA+ em fase de construção identitária — de exclusão social. E esse ambiente hostil que uma pessoa de sexualidade dissidente ou corpo abjeto pode enfrentar na escola não é criado somente por alunos mas também pelo corpo docente.

A pesquisa da ABGLT mostrou também que “mais de dois terços (69,1%) dos/das estudantes relataram que já ouviram comentários LGBTfóbicos feitos por professores/as ou outros/as funcionários/as da instituição educacional” (ABGLT, 2016, p. 31). Todo esse cenário contribui para dar mais estofa à heteronormatividade, que se sobrepõe a qualquer dissidência ou pensamento mais igualitário.

Na vida social, mas sobretudo na escola, aprendemos as formas coletivamente esperadas de ser por meio da perseguição às maneiras

de agir e ser rejeitadas socialmente. Na esfera do desejo e da sexualidade, a ameaça constante de retaliações e violências nos induz a adotar comportamentos heterossexuais. Por isso, o que a mídia chama de homofobia atinge mais visivelmente quem é xingado, humilhado ou sofre violência física, mas também constitui um fenômeno que envolve a todos: a vítima, o algoz e as testemunhas. Em um episódio de violência há aquele que é atacado injustamente, o que ataca fazendo valer uma norma social e quem testemunha a cena. Frequentemente, quem assiste não consegue agir e tende a ver na violência um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima (MISKOLCI, 2012, p. 35).

O Boletim “Aprendizagem em Foco” do Instituto Unibanco traz os dados de uma pesquisa realizada em 2009, encomendada pelo Ministério da Educação à FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP), que mostra que num ranking das principais vítimas de bullying<sup>12</sup> no ambiente escolar, a liderança é de pessoas LGBTQIA+ (40%), seguidas de negros (21%) e pobres (21%). A mesma pesquisa também constatou que o desempenho escolar desses alunos foi menor em relação aos demais, e ainda cita uma segunda pesquisa realizada no mesmo ano pela Universidade de Illinois nos Estados Unidos, feita com cerca de 10 mil estudantes norte-americanos, que “constatou também que esses grupos, por conta dessa discriminação, estavam mais propensos a faltarem às aulas, a usarem drogas, a se sentirem deprimidos e a adotarem comportamentos suicidas em comparação com os demais estudantes” (BOLETIM APRENDIZAGEM EM FOCO Nº 11, 2016).

A pesquisa brasileira da ABGLT corrobora os dados da pesquisa americana, afirmando que “Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vez mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão” (ABGLT, 2015). A mesma pesquisa também mostra que além de 36,1% dos alunos terem medo de usar o banheiro das instituições escolares por se sentirem intimidados, mais de dois terços deles (31,7%) afirmaram ter faltado pelo menos uma vez durante o mês em virtude de situações em que se sentiram ameaçados de agressões físicas.

Neste ponto, eu pergunto a você, meu interlocutor neste trabalho: com tanto medo e opressão vividos por esses jovens, onde está a tal da dignidade que o Estatuto

---

<sup>12</sup> Termo de origem inglesa, sendo uma variação de bullies (valentões). São gestos que intimidam e agridem pessoas tanto verbal quanto fisicamente. Para ver mais sobre o tema, acesse: <https://www.politize.com.br/bullying-o-que-e/>.

da Criança e do Adolescente diz ser um direito desses jovens e cuja concretização é obrigação de todos? Baseado na minha vivência de jovem gay numa escola pública no final dos anos 90 e início do novo milênio, te garanto: ela não existe. Ela é negligenciada. Ela nos é negada sistematicamente, historicamente e estruturalmente. Não existe a dignidade; existe o medo.

O grande fator motivador de toda essa insegurança por parte de pessoas LGBTQIA+ em ambiente escolar vem da postura das instituições de silenciar as discussões sobre o tema, da falta de acolhimento às vítimas das diversas violências citadas e também da não culpabilização de seus agressores. A pesquisa da ABGLT dá voz a essas estudantes vítimas de agressões, afirmando que “menos de um quarto (16,1%) relatou que os/as profissionais tomavam providências a maioria das vezes ou sempre, e 53,9% relataram que os/as profissionais nunca tomavam providências” (ABGLT, 2015, p. 31). Muitas vezes, apoiadas em discursos retrógrados e covardes de não enfrentamento, as instituições banalizam e naturalizam as situações de opressão, como afirma Fernando Seffner no artigo *“Equívocos e Armadilhas na articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar”*.

O que precisa ficar claro para toda a comunidade escolar é que a escola pública é, como o próprio nome diz, um espaço público. Local de aprendizagem e de negociação das diferenças. Não existem pessoas menos ou mais merecedoras de estar na escola e nela estudar. Todos merecem estudar. É claro que a escola tem seu regimento e uma determinada organização do espaço e do regime das aprendizagens. Mas temos que cuidar para não organizar as coisas de tal maneira que excluamos justamente aqueles que mais precisam dos conhecimentos escolares para melhorar de vida (SEFFNER, 2009, p. 133).

## **4.2 O professor como aliado e fomentador de um ambiente igualitário**

Até aqui foram listados os desafios enfrentados por jovens LGBTQIA+ num ambiente onde a teoria diz que eles deveriam ser acolhidos. Uma vez exposta a problemática, como então resolvemos essa questão ou pelo menos contribuímos para garantir uma vivência menos dolorosa para essas pessoas? Paulo Freire, na sua *Pedagogia da Autonomia*, num tópico extremamente autoexplicativo intitulado *“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”*, traça o ponto de partida dessa resposta.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (FREIRE, 2019, p. 37).

Parto então do pressuposto de que enquanto docentes, acreditemos de fato que a dignidade é um direito de todos. Sendo assim, em complemento ao pensamento de Freire, o primeiro passo é: entender e aceitar que a diversidade existe! Ela não é uma ideologia ou um modismo. Muito menos uma forma de enfrentamento de autoridade institucional.

Professores/as costumam dirigir-se a seus grupos de estudantes como se jamais houvesse ali um gay, uma lésbica, um/a bissexual ou alguém que esteja se interrogando acerca de sua identidade sexual ou de gênero. Impera, nesse caso, o princípio da heterossexualidade presumida, que faz crer que não haja homossexuais em um determinado ambiente (ou, se houver, deverá ser “coisa passageira”, que “se resolverá quando ele/ela encontrar a pessoa certa”). A presunção de heterossexualidade enseja o silenciamento e a invisibilidade das pessoas homossexuais [...] ao mesmo tempo, essa presunção dificulta enormemente a expressão e o reconhecimento das homossexualidades como maneiras legítimas de se viver e se expressar afetiva e sexualmente (JUNQUEIRA, 2009, p. 31).

Admito e compreendo que os docentes, assim como os estudantes, também estão inseridos e fazem parte da sociedade, e esses profissionais da educação foram e são transpassados por mediações da cultura onde estão inseridos, mediações essas que Douglas Kellner já alertou que “exerce[m] importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias ‘posições de sujeito’ que valorizam certas formas de comportamento e modo de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos” (2001, p. 307). Desta forma, entendemos que tais mediações seguem um modelo dominante e de governança dos corpos sociais que pode ser reproduzido organicamente pelo docente em seus discursos em sala, sem uma prévia análise do efeito destrutivo que esse modelo pode causar em seu alunado.

Exige de cada professor uma grande dose de força e de empenho pedagógico olhar para uma turma de alunos e alunas, com tanta gente diferente, e dizer: todos aqui podem aprender, e todos aqui têm algo a ensinar para os demais. Isto é algo que está na contramão de quase tudo que se vive na sociedade, e na de boa parte do pensamento pedagógico de senso comum mais tradicional e, especialmente, está

na contramão do que a mídia em geral divulga como “modelos de sucesso” em matéria de se dar bem na vida, carreiras marcadas por forte individualismo. Nos dias de hoje, uma professora ou um professor tem que ter uma enorme dose de sensibilidade para lidar com a inclusão escolar, pois é difícil acreditar que surdos, cegos, gueis, lésbicas, travestis, cadeirantes, deficientes mentais, gente mais velha, bagunceiros e comportados, umbandistas e católicos [...] possam aprender em conjunto, num clima de inclusão, aceitação, respeito e harmonia. Isso explica por que, na maior parte das vezes, quando perguntado acerca da inclusão escolar, o professor diga que é favorável, mas logo em seguida comece a enumerar os problemas de se fazer isso. Os problemas logicamente existem, mas eles não devem constituir motivo para que se volte ao antigo sistema da exclusão sistemática dos diferentes (SEFFNER, 2009, p. 131).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que define e regulariza a organização da educação brasileira e na qual estão os deveres dos profissionais da educação, logo nas suas primeiras linhas, no tópico intitulado *Dos Princípios e Fins da Educação Nacional*, afirma que a educação é “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...]” (BRASIL, 1996). Ora, uma vez que, enquanto docentes, devemos zelar pela liberdade e colaborar no preparo do alunado para a cidadania, estar atentos e vigilantes para a não reprodução de atitudes sexistas, racistas e homofóbicas é um dever, um compromisso, e não meramente uma atitude altruísta.

O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas ou, mais comumente violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para ambos (MISKOLCI, 2012, p. 57).

Os docentes, principalmente para crianças e adolescentes em fase de construção identitária, muitas vezes são importantes referências, fora do ambiente familiar, de vivência adulta para esses jovens. A pesquisa da ABGLT afirma que “poder conversar com uma pessoa adulta acolhedora pode ter um impacto positivo importante nas experiências tidas por estudantes LGBT na instituição educacional, especialmente aqueles e aquelas que se sentem marginalizados(as) ou que vivenciam agressão” (ABGLT, 2015). A mesma pesquisa mostra que 60,9% dos alunos

entrevistados disseram que ficariam à vontade conversando sobre questões de suas vivências LGBTQIA+ com seus professores, o que prova que o diálogo é o caminho tanto para o acolhimento do jovem de sexualidade dissidente quanto para a ampliação dos horizontes do docente que se mostre aberto e interessado em contribuir para o bem-estar de seu educando.

Tratando especialmente das diferenças relacionadas à preferência sexual, vale lembrar que é comum os professores e as professoras serem de uma geração, e os alunos de outra. Ao longo da vida profissional, vai se alargando a distância entre a geração e o contexto moral em que o professor foi criado, e as novas gerações e os novos contextos morais nos quais nossos alunos vivem e dos quais retiram seus valores. Não se trata de pedir ao professor que esqueça seus valores, e abraça os da nova geração, tornando-se então um “professor moderno” ou uma “professora avançada”. Também não se trata de querer que os alunos vivam segundo os valores em que fomos criados, repetindo na sala de aula frases do tipo “no meu tempo não tinha essa sem-vergonhice toda”, ou “no meu tempo a gente se respeitava”. Nenhum destes extremos é possível, e nem desejável. O ideal é que se estabeleça um diálogo produtivo entre o conjunto de valores e os códigos morais e éticos da professora ou do professor, e o conjunto de valores dos alunos que, por vezes, em ambos os casos, podem ser bastante variados (SEFFNER, 2009, p. 132).

Mesmo sendo o professor um ponto crucial na promoção desse ambiente acolhedor, essa premissa também é obrigação e dever do corpo diretivo das instituições, e é necessário portanto fazer pressão sobre os órgãos públicos por programas curriculares que promovam a diversidade sexual e de gênero e a capacitação do corpo docente no tema. Contudo, vivemos numa contemporaneidade em que, mesmo que o Estado, falhando em seu dever, não promova e fomente essas discussões, existem ao alcance de um clique diversos materiais para colaborar, apoiar e informar corpo diretivo e professores. A pesquisa da ABGLT demonstra que o debate positivo sobre questões de sexualidade gerou em 74,3% dos entrevistados uma maior probabilidade de sentirem que pertencem à instituição educacional, além de baixar de 36,6% para 18,3% a probabilidade de faltarem à instituição educacional por motivo de se sentirem inseguros(as).

Neste ponto crucial sobre pertencimento e identificação com o ambiente, uma reportagem do jornal *O Globo* de fevereiro de 2015 trazia os resultados de uma pesquisa com 245 jovens adultos LGBTQIA+ na Califórnia, com idades de 21 a 25 anos, afirmando que estes teriam se tornado adultos mais felizes, com maior

autoestima e menos depressão, por terem suas orientações sexuais dissidentes reconhecidas durante a adolescência em “ambientes favoráveis para que os jovens possam se conhecer e ser sinceros com quem eles são”. A reportagem prossegue, dizendo que esses jovens tiveram as suas vivências marcadas pelos mesmos processos opressores a que a maioria dos jovens LGBTQIA+ são submetidos, contudo “depois de superar essa agressividade, as pessoas que saíram do armário ainda na escola se sentiam mais felizes no início da vida adulta, em comparação com aqueles que ficaram dentro do armário”. O foco dos pesquisadores Stephen Russel e Caitlin Ryan era a vivência desses jovens no ambiente escolar. Assim, eles são categóricos ao afirmar que para que os jovens alcancem essa vida adulta mais feliz, “as escolas precisam ter funcionários preparados e regras divulgadas para proteger todos os alunos que estiverem lidando com dúvidas sobre sua orientação sexual ou que estejam dispostos a deixar claro que são gays”.

As pesquisas, reportagens e dados trazidos aqui indicam que, ao propor uma abordagem acolhedora sobre o tema das sexualidades dissidentes, escola e docentes não só contribuem para a permanência dos estudantes como também fortalecem os alicerces de uma identidade social plena desses jovens cidadãos, cumprindo dessa forma com seu dever em prover não só liberdade de expressão aos educandos como também uma vivência de fato digna.

### **4.3 A mídia como ferramenta para o professor**

Paulo Freire nos ensinou em seus livros e trabalho em sala de aula que o intercâmbio entre a cultura trazida pelo educando e os conhecimentos do docente gera resultados efetivamente positivos no aprendizado de ambos. Seus esforços se basearam em rejeitar um formato de educação que via o aluno como um simples depósito de conhecimento e adotar uma nova forma de ensinar focada em relações de troca, afeto e diálogo e na constante busca de aproximação da realidade do educando com o conteúdo, exigindo-se do educador uma contínua reavaliação da sua praxe docente.

O professor constantemente deve fazer uma autoavaliação, verificando onde precisa melhorar, fazendo os seguintes questionamentos: em que devo melhorar, por que melhorar. A partir do momento em que o educador faz estes questionamentos, o mesmo

buscará novas formas de repensar a sua prática pedagógica, uma vez que, fazendo estes questionamentos, possibilitará o educador a rever as suas metodologias, das quais são necessárias para sua prática pedagógica, assim obtendo um bom êxito no ambiente escolar. Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 2019, p. 39).

O método de Freire para a alfabetização de jovens adultos, em linhas gerais, propõe a identificação e catalogação das palavras-chave do vocabulário dos educandos através da associação simples e prática de uma imagem com uma palavra, sempre se buscando essas aproximações com o universo que o indivíduo está inserido. Tomando como base o método de Freire e identificando a defasagem de materiais que existem para se discutir temas como sexualidade e gênero, tentemos descobrir que paralelos podemos estabelecer com o método de Freire. Douglas Kellner nos dá uma boa dica de aspectos de que podemos nos valer pensando na juventude da contemporaneidade que “cresceu influenciada pela cultura da mídia” (2001, p. 190).

Essa geração provavelmente foi concebida e desmamada em meio a imagens e sons dessa cultura, socializada pelos úberes vítreos da televisão, que serviu de chupeta, babá e professora a uma geração de pais para quem a cultura da mídia, especialmente a televisiva, constituiu um pano de fundo natural e parte integrante da vida diária (KELLNER, 2001, p. 190).

Representações positivas e que valorizem as vivências dissidentes são não só uma poderosa ferramenta de identificação e representatividade para jovens LGBTQIA+ em construção identitária como também um instrumento para o docente que deseja fomentar o debate em sala, como salienta o professor Ismail Xavier.

[...] a dimensão educativa, entendida no sentido formação (valores, visão de mundo, conhecimento, ampliação de repertório) permeia toda a experiência do cinema e está, ainda que de modo implícito, presente nos debates sobre os filmes [...] o cinema que “educa” é o cinema que faz pensar, não só o cinema, mas as mais variadas experiências e questões que coloca em foco. Ou seja, a questão não é “passar conteúdos”, mas provocar a reflexão, questionar o que, sendo um constructo que tem história, é tomado como natureza, dado inquestionável (XAVIER, 2008, p. 14).

Produtos ficcionais podem fornecer elementos para discussões que permitam ao docente gerar questionamentos sobre formas de dominação arraigadas na vida social, que afetam nossas opiniões, comportamentos e moldam as noções de valores e normas. Auxiliam também na percepção sobre o outro por indivíduos fora do grupo de sexualidades dissidentes, como demonstram Guilherme Moreira Fernandes e Cristina Brandão, em seu artigo “*Identidade Homoafetiva em Telenovelas: Percepção distinta entre a audiência massiva e a audiência folk*”. Em sua pesquisa, Moreira Fernandes e Brandão aplicaram 152 questionários no calçadão da Rua Halfeld, em Juiz de Fora, buscando saber a opinião da população sobre um beijo dado entre as personagens Clara (Alinne Moraes) e Rafaela (Paula Picarelli) na telenovela da Rede Globo, *Mulheres Apaixonadas* (2003). Os resultados da pesquisa indicaram que quanto menor a faixa etária, maior era a aprovação do beijo lésbico. Na faixa etária até 20 anos, 48,4% foram a favor; entre aqueles que tinham de 21 a 25 anos a porcentagem já representava mais da metade dos entrevistados (56,3%). O dado mais relevante da pesquisa que comprova a positividade da representatividade é que 76,3% dos entrevistados consideravam que a constante exibição de personagens gays em telenovelas auxiliava na diminuição do preconceito contra pessoas de sexualidades dissidentes.

O jornalista Diego Bargas entrevistou para o seu livro *As novelas saem do armário - Representatividade e impacto social de personagens LGBT no horário nobre da TV dos anos 2000* o estudioso americano de comunicação e retórica Edward Schiappa, atualmente professor de Estudos Comparativos de Mídia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Schiappa é autor de um estudo em que reuniu 174 estudantes universitários entre 18 e 34 anos — sendo 107 mulheres, 65 homens e 2 com sexualidade não especificada — e testou o impacto de personagens ficcionais na mudança de comportamento dos espectadores com a série *Six Feet Under*. Na série, o personagem David Fisher (Michael C. Hall) lida com sua homossexualidade, se assumindo gradualmente para a família, amigos e igreja. Na pesquisa pós-exibição para o grupo de estudo foram obtidos notáveis resultados, referentes a como eles identificaram esses personagens e se relacionaram com estes. A essa tese Schiappa deu o nome Hipótese do Contato Parassocial, que defende que a exposição a representações positivas de membros de grupos minoritários pode ocasionar a diminuição de atitudes preconceituosas.

[...] O estudo propõe algo relativamente simples: as funções socialmente benéficas do contato interpessoal entre diferentes grupos podem ser resultantes também da interação mediada (um programa de TV, por exemplo), que é também nomeada como interação parassocial [...]. O fundamento básico para a Hipótese de Contato Parassocial é que o preconceito pode ser reduzido à medida que se aprende mais sobre uma categoria de pessoas (BARGAS, 2017, p. 34-35).

O pesquisador ainda defende na entrevista que seu estudo mostra que os conceitos que uma pessoa ou grupo têm sobre o outro estão ligados ao quanto um conhece sobre o outro e vice-versa. A HCP de Schiappa defende que quanto maior a exposição a representações positivas e que valorizem as vivências de pessoas LGBTs, mais elevadas são as possibilidades de redução de preconceitos.

Se pudermos aprender com personagens televisionados representando grupos sociais distintos, então é possível que o contato parassocial possa influenciar as atitudes sobre tais grupos de uma maneira consistente como a influência do contato direto entre grupos (SCHIAPPA aput BARGAS, 2017, p. 37).

Bargas cita, ao final da sua entrevista com Schiappa, uma fala do pesquisador que destaca a forma como o contato parassocial tem potencial de diminuição do preconceito: “os telespectadores de grupos majoritários devem ser expostos repetidamente a representantes diversos, simpáticos e claramente identificáveis de um grupo minoritário” (SCHIAPPA aput BARGAS, 2017, p. 37).

Desde Paulo Freire, é reiterada sempre a necessidade de se criar pontes e não muros entre o universo do educando e a prática do ensino em sala. Por isso, aceitar a mídia como material didático e fazer uso dela é a forma mais contemporânea de fomentar o pensamento crítico e político dos educandos, valorizando e respeitando a cultura e os conhecimentos empíricos.

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica (JUNQUEIRA, 2009, p. 36).

Minha própria construção de identidade LGBTQIA+, como dito no capítulo 1 deste trabalho, se deu a partir do reconhecimento de existência numa obra cinematográfica. Ao longo da minha vivência, sempre que me deparei com filmes, séries, livros ou qualquer outro produto midiático que se desviasse da norma binária e heterossexista que se sobrepõe a nós a todo instante, tive uma parcela a mais da minha autoestima reforçada. Portanto, como resultado da exposição a essas representações, entendo o quão potentes essas obras podem ser como ferramenta de debate e evolução do exercício do professorado.

O que pode acontecer, se a escola e a família educarem para a aceitação da diversidade e contra o preconceito, é que esse menino gay — sabendo ou não que é gay — não vai sentir ódio de si mesmo, não terá vergonha ou medo, não vai se esconder nem sofrer. Poderá viver sua infância, sua adolescência e sua juventude como qualquer outro e chegar à idade adulta sem os traumas causados pela violência e o preconceito de outros. E, do mesmo modo, esse menino hétero não vai praticar bullying contra o seu colega gay na escola e, ao crescer, não se transformará em um adulto preconceituoso e cheio de ódio, medo ou repulsa contra os que não são como ele, contra aqueles que simplesmente amam diferente (BIMBI, 2017, p. 106).

## 5. ANÁLISE DAS OBRAS

Havia alguma coisa que não tinha acontecido naqueles anos da minha adolescência e, quando finalmente tudo ficou claro, senti que ela tinha sido roubada. De todas as coisas da vida que proibiram aos gays, a adolescência é a mais injusta. Quero que devolvam a minha adolescência. Quero viver cada experiência no momento certo, ter meu primeiro namorado na mesma idade em que meus amigos tiveram sua primeira namorada, e que os primeiros beijos sejam desajeitados, experimentais, cheios de surpresas, e descobrir o sexo com inocência [...] (BIMBI, 2018, p. 12).

A citação acima, do jornalista Bruno Bimbi, faz uma síntese muito precisa da minha própria vivência enquanto adolescente gay, e creio que também a de muitos outros homens gays, mulheres lésbicas e pessoas trans com mais de 30 anos em 2020. De fato, nossa vivência adolescente nos foi roubada e nunca iremos tomá-la de volta. Sempre irá existir uma lacuna em nossa construção identitária, que, por melhor que seja nossa vivência adulta, nunca será preenchida. Boa parte disso, como já detalhado em capítulos anteriores, se deu pela falta de representatividade em todo o mundo que nos cercava.

Em nossas interações sociais, as imagens produzidas para a massa orientam nossa apresentação do eu na vida diária, nossa maneira de nos relacionar com os outros e a criação de nossos valores e objetivos sociais (KELLNER, 2001, p. 29).

Felizmente, para os jovens da atualidade, o cenário já se mostra diferente: matéria do jornal *Folha de São Paulo* de 27 de junho de 2020 traz os dados de uma pesquisa americana que mostra que personagens regulares de séries e programas de TV com sexualidades dissidentes variavam entre 1% e 4% do total até 2016; já no ano de 2020 essa porcentagem havia subido para 10,2%.<sup>13</sup> A discussão sobre diversidade e representatividade também é uma pauta diária não só nos meios acadêmicos como também nos midiáticos e ainda nos círculos sociais, o que reforça o pensamento de Paulo Freire sobre a vida em sociedade e o conceito de relações interpessoais que “guarda em si [...], conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade” (2020, p. 55). Boa parte desse

---

<sup>13</sup> Ver mais informações no link: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/pressao-por-mais-diversidade-escancara-choque-geracional-entre-autores-e-publico-na-tv.shtml>.

diálogo, mesmo que ele não seja desejado pelos mais conservadores, se dá pelas diversas expressões midiáticas que “articulam conflitos, temores, esperanças e sonhos de indivíduos e grupos que enfrentam um mundo turbulento e incerto” (KELLNER, 2001, p. 32), e dessa forma as expressões da cultura da mídia “ocupam uma posição central entre as atividades de lazer, são importantes agentes de socialização, mediadoras da realidade política” (KELLNER, 2001, p. 44).

Acredito ser importante também, neste ponto do trabalho em que caminhamos para sua conclusão, frisar um aspecto que me causou um certo incômodo durante o processo de pesquisa: a tipificação de um produto midiático a partir do tema “sexualidade”. Dessa forma, destaco: **não existe um filme gay ou uma música lésbica, muito menos um livro trans!** O que existe são filmes, músicas e livros. A questão LGBTQIA+ não é um gênero cinematográfico, musical ou literário; ela é apenas mais um dos muitos temas que essas obras abordam, com maior ou menor ênfase apenas. Com um pouco de boa vontade, qualquer um consegue notar que a pauta das vivências homossexuais é somente uma entre as muitas outras que permeiam esses produtos de mídia. O que essas obras têm de diferente em relação a outras semelhantes (e talvez resida aí a necessidade de alguns de segregar algo a partir do tema) é que o protagonismo da história é ocupado por uma pessoa de sexualidade dissidente. Sendo assim, há muitos aspectos que podemos abordar a partir dessas obras, utilizando-as para entender relações humanas num contexto amplo e não só focado nas sexualidades das pessoas LGBTQIA+. Ter pessoas não heterossexuais sendo inseridas em discussões diversas que não só a da vivência das suas sexualidades nos ajuda a enxergar a pluralidade do mundo. Sendo assim, procurei, antes mesmo de demonstrar as diferenças nas abordagens da questão da sexualidade não heterossexual de personagens principais em duas obras — tema central deste estudo —, destacar também outros pontos de reflexão.

## 5.1 Sinopses

### **Delicada Atração**

Título Original: Beautiful Thing

Direção: Hettie Macdonald

Roteiro: Jonathan Harvey, baseado em peça de teatro de sua autoria

Lançamento: Nos cinemas britânicos em 21 de junho de 1996, e no Brasil em 18 de abril de 1997

Em Thamesmead, uma região periférica de Londres, num conjunto habitacional originalmente construído para abrigar famílias de baixa renda vindas de antigos cortiços e favelas, moram os adolescentes Jamie e Ste. Jamie mora com sua mãe, Sandra, uma mulher que sonha em conseguir ascender socialmente por meio de uma oportunidade de passar de garçomete para gerente de bar. Sandra tem um relacionamento com Tony, poucos anos mais jovem que ela, e que gera em Jamie um certo desconforto. Sandra e Jamie possuem uma relação com grandes doses de ironia e afeto em igual proporção. Ste mora no apartamento ao lado, com um pai alcoólatra (Ronnie) e um irmão violento (Trevor). Ste sofre constantes agressões físicas de seus familiares que são motivadas por coisas insignificantes, como uma refeição queimada ou um tênis com uma pequena mancha na ponta. Enquanto isso, Jamie lida com o bullying diário de seus companheiros de escola por não querer jogar futebol. No condomínio ainda vive Leah, fã incondicional da cantora Mama Cass e dona de uma língua ferina que a coloca em constante atrito com Sandra. Um dia, voltando à noite do trabalho, Sandra encontra Ste chorando após mais uma surra. Sensibilizada pela situação do jovem, ela o abriga em sua casa (mais precisamente, no quarto de Jamie), e é a partir desses momentos prévios ao sono, de diálogo e compartilhamento de anseios, sonhos e desejos, que a ligação já existente entre os meninos através de longas trocas de olhares, mas nunca verbalizada, se concretiza, afetando, mesmo que indiretamente, todos os demais personagens.

### **Com Amor, Simon**

Título Original: Love, Simon

Direção: Greg Berlanti

Roteiro: Elizabeth Berger e Isaac Aptaker. Baseado no livro *Simon Vs A Agenda Homo Sapiens* de Becky Albertalli

Lançamento: O filme estreou simultaneamente nos EUA e no Brasil no dia 22 de março de 2018

Simon é um jovem de 17 anos que mora com os pais e a irmã mais nova num bairro de classe média em Atlanta, no estado da Geórgia, Estados Unidos. Ele vive a

sua adolescência tranquilamente entre cafés gelados, passeios a uma casa de *waffles* e a espera pela festa de formatura ao lado de seus amigos Leah, Nick e Abby. O que ninguém em volta do garoto sabe é que ele é gay. Simon, aparentemente, não tem nenhum grande dilema com sua sexualidade, mas também não se sente impelido a revelá-la até o momento em que um outro garoto, com o pseudônimo de Blue, publica numa rede social da escola que se sente solitário exatamente por ser gay. Simon, também através de um pseudônimo (Jacques), passa a se corresponder com Blue, e os dois desenvolvem uma relação que evolui muito rápido da camaradagem para a paixão, mesmo sem nem saberem quem está por trás dos codinomes. Tudo continua na normalidade até que Martin, um outro aluno do colégio, tem acesso aos e-mails trocados entre Simon e Blue e passa a chantagear o garoto para que ele o aproxime de Abby. Acuado, com medo de que a exposição do relacionamento virtual faça com que a única outra pessoa com quem ele se identifica desapareça, Simon se submete às tramoias de Martin, entrando num vórtice de mentiras e decisões falhas.

## 5.2 Diferenças entre as obras

### Socioeconômica

Assim, de largada, já existe um grande marcador social que distancia as duas obras e dá a elas profundidades distintas. *Delicada Atração* se passa num condomínio de moradias sociais na periferia de Londres (Thamesmead). A história de *Com Amor, Simon* está inserida numa das 15 cidades com a melhor economia do planeta (Atlanta, na Georgia). Jamie e sua mãe Sandra vivem num pequeno apartamento. Simon mora numa grande e espaçosa casa com mãe, pai, irmã e um cachorro. Simon possui também um carro para poder ir à escola e dar carona a seus amigos. Jamie e Ste fazem uso do transporte público para se deslocar a todos os locais, incluindo-se nesse rol um bar onde os meninos têm sua primeira vivência dentro da comunidade LGBTQIA+. Apesar de ser dito que a mãe de Simon — Emily — é uma psicóloga, não há cenas que a mostrem em seu trabalho, e o mesmo vale para o pai do garoto americano, a respeito do qual o máximo de informação que recebemos é que ele foi um *quarterback*<sup>14</sup> na época da escola. Já Sandra, mãe de Jamie, tem uma trama de

---

<sup>14</sup> Uma das posições dos jogadores de futebol americano, assim como há zagueiros, atacantes etc. no futebol brasileiro. Geralmente é o líder do time.

destaque paralela à do filho, sendo mostrada em seu ambiente de trabalho, e também em entrevistas de emprego para a gerência de um bar, demonstrando-se dessa forma o quanto a ascensão socioeconômica é importante para essa personagem. O marcador social referente à classe econômica é importante de ser destacado não só pelo seu aspecto de identificação por parte do público, mas também porque ele interfere diretamente no cotidiano desses personagens. A sobrevivência, os recursos limitados, os acessos e não acessos que os personagens têm tanto a bens supérfluos quanto aos mais essenciais são partes importantes da construção identitária de Jamie, Ste e Leah no filme dos anos 90. Já em *Com Amor, Simon* o aspecto econômico não é um problema, o que permite que a história se foque somente na vivência não só da sexualidade dissidente do protagonista como também da adolescência no geral, tanto de Simon quanto de seu grupo de amigos.

### **Diversidade Étnico-racial**

Em *Delicada Atração* a pluralidade étnico-racial é quase nula. Os personagens centrais são todos brancos. Somente Leah e sua mãe são negras. Na representação dos demais moradores do condomínio, também não consegui identificar outros tons de pele que não fossem brancos. A única outra personagem não branca da história e que aparece por poucos segundos é a professora de Educação Física com clara ascendência indiana. Já em *Com Amor, Simon*, o cenário é o inverso. Dois de seus melhores amigos são negros (Nick e Abby). No final da história, quando a identidade de Blue é revelada, vemos que ele é Bram, outro colega de Simon, também negro. Outro importante personagem da história de 2018, Ethan, um jovem que não segue os padrões heteronormativos, também é negro, assim como outros membros do corpo estudantil e professores.

### **Tecnologia e Acesso à informação**

A questão temporal que separa as duas obras contribui para que outra diferença seja ainda mais simples de ser detectada: a tecnologia — assim como o seu uso e assimilação na vida cotidiana dos personagens. *Delicada Atração* estreou em 1996; já *Com Amor, Simon* teve suas primeiras exibições em 2018. Nesses mais de vinte anos que separam uma obra da outra, a tecnologia evoluiu e se tornou ainda

mais presente na vida de todos, inclusive e principalmente na vida dos jovens. Enquanto no filme de 96 o máximo de tecnologia apresentada é a televisão e um toca-discos, na obra de 2018 temos computadores nos quartos dos jovens e os celulares, de tão disseminados, já se tornaram um problema para o vice-diretor, que a todo instante precisa apreender os aparelhos de adolescentes absortos em suas telas. O próprio conflito principal de *Com Amor, Simon* se dá a partir da divulgação de sua vida privada através de uma rede social na internet. A rede mundial de computadores é citada de forma recorrente no filme de 2018 como sinônimo de fonte de informações fáceis e também um local para se conhecer<sup>15</sup> outras pessoas e interesses amorosos. Em *Delicada Atração*, para ter acesso a um mundo novo que se abria a sua frente, Jamie furta uma revista gay numa banca. Essa revista proporciona ao menino imagens homoeróticas além do corpo de seu interesse amoroso, o conhecimento da existência de um bar destinado ao público gay, e num ponto de clímax da história é a descoberta por Sandra da existência dessa revista, escondida embaixo da cama de Jamie (somada a uma ligação anterior da professora de Educação Física), que gera o confronto sobre a sexualidade dissidente entre mãe e filho. É interessante destacar também que a revista, na obra de 1996, é usada como uma ferramenta didática para o público. Ao colocar Ste para ler as transcrições de cartas enviadas a uma sessão de perguntas e respostas da revista, o autor utiliza o momento para transmitir ao espectador pílulas de informação e autorreconhecimento.

**STE** (*lendo a revista*): Não se pega HIV só com sarro. (*para Jamie*) O que é sarro?

**JAMIE**: É iogurte. É francês.

**STE** (*lendo a revista*): Querido Brian, tenho 23 anos, sou negro e gay. Gosto de estar com homem, mas temo que falem de mim, pelas minhas costas, e não me aceitem como sou. Minha família não sabe também. Infeliz. Norte de Londres.

**JAMIE** (*divertido*): Cruze o rio e eu o farei feliz. Abra na página 92. Embaixo, no lado direito. É um bar. O ônibus 80 vai direto pra lá. (DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:59:00)

---

<sup>15</sup> O vice-diretor, Sr. Worth, diz a Simon que vai ter um encontro com uma mulher que conheceu no Tinder (00:15:40). Numa das últimas cenas do filme, o pai de Simon, Jack, se oferece para acessar o Grindr ao lado do filho, ao que Simon pergunta de forma engraçada se o pai sabe o que é Grindr (01:34:17). Tinder e Grindr são aplicativos utilizados para conhecer pessoas em busca de relacionamentos e/ou sexo casual. O Tinder tem como foco todas as pessoas, de todas as orientações sexuais; já o Grindr é focado em homens gays.

## **A Escola**

A escola, no primeiro filme, somente é mostrada nos primeiros minutos do longa. Toda a ação se concentra nas casas dos protagonistas, fazendo do condomínio e seu ambiente recheado de pequenos apartamentos de paredes finas e vizinhos sempre dispostos a dar opinião sobre a vida alheia, se não um outro personagem, no mínimo um grande cenário que por si só já possui a sua própria dramaturgia. Já na obra contemporânea de 2018, a escola, o corpo discente e docente e sua rotina são questões centrais, pois é nessa convivência que se desenrola o conflito de Simon na sua busca pelo seu interesse romântico.

## **A abordagem da temática**

Há uma grande diferença de tônica entre os dois filmes, que se explica pelo fato de *Delicada Atração* ainda estar inserido num cenário onde filmes com temática LGBTQIA+ têm sempre uma aura de “filme cabeça” com orçamentos modestos e distribuição reduzida, dando a impressão de que o único público possível para filmes que tratam do tema é o de festivais e mostras de cinema, onde geralmente se aprecia mais o valor artístico do que o comercial de uma obra<sup>16</sup>. *Com Amor, Simon* rompeu barreiras (e a lógica citada há pouco) por ser o primeiro filme a juntar as temáticas “adolescência” e “LGBTQIA+” realizado por uma grande produtora (Fox Films)<sup>17</sup> com ampla distribuição e fortes estratégias de marketing e divulgação. O primeiro filme é a adaptação de uma peça de teatro que teve sucesso no circuito alternativo do teatro londrino. O filme americano segue um filão de mercado dos últimos anos de adaptações de livros infantojuvenis para o cinema com o intuito de levar o já grande grupo de fãs da obra literária para as salas de cinema. Já dissemos aqui que Douglas

---

<sup>16</sup> Exceções a essa lógica são os recentes *Moonlight* (2016) e *Me chame pelo seu nome* (2017), que obtiveram bilheterias expressivas e grande atenção da imprensa no geral, além da especializada. *Moonlight* ganhou três prêmios Óscar na cerimônia de 2017, incluindo o de Melhor Filme. *Moonlight* se destaca também por ser um dos poucos filmes com um protagonista negro a ganhar o prêmio mais cobiçado da cerimônia. No ano seguinte, *Me chame pelo seu nome* ganhou o Óscar de Melhor Roteiro Adaptado.

<sup>17</sup> Matéria do Guia da *Folha*: ‘Com Amor, Simon’ é primeiro romance adolescente gay de um grande estúdio. <<https://guia.folha.uol.com.br/cinema/2018/04/com-amor-simon-e-primeiro-romance-adolescente-gay-de-um-grande-estudio.shtml>>.

Kellner nos alerta que a mídia busca aquilo que lhe renda mais capital, por isso ela se molda para que a maioria das pessoas se sintam contempladas e a consumam.

A comercialização e a transformação da cultura em mercadoria trazem muitas consequências importantes. Em primeiro lugar, a produção com vistas ao lucro significa que os executivos da indústria cultural tentam produzir coisas que sejam populares, que vendam ou que — como ocorre com o rádio e a televisão — atraiam a audiência das massas. Em muitos casos, isso significa produzir um mínimo denominador comum que não ofenda as massas e atraia um número máximo de compradores (KELLNER, 2001, p. 27).

Seguindo essa lógica, é muito óbvio que *Com Amor, Simon*, com um clima mais leve, palatável, com ares de comédia romântica oitocentista, em contraponto aos dramas, silêncios, longas trocas de olhares e cenas contemplativas de *Delicada Atração*, acabe se tornando um produto muito mais rentável. O site IMDB (Internet Movie Database), que reúne informações extensas sobre produções de filme que vão desde uma simples sinopse a orçamentos detalhados, mostra que o filme dos anos 90 teve uma arrecadação de pouco mais de US\$ 30 mil no seu final de semana de estreia; já o filme do novo milênio apenas no dia do seu *première* ultrapassou os US\$ 10 milhões.

A despeito de todo o interesse capitalista por trás da decisão de se produzir um filme como *Com Amor, Simon*, há de se comemorar o fato de que as pessoas LGBTQIA+ e em especial os adolescentes e jovens desse grupo são reconhecidos como potenciais consumidores pelas grandes indústrias cinematográficas. Nem que seja com o foco no lucro, o sucesso desse filme incentiva que outras histórias não heterossexuais sejam produzidas e distribuídas globalmente, contribuindo assim para o autorreconhecimento e empoderamento identitário.

### **Rede de apoio**

Simon possui, além de um grupo de amigos próximos — Nick, Leah e Abby — , outros tantos colegas em sua escola, como podemos notar em várias cenas do filme. Coloco em destaque a cena em que o grupo de amigos de Simon decide realizar uma festa de Halloween, em contraponto a um momento de *Delicada Atração* em que Sandra, ao notar que Jamie se prepara para sair, se surpreende com a resposta do filho, já que Jamie é uma pessoa solitária.

**BRAM:** Gente, ótima notícia. O namorado da minha tia levou o carro e as joias dela.

**ABBY:** Bram, isso é uma péssima notícia.

**BRAM:** Eu sei, mas já é a terceira vez. Ela tem dedo podre pra homem. Minha mãe vai a Orlando resolver tudo, e eu vou dar uma festa de Halloween.

**NICK:** Demais!

**SIMON:** Legal.

**GARRETT:** Boa! Valeu, tia burra do Bram! Vai ser épico. Vou levar o karaokê. (*Anunciando para os demais alunos*) Festa de Halloween na sexta. Sexta, festa de Halloween na casa do Bram!

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:24:14)

**SANDRA:** Aonde vai?

**JAMIE:** Sair com amigos.

**SANDRA:** Você não tem amigos.

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:45:14)

Simon, antes mesmo de falar com os pais, revela a sua sexualidade a uma amiga (Abby), que a acolhe de forma afetuosa.

**SIMON:** Abby.

**ABBY:** Que é?

**SIMON:** Eu sou gay. Mas não pode contar. Ninguém sabe, e eu não quero que descubram.

**ABBY:** Não conto. Eu prometo.

**SIMON:** Ficou surpresa?

**ABBY:** Não.

**SIMON:** Já sabia?

**ABBY:** Não.

**SIMON:** Mas não ficou surpresa?

**ABBY:** Quer que eu fique surpresa?

**SIMON:** Não sei.

**ABBY:** Eu te adoro.

**SIMON:** Também te adoro.

(COM AMOR SIMON, 2018, 0:56:40)

A rede de apoio formada por pessoas além do círculo familiar é algo patente no filme de 2018 e tem espaço de destaque em equivalência com a questão da sexualidade de Simon.

**SIMON:** Por favor, escuta.

**LEAH:** Olha, eu sei, tá? Não queria que ninguém soubesse.

**SIMON:** Não foi só isso. Me apaixonei por alguém. O cara dos e-mails. Estou apaixonado. Eu sabia que, se o Martin vazasse os e-mails, ele ia sumir. Desculpa. Eu sei que fiz muita besteira. É minha melhor amiga.

**LEAH:** Se sou, por que contou pra Abby e não pra mim?

**SIMON:** Acho que foi mais fácil. Conheço a Abby há 6 meses. Conheço você há 13 anos. Eu sabia que, se contasse, tudo ficaria diferente. Eu queria que tudo ficasse na mesma.  
(COM AMOR SIMON, 2018, 1:31:19)

Em *Delicada Atração*, Jamie e Ste possuem apenas Leah como algo próximo a uma amizade, mas a menina também tem os seus próprios dilemas e não sabe lidar com a sexualidade dissidente dos vizinhos, demonstrando uma certa homofobia internalizada.

**LEAH:** Me dê um ecstasy ou conto onde você dormiu semana passada.  
**JAMIE:** O quê?  
**STE:** Do que está falando?  
**JAMIE:** Ele dormiu no sofá.  
**LEAH:** Ouvei sua mãe dizer: na mesma cama.  
**JAMIE:** Não ligue pra ela, Ste.  
**LEAH:** O que seu pai diria?  
**STE:** Cai fora, Leah!  
**LEAH:** O que Trevor diria?  
**JAMIE:** Leah!  
**LEAH:** Tente!  
**STE:** Não bato em garota.  
**LEAH:** Vai, me bate. Bate! Sua bichona idiota.  
**JAMIE:** Ste, vamos!  
**LEAH:** Trevor já sabe! Sabe como são os apartamentos. As paredes são finas. Por que ele sempre bate em você? Ele sabe!  
**STE:** Não há o que saber!  
**LEAH:** Na mesma cama?  
**JAMIE:** Você sabe tudo!  
**LEAH:** Mesmo?  
**STE:** Mesmo!  
**LEAH:** Não que eu aceite, mas defendi. Você. Defendi os dois. Disse que sabia que tinha dormido no sofá. Que entrei e vi. Eu disse: “Não devia dizer isso do seu irmão. Eles são só amigos”.  
**STE:** Nada aconteceu.  
**LEAH:** Quando foi que ele te bateu pela última vez? Não foi na quinta-feira?  
**STE:** E daí?  
**LEAH:** Foi quando falei com ele. Quando eu menti.  
(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:50:51)

### **Gordo/Homofobia estrutural e Conflito Geracional**

Ambas as obras retratam nas figuras dos pais dos protagonistas situações de reprodução de preconceitos estruturais e naturalizados na sociedade. Em especial, no contexto das obras analisadas, exemplificamos aqui a gordofobia de Sandra, mãe

de Jamie, e a homofobia de Jack, pai de Simon. É importante destacar que ambas as obras abordam o conflito geracional, mostrando que os filhos rejeitam os preconceitos enraizados dos pais.

**LEAH:** Eu fui ver outra escola. Tem só 20 alunos.

**STE:** Serão 22 se você for. Você e Mama Cass.

**SANDRA:** É internato?

**LEAH:** Não.

**SANDRA:** Que pena! Eu ajudaria a fazer as malas. Empacotaríamos essa gorda e sua música!

**JAMIE:** Não fale dos mortos.

**SANDRA:** É uma pena como ela morreu.

**LEAH:** Como foi?

**SANDRA:** Enforcada com um sanduíche. Por isso não se empanturre de batatas.

**TONY:** Ela usava muitas drogas.

**SANDRA:** Quando se é tão gorda, a droga é uma fuga.

**JAMIE:** Talvez ela fosse feliz gorda.

**SANDRA:** Se fosse assim, Jamie, por que ela morreria sufocada com um sanduíche? Por que não uma fritura ou algo assim?

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:30:27)

**EMILY:** Tive uma ideia. Ainda não vimos *The Bachelor*.

**JACK:** O cara nem é bom partido.

**EMILY:** Por quê?

**JACK:** Tá na cara que é gay.

**EMILY:** Não é nada.

**JACK:** Jura?

**EMILY:** É gato.

**JACK:** O encontro com a garota pra fazer perfume?

**NORA:** Pai! Os produtores planejam.

**JACK:** Ele é muito frutinha. Ele é uma parada gay. Alguma dúvida? Tem mais química com o Chris Harrison que com as meninas.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:09:24)

### **A Heterossexualidade Presumida**

Aqui não temos uma diferença, e sim um padrão: em ambas as obras, até o momento da revelação aos outros personagens das sexualidades e relacionamentos vividos pelos protagonistas, a maioria dos que os rodeiam presume que eles são heterossexuais.

Em *Delicada Atração*, o assunto surge numa cena em que Sandra, após questionar Jamie sobre o motivo da mudança de comportamento de Ste, recebe do garoto a informação de que o vizinho está apaixonado. Sandra primeiro crê que o

interesse romântico de Ste é uma garota, desconhecendo o fato de que na verdade a relação do garoto é com seu próprio filho.

**SANDRA:** Vem cá Ste, tem alguma novidade? Um passarinho me contou que está apaixonado.

**STE:** O quê?

**SANDRA:** Cinco letras: AMOR. Não fique assim, Jamie me contou tudo.

**TONY:** Ela está com ciúmes. Há 20 anos poderia ser ela.

**SANDRA:** Conte, como é ela? Como ela se chama?

**STE:** No...

**SANDRA:** Deve ser Nolene. É nome de artista. Já estava na hora. Você merece. Você é um garoto legal. Tome. Compre um presente para Nolene. Compre algumas flores.

**STE:** Sandra, não posso aceitar o seu dinheiro.

**SANDRA:** Ontem à noite ganhei boas gorjetas. Pegue!

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:55:08)

Já em *Com Amor, Simon*, o assunto é tratado em repetidas cenas através da figura do pai de Simon, Jack, que reproduz uma série de piadas e comentários que mesclam homofobia e machismo.

*Jack entra no quarto enquanto Simon escreve um e-mail a Blue. Surpreso com a entrada repentina do pai, o garoto fecha o laptop rapidamente.*

**JACK:** Oi! Desculpa. Se masturbando?

**SIMON:** Engraçadinho.

**JACK:** Sua irmã fez umas panquecas chiques do Top Chef. Vamos lá comer.

**SIMON:** Ótimo. Eu já desço.

**JACK:** Depois de terminar de procurar na Internet fotos da Gigi Habib de calcinha?

**SIMON:** É Hadid.

**JACK:** Não sabia que era sua namorada.

**SIMON:** Me pegou.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:02:28)

Mesmo quando Simon decide compartilhar com os pais sua sexualidade dissidente, o momento é precedido por uma piada que ressalta a heterossexualidade compulsória que Jack impõe ao filho.

**SIMON:** Eu queria falar com vocês sobre uma coisa.

**JACK:** O quê? Já até sei. Engravidou alguém. Não, está grávido.

**SIMON:** É, estou grávido.

**JACK:** Eu sabia. Está com aquele brilho.

**EMILY:** Amor. Não...

**SIMON:** Sou gay.

**EMILY:** Filho...

**SIMON:** Não quero que pensem nada diferente. Ainda sou eu.

**EMILY:** É claro que é.

**JACK:** Você é gay? Qual das namoradas te transformou? A de sobrelha grossa?

**EMILY:** Jack!

**NORA:** Pai, pode calar a boca?

**JACK:** Brincadeira.

(COM AMOR SIMON, 2018, 01:14:45)

## **A Feminilidade**

*Com Amor, Simon* amplia o universo da discussão das sexualidades dissidentes através de Ethan, outro personagem gay da história. Ethan, ao contrário de Simon, não segue um padrão heteronormativo, e por isso é a vítima preferida do assédio moral dos demais alunos da escola, como podemos notar logo na primeira cena em que o personagem é apresentado.

**GAROTO:** Cachecol legal, Ethan. Vê se não enrola na vagina.

**ETHAN:** Adorei a calça, sabia? Parece que foi estuprado numa liquidação.

**GAROTO:** Vá se ferrar, boiola!

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:06:50)

Simon observa a cena de longe e chega ele mesmo a endossar as atitudes dos meninos que praticam bullying a Ethan, ao dizer que “O Ethan também facilita para eles” (2018, 00:07:05). Tal fala de Simon escancara duas grandes problemáticas da vivência homossexual. A primeira delas é o fato de que vivemos em uma sociedade machista em que tudo que é feminino é relegado a uma posição inferior.

Ao se afastar dos pressupostos da virilidade e assumir modos de agir associados ao gênero feminino, os homossexuais perdem prestígio social, na medida em que dentro de uma sociedade sexista e machista, qualquer associação com o feminino é abominável (NASCIMENTO, 2015, p. 198).

A segunda problemática diz respeito a como esse machismo reverbera dentro da própria comunidade LGBTQIA+, como destacam Anderson Cacilhas Santiago, Naiara Ferreira Vieira Castello e Alessandro Rodrigues no artigo *Bichas Destruidoras mesmo: Construindo uma viada bem afeminada*.

Observamos, em nossa sociedade, uma rejeição às afeminadas, que se agrava ao pensarmos que ela também ocorre entre os próprios gays, que valorizam os sujeitos que conseguem imprimir uma masculinidade e virilidade mais próxima à dos denominados/classificados homens hétero e cissexuais. São os que se denominam “machos” e “discretos”, em oposição às afeminadas e pintosas, que constroem dicotomias em que o primeiro polo é o valorizado positivamente. Nesse processo relacional entre os próprios gays, a masculinidade serve de salvo-conduto para que o oprimido se transforme em opressor (SANTIAGO; CASTELLO; RODRIGUES, 2017, p. 165).

As opressões sofridas por Ethan continuam a ocorrer em todas as cenas em que o personagem aparece, tanto de forma implícita quanto de forma mais velada.

**ETHAN:** Amigas, eu preciso contar uma coisa: Eu sou gay!  
**GAROTA #1:** Uau, sério? Isso é muito legal, Ethan!  
**GAROTA #2:** Não acredito! Não brinca!  
**GAROTA #3:** Ai meu Deus, jura? Eu não fazia ideia! Foi uma total surpresa.  
**GAROTA #2:** Pega leve, Claire.  
 (COM AMOR SIMON, 2018, 00:19:42)

**GAROTO #1:** Ethan! Gosta de futebol?  
**GAROTO #2:** Só veio ver as malas.  
**ETHAN:** Sua mãe não ensinou a não mexer no micropênis em público? Alguém traz adubo pra essa cenourinha.  
 (COM AMOR SIMON, 2018, 01:04:55)

Ethan é um personagem muito forte na história. Apesar do pouco tempo em tela, é a partir de sua representação que fica evidente o quanto pessoas LGBTQIA+ que borram os limites de gênero são os alvos mais atingidos pela violência dirigida às sexualidades dissidentes.

Como profissionais da educação costumam testemunhar, são meninos femininos e meninas masculinas, pessoas andróginas ou que adotam um gênero distinto do esperado socialmente, que costumam sofrer injúrias e outras formas de violência no ambiente escolar. Será mero acaso que homens e mulheres que constroem um perfil de gênero esperado e escondem seu desejo por pessoas do mesmo sexo sofram menos perseguição? A sociedade incentiva essa forma “comportada”, no fundo, reprimida e conformista, de lidar com o desejo, inclusive por meio da forma como persegue e maltrata aqueles que são cotidianamente humilhados sendo xingados de afeminados, bichas, viados, termos que lembram o sentido original de queer na língua inglesa (MISKOLCI, 2012, p. 33).

O enraizamento do desprezo às bichas afeminadas é bem evidente no filme, inclusive na figura de seu protagonista. Mesmo quando Simon sai à caça de quem poderia ser o seu amado Blue dentre todos os demais alunos de seu colégio, Ethan nem chega a ser cotado como um dos seus pretendentes. Simon mantém uma distância de Ethan que só é quebrada quando sua sexualidade é revelada e ele passa a sofrer os mesmos ataques que antes só Ethan sofria.

**SIMON:** Por que o Sr. Worth quer falar com a gente? Não pode deixar pra lá? [...] Lamento, Ethan. Nada disso acontecia quando era só você.

**ETHAN:** É como dizem: Um gay dá sono, dois é um crime de ódio hilário! Podia ter me contado que era.

**SIMON:** Não tínhamos muito em comum.

**ETHAN:** Acha que eu não sei? Seu guarda-roupa de machão não faz minha cabeça.

**SIMON:** Não sei. Acho que foi inveja. Você assumiu aos 16 anos. Sempre pareceu fácil pra você.

**ETHAN:** Fácil? Tá brincando? Minha mãe ainda fala das namoradas pros meus avós quando vamos jantar na casa deles aos domingos. Ela diz que é porque são velhos e religiosos, e é mais fácil assim. Não sei. Talvez seja verdade. Precisa ouvir a voz dela quando fala das meninas.

(COM AMOR SIMON, 2018, 1:22:33)

Esta ampliação da discussão sobre a vivência das homossexualidades a partir da figura de Ethan serve para todos, inclusive para a própria comunidade LGBTQIA+, pois sendo a sexualidade somente uma das várias características que nos compõem, pessoas de sexualidades dissidentes não estão isentas de reproduzir os mesmos atos de preconceito que buscamos combater.

Dessa forma, as afeminadas querem apenas ser amadas em suas diferenças, mas parece que as outras bichas não as entendem e preferem manter-se em seus espaços de conforto. A diferença atrapalha, incomoda e precisa ser varrida para debaixo do tapete, para manter a desordem da ordem mundial bicha (SANTIAGO; CASTELLO; RODRIGUES, 2017, p. 164).

### **Enfim, a sexualidade**

De todas as diferenças entre os dois filmes já citadas até aqui, a maior delas é o foco dado à sexualidade dissidente e sua vivência. Em *Delicada Atração*, o foco da película é o desabrochar desse desejo, sua descoberta e compreensão pelos protagonistas. Solitários em suas vivências enquanto jovens LGBTQIA+ e imersos

num ambiente opressor, Jamie e Ste têm somente um ao outro em suas jornadas de identificação.

**JAMIE:** Você já beijou alguém? Metendo a língua?

**STE:** Com esta cara?

**JAMIE:** Você não é feio.

**STE:** Eles me tornaram feio.

**JAMIE:** Não acho você feio.

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:37:23)

No filme de 96 a atração afetiva é concretizada através de um beijo roubado de Jamie em Ste, que reage a princípio afastando o vizinho, mas logo na sequência aceitando e retribuindo o gesto de afeto.

**STE:** Acha que sou uma bicha?

**JAMIE:** Não importa o que eu acho. Posso tocar em você?

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:39:20)

Na sequência seguinte já temos uma cena em que ambos dormem nus na mesma cama, sugerindo que houve também uma relação sexual entre os garotos. *Com Amor, Simon*, apesar de abordar a sexualidade de uma forma muito mais romantizada e aspiracional do que o filme dos anos 90, e nem passar perto de uma relação sexual concreta entre qualquer um dos personagens, já nos entrega um protagonista que, aparentemente, não vê nenhum problema em ser um jovem gay.

**SIMON:** Eu sou igual a você. Minha vida é normal. Meu pai era o *quarterback* bonito que se casou com a oradora da turma. O ápice da vida deles não foi no colégio. Tenho uma irmã de quem gosto. Não que eu vá dizer isso a ela. Depois de 200 episódios de *Chopped* ela resolveu que seria chef. Agora, nós somos as cobaias dela [...] E tem os meus amigos. Dois, eu conheço desde o começo dos tempos. Ou, pelo menos, do jardim de infância. Uma eu conheci há meses, mas parece que conheço desde sempre. Fazemos coisas de amigos. Bebemos café de mais, assistimos filmes dos anos 90 e vamos à *Waffle House* sonhar com a faculdade e nos encher de carboidratos. Como eu disse, eu sou igual a você. Tenho uma vida perfeitamente normal. Só que eu tenho um grande segredo.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:00:44)

Na sequência do diálogo inicial de Simon reproduzido acima, vemos o garoto tentando, de uma forma muito establanada, chamar a atenção de um jardineiro pelo qual ele se sente atraído, deixando nítido que o tema principal dessa obra não é a

autodescoberta e aceitação do protagonista, ao contrário do que é vivido por Jamie e Ste no filme de 1996.

**JAMIE:** Está machucado!

**STE:** Dá um tempo, Jamie.

**JAMIE:** E agora, seu pai parou de bater em você? Queimou o jantar?

**STE:** Já disse pra cair fora!

**JAMIE:** Está com medo.

**STE:** Não estou com medo de nada.

**JAMIE:** Não?

**STE:** Não! Na semana passada, fui a Woolwich. Vi um cara na sarjeta, bêbado, caído ali. Todos passavam sem vê-lo, eu quase pisei nele. Era o meu pai. Aí, eu pensei: Por que ter medo de um cara que já está morto?

**JAMIE:** Bem, ele já lhe deu umas boas surras.

**STE:** Ele não passa de um estorvo. Por que ter medo disso?

**JAMIE:** De ser chamado de bicha?

**STE:** Você é?

**JAMIE:** Talvez. Talvez não.

**STE:** E você é?

**JAMIE:** Bicha?

**STE:** Gay!<sup>18</sup>

**JAMIE:** Sou muito feliz. Sou muito feliz quando estou com você. Pronto, falei. Vamos, pode rir.

**STE:** Não.

**JAMIE:** Por que não? Não acha engraçado?

**STE:** Eu não acho.

**JAMIE:** Acho hilário.

**STE:** Então por que não ri?

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:44:07)

Uma vez que para Simon, a sua sexualidade já é algo resolvido e assimilado, o conflito do garoto se torna a sua rejeição a uma espécie de rito de passagem pelo qual pessoas LGBTQIA+ precisam passar no momento de tornar público algo íntimo, como ele revela em suas trocas de e-mail com Blue.

**SIMON:** Caro Blue [...]. Acho que todos temos segredos. Ando pensando em por que não assumi ainda. Talvez por não ser justo que só gays tenham que se assumir. Por que hétero é a norma? [...]. Talvez por eu não saber se ser gay é pra sempre. Ou talvez por faltar pouco pro colégio acabar... Parte de mim quer manter o que sempre fui mais um pouco.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:45:33)

---

<sup>18</sup> Há um trocadilho nesse diálogo. Gay em inglês também pode significar “alegre” ou ainda “feliz”. Por isso, a resposta de Jamie: “Sou muito feliz...”.

Simon tem uma vida “perfeita”, e por isso não vê motivos para que nada saia do seu lugar. É importante ressaltar que Simon está no topo dos privilégios: homem, branco, cisgênero, classe média. Por seguir um padrão heteronormativo, ele nunca é posto de lado ou sofre algum outro tipo de bullying como ocorre a Ethan. A princípio, para Simon, compartilhar sua sexualidade com o mundo apenas põe toda a sua tranquilidade em risco.

A imagem do armário estabelece uma fronteira entre os domínios do público e do privado (revelação x segredo), mas nunca oferece proteção total aos grupos que sofrem injustiças simbólicas (gays, lésbicas, negros, grupos religiosos etc.) [...] Sair do armário implica o risco de ficar exposto a convicções cristalizadas num circuito de preconceitos e estigmas adeptos ao silêncio e ao insulto. “Sair do armário” não significa somente sair de uma condição de ostracismo, de deixar de fechar-se sobre si mesmo, mas implica uma reconfiguração da própria identidade, a qual não é destituída de zonas obscuras e de silêncios (MARQUES, 2010, p. 44).

Somente quando Simon se envolve com Blue, que também não deseja se revelar para o mundo, é que seu temor de se assumir publicamente é acrescido da possibilidade de perder sua nova paixão.

**MARTIN:** Não quero ter que vaziar meus e-mails. Mas eu vazo.

**SIMON:** Não pode meter o Blue nisso. Se ele descobrir que vazaram, ele vai surtar. Não falará mais comigo.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:48:40)

Já em *Delicada Atração*, logo na primeira cena do filme vemos um Jamie que foge da aula de futebol por não suportar o bullying feito pelos outros meninos. Esse momento serve de prelúdio para o entendimento que se constrói durante o filme de que o seu não compartilhamento da sexualidade se dá mais pelo medo da violência e da não aceitação da sexualidade dissidente tanto pelo protagonista quanto por sua mãe.

**SANDRA:** O que houve? A escola pegou fogo de novo? O que foi desta vez? Bomba do IRA?

**JAMIE:** Muçulmanos fundamentalistas...

**SANDRA (irônica):** Engraçado! Parecia inteira quando passei por lá!

**JAMIE (também irônico):** É muito engraçado.

**SANDRA (contrariada):** Você ainda tem idade para levar umas palmadas, ouviu?

**JAMIE:** Toda Thamesmead ouviu.

**SANDRA:** Você precisa começar a jogar.

**JAMIE:** Por quê?

**SANDRA:** Porque precisa!

**JAMIE:** Quem disse?

**SANDRA:** Eu disse!

**JAMIE:** Odeio Futebol.

**SANDRA:** Não odiava.

**JAMIE:** Agora odeio!

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 00:03:50)

*Com Amor, Simon* também colabora na discussão sobre a autoaceitação quando desloca a história do conflito romântico e mostra que o despertar da sexualidade dissidente geralmente acontece de formas muito mais simples e orgânicas ao longo da vida das pessoas LGBTQIA+.

**SIMON:** Como eu soube que era gay? Foram muitos detalhes... O sonho recorrente com o Daniel Radcliffe. Eu sonhei com ele toda noite por um mês... Amava Panic! At the Disco...Até eu perceber que não era pela música.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:20:29)

**BLUE:** ...Percebi que era gay vendo *Game of Thrones*. Meus amigos prendiam o fôlego para ver os peitos da Princesa do Dragão. Eu era caidinho pelo Jon Snow.

(COM AMOR SIMON, 2018, 00:21:55)

Em vista do fato de o tema central de *Com Amor, Simon* ser o segredo guardado pelo protagonista (que no caso específico desse filme é a sexualidade do personagem, mas que poderia também ser qualquer outro tipo de segredo), existe, até por uma fórmula dramaturgica, o momento em que esse segredo vem à tona e se torna de conhecimento geral. Novamente o filme se torna relevante, uma vez que em momento algum Simon chega a negar o fato de ser gay ou ainda a tentar acobertar isso. Como ferramenta didática, o longa também suscita a discussão sobre o direito à privacidade na cena em que Martin, arrependido de ter revelado o segredo de Simon, tenta se desculpar.

**NORA:** Simon? Eu vi. Já denunciei. Vão tirar do ar.

**SIMON:** É tarde demais. Muita gente já viu, e não importa mesmo. É verdade. Eu sou gay.

**NORA:** O que vai fazer?

**SIMON:** Não sei.

**NORA:** Poderia negar.

**SIMON:** Por que eu negaria, Nora? Não tenho vergonha disso.

(COM AMOR SIMON, 2018, 1:12:39)

**MARTIN:** Simon. Oi, vamos conversar?

**SIMON:** Não tenho nada a dizer.

**MARTIN:** Por favor. Eu só quero pedir desculpa. Não pensei que as pessoas ainda fossem assim. Eu virei alvo depois do jogo e quis desviar a atenção de mim. Achei que não seria nada.

**SIMON:** Não ligo se achou que eu assumir não seria nada, Martin. Não cabe a você decidir. Era para eu ter decidido quando, onde, como, quem e o jeito de contar. Era para ser o meu lance! Você tirou isso de mim...

(COM AMOR SIMON, 2018, 1:24:40)

Por fim, ainda no tópico da sexualidade, um dos mais importantes pontos de mudança entre as obras é a reação das mães às sexualidades dos filhos. No filme de 96, Sandra pressiona Jamie até que ele confesse sua sexualidade. É nítido o desconforto da mulher em face da confirmação de que Jamie é gay. Somente quando está diante de um Jamie desesperado e aos prantos é que Sandra consegue superar momentaneamente seus próprios preconceitos e acolher o filho.

**SANDRA:** Divertiu-se?

**JAMIE:** Sim!

**SANDRA:** Foi ao cinema?

**JAMIE:** Sim!

**SANDRA:** Com o Ste?

**JAMIE:** Sim!

**SANDRA:** Não precisa mentir, Jamie!

**JAMIE:** Não é mentira.

**SANDRA:** Foi ao Gloucester, não foi? Olhe pra mim!

**JAMIE:** Só fui tomar uma cerveja.

**SANDRA:** É onde os gays vão.

**JAMIE:** Não só gays. Também vão outras pessoas.

**SANDRA:** Pessoas como você?

**JAMIE:** Sim!

**SANDRA:** A srta. Chauhan me ligou.

**JAMIE:** Aquela puta!

**SANDRA:** Nunca me contou que apanha!

**JAMIE:** Todo mundo briga.

**SANDRA:** Oh! Todo mundo também é chamado de bicha e viado? Você está bêbado!

**JAMIE:** Não estou.

**SANDRA:** Está bêbado! E bebeu num bar gay.

**JAMIE:** Como sabe que é gay?

**SANDRA:** Por causa da bunda de neon do lado de fora.

**JAMIE:** Me espionando?

**SANDRA:** Alguém do meu bar o viu.

**JAMIE:** Não significa que eu seja gay. E isso não é da conta deles.

**SANDRA:** Eu sei disso.

**JAMIE:** Então por que age assim?

**SANDRA:** Porque às vezes, Jamie, eu somo 2 e 2 e dá 4. Não sou idiota.

**JAMIE:** Eu só fui tomar uma cerveja. Todos da minha turma bebem.

**SANDRA:** Mas nem todos no Gloucester.

**JAMIE:** Alguns se drogam, eu não.

**SANDRA:** Espero que não.

**JAMIE:** MUITÍSSIMO obrigado. Volte para a cama.

**SANDRA:** Não consigo dormir.

**JAMIE:** Não desconte em mim.

**SANDRA:** Vamos conversar.

**JAMIE:** Estou exausto.

**SANDRA:** Jamie, por favor, fale comigo.

**JAMIE:** Sobre o quê?

**SANDRA:** Eu sou sua mãe.

**JAMIE:** Há coisas que são difíceis de dizer.

**SANDRA:** Eu sei. Eu sei disso.

**JAMIE:** Você me acha novo demais. Acha que é só uma fase. Que pegarei Aids, e... tudo isso.

**SANDRA:** Você me conhece bem, não? Não chore! Está tudo bem. Não vou botar você na rua, como uma garrafa vazia. Estava preocupada pelo desconforto de vocês dividirem a mesma cama, mas vocês estavam lá o tempo todo fazendo 70 menos 1. Eu gosto dele, Jamie. Mas ele é inexperiente.

**JAMIE:** Mas ele é bom pra mim.

(DELICADA ATRAÇÃO, 1996, 01:06:40)

Em *Com Amor, Simon*, Emily já tem uma postura bem mais ponderada e não agressiva. O seu discurso tem início e fim sempre no afeto e acolhimento ao filho, ao mesmo tempo que ela alerta Simon de que o mundo talvez não seja tão receptivo com ele.

**SIMON:** Você sabia?

**EMILY:** Sabia que tinha um segredo. Quando era pequeno, você era espontâneo. Mas, nos últimos anos, cada vez mais, eu sentia você prendendo o fôlego. Queria perguntar sobre isso, mas não quis ser enxada. Posso ter errado.

**SIMON:** Não, mãe, você... Não cometeu um erro.

**EMILY:** Ser gay é algo seu. Há partes suas que terá que encarar sozinho. Odeio isso. Assim que assumiu, você disse: Mãe, ainda sou eu. Precisa ouvir isto: Ainda é você, Simon! Ainda é o filho com quem eu adoro implicar. Seu pai precisa de você pra quase tudo. É o mesmo irmão que elogia a comida da irmã até quando está péssima. Mas precisa soltar o fôlego, Simon. Tem que ser você mesmo como não tem sido há muito tempo. Você merece tudo que quiser, meu filho.

(COM AMOR SIMON, 2018, 1:27:44)

Ainda existe uma cena no filme de 2018 em que Jack demonstra um interesse em repensar seus comentários ofensivos a partir da constatação de que estes podem

de alguma forma ofender seu filho gay. O pai se mostra tão afetivo e acolhedor quanto a mãe.

**JACK:** Oi, Simon. Há quanto tempo sabe?

**SIMON:** Eu comecei a sacar quando tinha uns... Treze?

**JACK:** Quatro anos? Quatro anos jantando, quatro anos vendo filmes juntos. Quatro anos passeando com o Bieber juntos. Desculpa. Devia ter notado.

**SIMON:** Não. Não, pai.

**JACK:** As piadas ridículas...

**SIMON:** Eram da boca pra fora.

**JACK:** Não importa. Eu devia ter notado. Mas, caso não tenha ficado bem claro, eu quero que saiba que eu te amo. Eu me orgulho de você. Eu não mudaria nada em você.

(COM AMOR SIMON, 2018, 1:32:20)

Mesmo com *Delicada Atração* tendo uma visão mais dura sobre o enfrentamento da sexualidade por mães e filhos, entendo que os momentos de ambas as obras possuem um saldo final positivo e acredito que ambos reflitam situações reais, levando em conta diferenças temporais e geracionais. Acredito ainda que ambas as cenas são materiais poderosos para discussões didáticas que podem gerar resultados qualitativos e favoráveis no caminho da construção da aceitação das sexualidades LGBTQIA+ por parte dos progenitores e familiares.

### 5.3 Sonhe um pequeno sonho comigo

Simon não queria que nada em sua vida mudasse. Jamie e Ste só queriam poder ir a um bar gay e dar uns beijos quentes sem que fossem pegos. Mas nenhuma dessas coisas foi possível. Simon foi arrancado do armário e exposto a toda a comunidade escolar. Jamie precisou encarar a mãe nos olhos e exigir que ela o aceitasse. Assumir-se muda tudo. E muda para melhor, por pior que possa parecer a princípio. Eu queria que alguém tivesse me dito isso quando eu era adolescente (nem que fosse num filme) para que eu não tivesse que passar boa parte da minha vida no gueto, na ilusão da minha privacidade, quando na verdade eu estava apenas poupando os outros de lidar com seus próprios preconceitos e castrando a minha própria felicidade.

*Com Amor, Simon* pode ser o extremo da positividade, pode ser um clichê de filme adolescente em que tudo acaba bem, em que seus pais te aceitam e te abraçam

e no final você ainda fica com o garoto dos seus sonhos e dá um beijo nele enquanto está na roda gigante. *Delicada Atração*, num polo oposto, pode ser algo mais próximo do nosso cotidiano, em que, além de lidar com a sexualidade, temos que dar conta de limpar a casa e pagar o aluguel, mas em que, num respiro dessa realidade bruta, encontramos alguém por quem valha a pena dançar ao som de Mama Cass bem no meio do condomínio. Tudo pode ser meio utópico e escapista, mas em certos momentos da vida, principalmente quando se faz parte de um grupo minoritário, você precisa da fantasia para encarar a realidade. Você precisa mirar no sonho, no ideal que aquela ficção te fornece, porque — mesmo ciente das agruras que virão — ela te ajuda e fortalece para que você possa ir além.

**SIMON:** [...] Cansei de ter medo. Cansei de viver num mundo onde não sou eu mesmo. Mereço um grande amor [...] Como eu disse logo no começo: Sou como você.  
(COM AMOR SIMON, 2018, 1:27:44)

Stars shining bright above you  
*Estrelas brilham acima de você*  
Night breezes seem to whisper: I love you  
*Brisas noturnas parecem sussurrar: Eu te amo*  
Birds singing in the sycamore tree  
*Pássaros cantando na árvore de sicômoro*  
Dream a little dream of me  
*Sonhe um pequeno sonho comigo*  
(*DREAM A LITTLE DREAM OF ME – MAMA CASS ELLIOT*)

## CONCLUSÃO

Escrevo estas últimas linhas nos primeiros dias de 2021, à espera da vacina contra um vírus que causou uma pandemia mundial. O ano que se passou será para sempre lembrado na história como aquele que, quando não ceifou aqueles que amamos, no mínimo nos isolou de muitos. Minha pesquisa se deu nessa conjuntura caótica, mas ao mesmo tempo foi o ato de ler, aprender e refletir sobre todos os tópicos que procurei abordar nas páginas anteriores num período tão atípico que nos impeliu a rever muito do que tínhamos como certezas, que me levou a questionar a minha própria existência e papel social. Foi assim que, um dia após finalizar a leitura do livro de Bruno Bimbi, uma das minhas referências principais neste trabalho, tocado por todas as histórias de lutas, resiliências e conquistas dos que vieram antes de mim, que tive uma conversa com minha mãe sobre a minha sexualidade. A primeira em 35 anos da minha vida. A primeira sem meias-palavras, sem eufemismos, sem pré-suposições de que, se eu vivia a minha vida da forma como eu desejava, não havia nenhuma necessidade de “sair do armário” e verbalizar aquilo que já estava explícito. Entendi que eu tinha o direito de dividir a minha vida com a minha família e dar a eles a oportunidade de fazer parte dela. Que tinha o direito de apresentar meu namorado a eles (namoro este que também se iniciou no meio da pandemia). Que tinha o direito de, assim como meus irmãos e irmã, que traziam suas esposas, namoradas e noivo aos almoços de domingo, também trazer a pessoa que amava e orgulhosamente apresentá-la a todos como MEU NAMORADO. E assim isso aconteceu. Dei a eles a chance de participar da minha vida e dei a mim o direito de vivê-la tão plenamente quanto eu julgava já a viver quando não percebia o quanto ainda me era negado, nem que fosse de forma não intencional, apesar de nada mais estar escondido.

Pessoas LGBTQIA+ existem, são muitas, e estão aqui. Podem ser o seu professor, a sua amiga, a pessoa que está ao seu lado no ônibus, a que te vende o pão pela manhã, a que te aplica uma multa de trânsito, a pessoa por quem você vai se interessar e com a qual irá se envolver emocional e sexualmente, ou essa pessoa homossexual pode ser você mesmo... Essa pessoa sou eu! E essa pessoa também pode ser o seu aluno que encara diária e repetidamente situações vexatórias e violentas, que muitas vezes não se sente confortável em discutir isso com ninguém e que precisa (mesmo que ele não te diga isso) que você o acolha, que o trate com a mesma dignidade e respeito com que trata todos os demais alunos, que precisa que

o defende e que ensine a ele e aos demais alunos cis e héteros que a existência LGBTQIA+ é tão legítima como qualquer outra. E você, professor, tem um dever ético-moral de fazê-lo, de repensar continuamente sua postura, de atualizar-se não só sobre o conteúdo que ensina, mas sobre o mundo em que você está inserido. A bibliografia desta pesquisa já prova que existem diversos materiais em que o docente, consciente e preocupado com a diversidade sexual e de gênero, pode se apoiar para discutir o tema. Não há desculpas!

A mídia também continua atenta à pluralidade das sexualidades, contribuindo para a construção identitária e reconhecimento de vivências LGBTQIA+. Além das obras citadas, existem tantas outras já produzidas (e outras que ainda virão, ampliando ainda mais o leque de representações), como: *Alice Júnior* (2019), filme brasileiro sobre os dilemas de uma garota trans; *The Prom - A festa de formatura* (2020), da gigante americana do *streaming* Netflix, que tem como protagonistas um casal de meninas lésbicas; e o britânico *Everybody's Talking About Jamie* (2021), que tem no papel principal um adolescente *drag queen*.

Apaixonar-se, dar as mãos carinhosamente durante um almoço em família, repousar a cabeça no ombro da pessoa amada enquanto assiste a um filme no cinema, brigar, fazer as pazes, terminar o relacionamento, encontrar um novo amor. Viver. É isso que qualquer pessoa LGBTQIA+ deseja e é isso que nos negam. É por isso que nos agredem e nos matam. Mas também é por isso que lutamos: nas marchas por direitos, nas paradas celebrando a nossa existência, no congresso exigindo leis que nos defendam, na representação sensível e digna na mídia... em um trabalho acadêmico.

Quando eu era adolescente eram poucas as histórias que me refletiam; hoje já existem várias. Que outras sejam escritas e vividas, porque é nosso direito ter um final tão feliz como o de qualquer outro personagem, como o de qualquer outra pessoa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Maria Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília. UNESCO, 2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016

BARGAS, Diego. **As novelas saem do armário**: representatividade e impacto social de personagens LGBT no horário nobre da televisão dos anos 2000. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Comunicação Social - Habilitação – Jornalismo. FIAM-FAAM-Centro Universitário, São Paulo, 2017

BIMBI, Bruno. **O Fim do Armário: Lésbica, gays, bissexuais e trans no século XXI**. Rio de Janeiro. Garamound, 2017

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. 2019. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em Gestão de Produção Cultural. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASILEIRO estuda em média 7,7 anos; tempo não é suficiente para completar ensino fundamental. **Portal UOL Educação**, 21 set. 2012. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/21/brasileiro-estuda-em-media-77-anos-tempo-nao-e-suficiente-para-completar-ensino-fundamental.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19.ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2020

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.42, jan./jun, 2014. p. 249-274

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 279-296

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 421-434

CENSO 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. **Agencia IBGE Notícias**, Brasília, 29 nov. 2010. Sala de Imprensa. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13937-asi-censo-2010-populacao-do-brasil-e-de-190732694-pessoas/>. Acesso em: 04 set. 2020

CENSO gay - Rio de Janeiro é a capital com mais gays e Manaus com mais lésbicas, diz pesquisa Mosaico Brasil. Site Mundo Mais. 16 mar. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110706153632/http://www.mundomais.com.br/exibemateria2.php?idmateria=334>. Acesso em: 15 ago 2020

COM Amor, Simon. Direção: Greg Berlanti. Produção: 20th Century Fox. Estados Unidos, 2018

DAWSON, James. **Este livro é gay - e hétero, e bi, e trans**. Tradução Rafael Mantovani. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2015.

DELICADA Atração. Direção: Hettie Macdonald. Produção: Film4 Productions. Reino Unido, 1996.

DIGNIDADE. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/dignidade/>. Acesso em: 25/11/2020

ESPECIAL: André Fischer dispara: "Antigamente os personagens gays das novelas morriam em explosão de shopping. **Revista Imprensa**, São Paulo, 28 dez. 2007. Disponível em: [https://portalimprensa.com.br/revista\\_imprensa/conteudo-extra/42822/especial+andre+fischer+dispara+antigamente+os+personagens+gays+da+s+novelas+morriam+em+explosao+de+shopping](https://portalimprensa.com.br/revista_imprensa/conteudo-extra/42822/especial+andre+fischer+dispara+antigamente+os+personagens+gays+da+s+novelas+morriam+em+explosao+de+shopping). Acesso em 30 set. 2020

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 311-330

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. 60.ed. Rio de Janeiro/Sã Paulo. Paz e Terra. 2019

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 46.ed. Sã Paulo. Paz e Terra. 2020

FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Revista ECO-PÓS**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, ago/dez, 2004. p. 45-71

GAYS que 'saem do armário' ainda na escola viram adultos mais felizes, diz estudo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/gays-que-saem-do-armario-ainda-na-escola-viram-adultos-mais-felizes-diz-estudo-15305241>. Acesso em 18 out. 2020

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2019**. Bahia. Grupo Gay da Bahia, 2019

GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBTQ: De Stonewall a ONU**. Curitiba. Appris, 2014

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBTQ no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018

JUNQUEIRA, Rogério (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo. Editora 34, 2003

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru. EDUSC, 2001

KINSEY fala de sexo. **Revista Superinteressante**. 31 out 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/kinsey-fala-de-sexo/>. Acesso em: 15 ago 2020

LAMPIÃO da Esquina. **Grupo Dignidade**. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 15 out 2020

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBTQ no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 39-62

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Representações de vínculos homoeróticos em telenovelas: do estigma à reconstrução do sentido**. **Revista Ciber Legenda**. Niteroi/RJ, n.22, 2010. p. 40-58

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3.ed.rev. e ampl. Belo Horizonte. Autêntica, 2017

MOREIRA FERNANDES, Guilherme; BRANDÃO, Cristina. Identidade homoafetiva em telenovelas: percepção distinta entre a audiência massiva e a audiência folk. **Revista GEMInIS**. São Carlos/SP, v. 1, n. 1, 2010. p. 99-125

NASCIMENTO, Fernanda. **Bicha (nem tão) má: LGBTs em telenovelas**. Rio de Janeiro. Multifoco, 2015.

OPÇÃO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/opcao/>. Acesso em: 25/11/2020

PICAZIO, Claudio. **Diferentes desejos: Adolescentes Homo, Bi e Heterossexuais**. São Paulo. GLS, 1998

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

REIS, Toni (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2.ed.. Curitiba. Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018

REPRESENTAÇÃO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/representacao/>. Acesso em: 12/11/2020

REPRESENTATIVIDADE. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/representatividade/>. Acesso em: 12/11/2020

**SILÊNCIO** da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos. Boletim Aprendizagem em Foco. Instituto Unibanco, nº11, maio, 2016. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>. Acesso em: 10 jul. 2020

SANTIAGO, Anderson Cacilhas; CASTELLO, Naiara Ferreira Vieira; RODRIGUES, Alexsandro. Bichas destruidoras mesmo: construindo uma viada bem afeminada. **Revista Periferia**. Espirito Santo, v.9 n.2, jul-dez, 2017. p. 156-180

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na articulação entre Diversidade Sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009. p. 125-140

SIMÕES, Júlio de Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009

SIMÕES, Júlio de Assis. Sexualidade como questão política e social. In: ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo, 2009.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (ed). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 25-74

TEIXEIRA, Cintia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e Diversidade: formação de educadoras/es**. Belo Horizonte. Autêntica, 2010

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 4.ed, rev., atual. e amp. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo?. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 137-155

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 227-236

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização Judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2018. p. 449-470

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline. **Lgbtphobia na escola: Possibilidades para o enfrentamento da violência**. Curitiba. Appris, 2020

VISIBILIDADE. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/visibilidade/>. Acesso em: 12/11/2020

VISIBLE: Out on Television. Direção: Ryan White. Produção: Apple Inc. Estados Unidos, 2020

XAVIER, Ismail. **Um Cinema que “Educa” é um Cinema que (nos) faz Pensar**. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 33, n. 1, jan/jun, 2008. p. 13-20

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals**. Genebra/Suíça. WHO Technical Report Series N.572, 1975

73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 02 nov. 2020